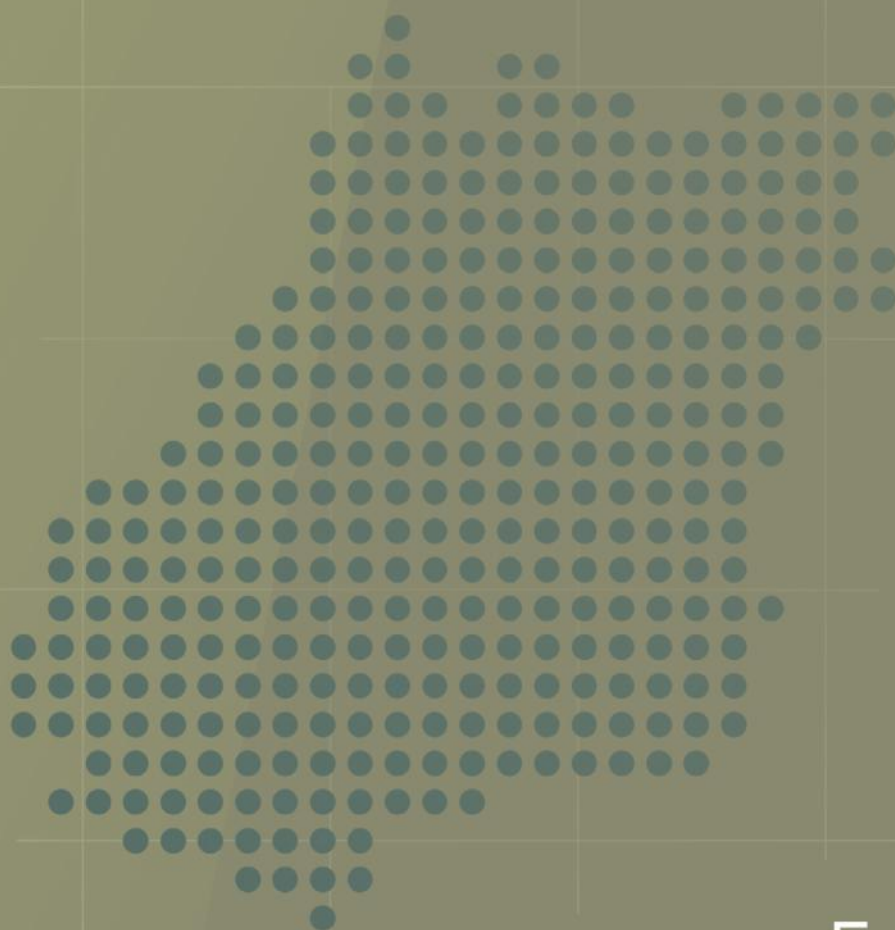


Estado de Goiás: Características Socioeconômicas e Tendências Recentes



Estudos do IMB
Maio de 2013

SEGPLAN

IMB - INSTITUTO MAURO BORGES
DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

SEGPLAN

SECRETARIA DE ESTADO DE
GESTÃO E PLANEJAMENTO



GOVERNO DE
GOIÁS
Fazendo o melhor pra você.

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS

Marconi Ferreira Perillo Júnior

SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

Giuseppe Vecci

CHEFE DO GABINETE ADJUNTO DE PLANEJAMENTO, QUALIDADE DO GASTO E INVESTIMENTO

Júlio Alfredo Rosa Paschoal

INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – IMB

Lillian Maria Silva Prado - Chefe do Gabinete de Gestão

Aurélio Ricardo Troncoso Chaves - Superintendente

ELABORAÇÃO: GERÊNCIA DE SISTEMATIZAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS

Eduiges Romanatto (Gerente e Coordenador do Trabalho)

Sueide Rodrigues de Souza Peixoto

Juliana Dias Lopes

Rejane Moreira da Silva

Eduardo Santos Araújo (Bolsista de convênio Segplan/Ipea)

Rodrigo da Silva Souza (Bolsista de convênio Segplan/Ipea)

CAPA

Rejane Moreira da Silva

PUBLICAÇÃO VIA WEB

Vanderson Soares



Av. República do Líbano, nº 1945, 3º andar, Setor Oeste
CEP - 74.115-030 – Goiânia – GO
Tel: (62) 3201-6695/6678 Fax: (62) 3201-6691
Site: <http://www.imb.go.gov.br>
e-mail: imb@segplan.go.gov.br; estatistica@segplan.go.gov.br

Estado de Goiás:
Características Socioeconômicas e
Tendências Recentes

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	10
2 - BREVE HISTÓRICO DA ECONOMIA GOIANA	11
3 - A ECONOMIA GOIANA NO PERÍODO RECENTE.....	13
4 - O COMPORTAMENTO DO PIB E SUA DISTRIBUIÇÃO PELAS MICRORREGIÕES E METADES NORTE E SUL DO ESTADO DE GOIÁS	23
5 - A DINÂMICA POPULACIONAL EM GOIÁS.....	29
6 - A POPULAÇÃO PELAS MICRORREGIÕES E PRINCIPAIS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS.....	32
7 - AS EXPORTAÇÕES GOIANAS	34
8 - ALGUMAS QUESTÕES SOCIOECONÔMICAS	40
9 - A GERAÇÃO DE EMPREGOS PELAS REGIÕES DE GOIÁS	46
10 - EDUCAÇÃO.....	54
11 - SAÚDE E SANEAMENTO	61
12 - EXPECTATIVA DE VIDA	64
13 - SEGURANÇA	66
14 - POBREZA.....	70
15 - TURISMO.....	76
16 - REFERÊNCIAS.....	81
ANEXO	83

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - PARTICIPAÇÃO DE GOIÁS NO PIB DA REGIÃO CENTRO-OESTE E DO PIB DO CENTRO-OESTE NO DO BRASIL - 1995 – 2010	13
GRÁFICO 2 - PARTICIPAÇÃO DE GOIÁS NO PIB DO BRASIL 1985 - 2010 (%)	14
GRÁFICO 3 - PIB PER CAPITA - GOIÁS, CENTRO-OESTE E BRASIL 1995 - 2010 (VALORES CORRENTES)	28
GRÁFICO 4 - PIB PER CAPITA - GOIÁS, CENTRO-OESTE E BRASIL 1995 - 2010 (VALORES CORRENTES)	28
GRÁFICO 5 - TAXA DE CRESCIMENTO POPULACIONAL 2000/2010 (%).....	31
GRÁFICO 6 - TAXA DE FECUNDIDADE 2009 (%)	31
GRÁFICO 7 - SALDO LÍQUIDO MIGRATÓRIO 2004 E 2009 (MIL HAB).....	32
GRÁFICO 8 - BALANÇA COMERCIAL DE GOIÁS - 2000 - 2012 (US\$ FOB).....	35
GRÁFICO 9 - EVOLUÇÃO DO COEFICIENTE DE GINI E DO ÍNDICE DE THEIL-T DE GOIÁS 1981 - 2009	42
GRÁFICO 10 - EVOLUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DA RENDA DE GOIÁS 1981 - 2009.....	43
GRÁFICO 11 - CURVA DE LORENZ DE GOIÁS 1981 - 2009.....	43
GRÁFICO 12 - CURVA DE LORENZ DO PIB E DO VALOR ADICIONADO DA AGROPECUÁRIA, INDÚSTRIA E DOS SERVIÇOS DOS MUNICÍPIOS GOIANOS 2010.....	45
GRÁFICO 13 - EVOLUÇÃO DO COEFICIENTE DE GINI, THEIL-T E L-THEIL PARA O PIB DE GOIÁS 1999 - 2010	46
GRÁFICO 14 - EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL EM GOIÁS E BRASIL 1990 E 2011 (2000=100)	47
GRÁFICO 15 - TAXA DE FREQUÊNCIA NO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO EM GOIÁS 1989 - 2007	55
GRÁFICO 16 - RELAÇÃO ENTRE QUANTIDADES DE CRIANÇAS E MATRÍCULAS NO ENSINO INFANTIL EM GOIÁS - 1991, 2000 E 2010.....	56
GRÁFICO 17 - EVOLUÇÃO DO PERCENTUAL DE ANALFABETOS DAS PESSOAS DE 15 ANOS OU MAIS, NO BRASIL, CENTRO-OESTE E GOIÁS - 1981 - 2011	59
GRÁFICO 18 - TAXA DAS PESSOAS DE 15 ANOS OU MAIS ALFABETIZADAS POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO EM GOIÁS, 1995 - 2010	60
GRÁFICO 19 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE PESSOAS QUE VIVEM EM DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES ATENDIDAS COM ÁGUA POTÁVEL E REDE DE ESGOTO EM GOIÁS (1981- 2007)...	61

GRÁFICO 20 - POPULAÇÃO ATENDIDA COM ÁGUA E ESGOTO EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO TOTAL (1980 - 2010).....	62
GRÁFICO 21 - POPULAÇÃO ATENDIDA COM ÁGUA E ESGOTO NAS ÁREAS URBANAS (1980 - 2010)	63
GRÁFICO 22 - EVOLUÇÃO DOS ÍNDICES DE MORTALIDADE INFANTIL E ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER EM GOIÁS - 1997 A 2009	66
GRÁFICO 23 - TAXA DE HOMICÍDIOS, MÉDIA MÓVEL DE 3 ANOS (1980 - 2009)	68
GRÁFICO 24 - CRIMINALIDADE TOTAL/POPULAÇÃO TOTAL ENTRE 1998 E 2010 (%).....	69
GRÁFICO 25 - MERCADO DE TRABALHO DAS ATIVIDADES CARACTERÍSTICAS DO TURISMO (ACT) ENTRE 2006 E 2011.....	77
GRÁFICO 26 - GRAU DE INSTRUÇÃO DOS EMPREGADOS DAS ACT ENTRE 2006 E 2011 (%)	78
GRÁFICO 27 - DISTRIBUIÇÃO DA RENDA SALARIAL DAS ACT ENTRE 2006 - 2011 (%)	79

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1 - PRODUÇÃO AGRÍCOLA DE GOIÁS NO CONTEXTO NACIONAL - 2000 E 2012.....	15
TABELA 2 - PRODUÇÃO PECUÁRIA DE GOIÁS NO CONTEXTO NACIONAL - 2000 E 2011	15
TABELA 3 - PARTICIPAÇÃO DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS NO PIB DE GOIÁS - ANOS SELECIONADOS (%)	16
TABELA 4 - DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGOS EM GOIÁS - ANOS SELECIONADOS (%)	20
TABELA 5 - PARTICIPAÇÃO DO PIB E PIB POR ATIVIDADES NAS MICRORREGIÕES E METADES NORTE E SUL DE GOIÁS - ANOS SELECIONADOS - (%).....	26
TABELA 6 - PIB <i>PER CAPITA</i> NAS MICRORREGIÕES E METADES NORTE E SUL DE GOIÁS 1999 - 2009 (R\$ - VALORES CORRENTES)	27
TABELA 7 - POPULAÇÃO RESIDENTE DE GOIÁS, CENTRO-OESTE E BRASIL (1991, 2000 E 2010).....	29
TABELA 8 - IMIGRANTES, EMIGRANTES E SALDO LÍQUIDO MIGRATÓRIO, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO (2000, 2004 E 2009)	30
TABELA 9 - DISTRIBUIÇÃO/PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL, POR MICRORREGIÕES E METADE SUL/NORTE - ANOS SELECIONADOS (%).....	33
TABELA 10 - POPULAÇÃO DOS 10 MAIORES MUNICÍPIOS DE GOIÁS - 2010.....	34
TABELA 11 - EXPORTAÇÕES POR FATOR AGREGADO DE GOIÁS 1990 - 2012 (US\$ 1.000 FOB).	36
TABELA 12 - PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS DE GOIÁS 1996, 2001, 2005 E 2012.....	37
TABELA 13 - PRINCIPAIS MERCADOS DE EXPORTAÇÃO DE GOIÁS SEGUNDO VOLUME E RECEITA DAS EXPORTAÇÕES (1996, 2003 E 2010).....	39
TABELA 14 - RANKING DOS 25 PRINCIPAIS MERCADOS DE DESTINO DAS EXPORTAÇÕES DE GOIÁS - 1996, 2003 E 2004.....	39
TABELA 15 - DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS ADMITIDOS NAS MICRORREGIÕES E METADE NORTE/SUL DE GOIÁS (%) 1998 - 2012	49
TABELA 16 - DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS ADMITIDOS NAS MICRORREGIÕES POR GRANDES SETORES - ANOS SELECIONADOS	50
TABELA 17 - DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS NAS MICRORREGIÕES DE GOIÁS CONFORME ESCOLARIDADE E ATIVIDADE ECONÔMICA (MÉDIA PERCENTUAL DOS ANOS 1996, 2000, 2006 E 2010).....	52
TABELA 18 - NÚMERO DE MATRÍCULAS NOS DIVERSOS NÍVEIS DE ENSINO EM GOIÁS 1989 - 2010	58

TABELA 19 - EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS DA SAÚDE ENTRE 1990 E 2010 (POR 1.000 HAB)	64
TABELA 20 - LEITOS, LEITOS POR HABITANTES E POR HOSPITAIS (1995 - 2010).....	65
TABELA 21 - TAXA E NÚMERO DE HOMÍCIDIOS (1981 - 2007).....	67
TABELA 22 - CRIMES TOTAIS, CRIMES CONTRA A PESSOA E CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO (1998 - 2010).....	69
TABELA 23 - QUANTIDADE DE ESTABELECIMENTOS AS ACT POR NÚMERO DE EMPREGADOS (2006 - 2011).....	77
TABELA 24 - GRAU DE INSTRUÇÃO/RENDIMENTO MENSAL (%)	79
TABELA 25 - REGIÕES INDUTORAS DO TURISMO EM GOIÁS	80

ÍNDICE DE CARTOGRAMAS

FIGURA 1 - ESPACIALIZAÇÃO DA INDÚSTRIA DE MINERAÇÃO EM GOIÁS - 2010.....	17
FIGURA 2 - ESPACIALIZAÇÃO DO SETOR SUCROENERGÉTICO EM GOIÁS (2012).....	19
FIGURA 3 - PLATAFORMA LOGÍSTICA MULTIMODAL DE GOIÁS	22
FIGURA 4 - POBREZA EM GOIÁS (2000)	72
FIGURA 5 - POBREZA E EXTREMA POBREZA EM GOIÁS (2010)	73
FIGURA 6 - POBREZA E EXTREMA POBREZA NOS MUNICÍPIOS DE GOIÁS (2000).....	74
FIGURA 7 - POBREZA E EXTREMA POBREZA NOS MUNICÍPIOS DE GOIÁS (2010)	75

1 - INTRODUÇÃO

O Estado de Goiás tem apresentado ganhos na participação da riqueza gerada no país. A participação do estado no PIB nacional elevou-se de 1,85% em 1985 para 2,6% em 2010. O desenvolvimento do setor industrial através da integração da agroindústria com a agropecuária moderna e a emergência de novas atividades industriais são os principais responsáveis do crescimento do PIB de Goiás.

O crescimento do setor industrial e a modernização do setor agropecuário foram realizados devido a uma série de planos de desenvolvimento e incentivos fiscais levados a cabo pelo Estado a partir da década de 1970. Os ganhos de produtividade oriundos desses planos garantiram a integração de Goiás à economia nacional e internacional. Em nível nacional, integrou-se mais estreitamente aos estados da região Centro-Sul devido ao maior grau de complementaridade econômica. O aumento das exportações de *commodities* agrícolas foi o fator principal de integração de Goiás em nível internacional.

Na década de 2000 ocorreu uma mudança estrutural da economia goiana. Os investimentos industriais foram responsáveis pelo adensamento das cadeias produtivas do agronegócio e pela diversificação da estrutura produtiva. Exemplos notáveis desses investimentos são: a instalação da Perdigão Agroindustrial (hoje Brasil Foods) em Rio Verde, a montadora de veículos Hyundai em Anápolis, Mitsubishi em Catalão e, mais recentemente, a Suzuki em Itumbiara, em fase de implantação. Com tais montadoras de veículos, Goiás tornou-se o quinto em produção de veículos no Brasil com 5,5% de participação nacional. Também houve elevação dos investimentos para beneficiamento da produção mineral e para usinas de produção de etanol.

A ampliação do nível da renda e o agudo processo de urbanização que o processo de crescimento e mudança estrutural desencadeou, propiciaram a ampliação do mercado consumidor interno que, por sua vez, contribuiu para o desenvolvimento de outros setores da economia, tais como o setor de serviços (financeiros, educacionais, saúde, informática) e infraestrutura (saneamento e construção civil).

Todos esses fatores contribuíram para o recente bom desempenho da economia goiana que cresce acima da média nacional e propicia alteração da sua estrutura econômica que era voltada para a agropecuária e tende, agora, para uma economia mais ligada à indústria e ao comércio

Assim, esse trabalho procura traçar as características e tendências recentes da socioeconomia de Goiás, abrangendo assuntos como: o comportamento do PIB, dinâmica populacional, comércio externo, mercado de trabalho, educação, saúde e saneamento, segurança, pobreza e turismo , entre outros.

2 - BREVE HISTÓRICO DA ECONOMIA GOIANA

No período de 1930-45, segundo Estevam (2004), a região Centro-Oeste atraiu fluxos expressivos de trabalhadores, sobretudo de Minas Gerais, devido às facilidades de obter terras. Em Goiás, a população que até então estava com maior representatividade em municípios situados ao longo da ferrovia que liga o Triângulo Mineiro a Anápolis, recebeu grandes fluxos de pessoas na instalação da Colônia Agrícola Ceres, aumentando a produção de grãos como arroz, milho e feijão.

A construção da nova capital de Goiás (Goiânia), que ocorre entre os anos de 1933-42 reforça o surto migratório para a região central do Estado. Goiânia passa então a dividir com o município de Anápolis, que já capitalizava um surto de desenvolvimento, as funções de eixo econômico e pólo de atração de pessoas. Esse fenômeno é reforçado ainda mais nos anos 1950, quando a capital recebe a ligação ferroviária (IPEA, 2002).

A integração regional brasileira intensificou-se por volta dos anos 1950, quando investimentos em infraestrutura, principalmente rodoviária, ampliaram os fluxos de comércio. No Centro-Oeste essa integração iniciou-se através da “Marcha para o Oeste”, no governo Vargas, com o intuito de promover a ocupação dos vazios demográficos por meio de absorção dos excedentes populacionais que faziam pressão no Centro-Sul do país, encaminhando-os para áreas que produziam matérias-primas e gêneros alimentícios (ARBEX JR e OLIC, 1996). No estado de Goiás, o aumento do fluxo de comércio teve como um dos embriões a instalação da primeira colônia agrícola, em 1941, na cidade de Ceres (KRENAC *et al.*, 1989).

A construção de Brasília , no governo de Juscelino Kubitschek (1956-61), iniciou uma importante fase para o Centro-Oeste, sobretudo para Goiás. Como ressalta Diniz (2001), a construção de Brasília foi o elemento de maior impacto na integração econômica do território brasileiro. Ela passou a funcionar como o nódulo de integração decorrente da construção dos grandes troncos rodoviários: Brasília-Belém; Brasília-Belo Horizonte; Brasília-São Paulo; Brasília-Cuiabá; Brasília-Barreiras, e suas ramificações. O crescimento de

Brasília, juntamente com a modernização da agropecuária tiveram efeitos sobre o crescimento urbano e permitiram que o Centro-Oeste se transformasse em uma região dinâmica.

No final da segunda metade da década de 1960 e início da década seguinte, a região Centro-Oeste passa por um novo fluxo migratório de menor intensidade do que o anterior, porém com maior capital humano. Neste período ocorre também a entrada de novos produtos agrícolas com maior nível tecnológico e, conseqüentemente, maior nível de produtividade, ocupando espaço das culturas tradicionais. A ocupação e a transformação produtiva da região, contou com amplas políticas de desenvolvimento regional, através de investimentos e incentivos públicos que favoreceram, em grande medida, a implantação de uma agropecuária moderna (ARRIEL, 2010).

Com relação às políticas públicas de natureza específica à região, destacam-se: Programas Integrados de Colonização, criado na década de 1970, com objetivo de absorver os excedentes populacionais do Centro-Sul e Nordeste; Programa de Incentivo Fiscal para Amazônia Legal, criado em 1966, visando atrair investimentos para áreas compreendidas nesta localização; Programa de Desenvolvimento dos Cerrados - Polocentro - criado em 1975, que visava à implantação da agropecuária na concepção de pólos de desenvolvimento; Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer I), criado em 1976, promoção e expansão da agricultura moderna nos cerrados; e ainda outros como Prodepan, Prodegran Geoeconômica, Poloamazônia e Polonoroeste (IPEA, 2002).

A implementação desse conjunto de políticas proporcionou a modernização das práticas agropecuárias e induziu a integração com a indústria. Para Estevam (2004), o interesse do Estado brasileiro em modernizar a agricultura era elevar a oferta de alimentos para o mercado consumidor que crescia a ritmo acelerado

O Ipea (2002) sintetiza os principais fatos ocorridos no Centro-Oeste até a década de 1980: i) a migração constituiu-se em elemento importante para a ocupação regional, desde as décadas de 50 e 60, atraída pela nova capital federal e pelos projetos de colonização; ii) a infraestrutura implantada nesse período e a expansão populacional estimularam transformações na estrutura produtiva, preparando o Centro-Oeste para a modernização agropecuária dos anos 70 e 80, desdobrada em um importante complexo agroindustrial grãos-carnes.

No início dos anos 1980, o movimento migratório da população ocorre do meio rural para os centros urbanos devido à expansão da pecuária e o crescimento das atividades agrícolas modernas poupadoras de mão de obra, principalmente da soja, Goodman (1978);

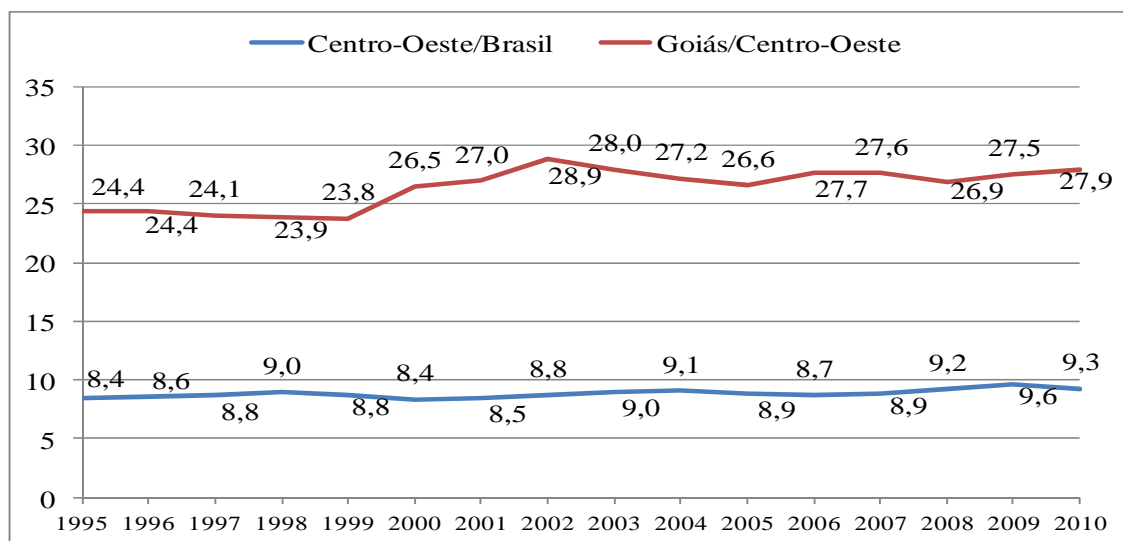
Graham (1971), Amorim (1986). Nesse período, a União pouco contribuiu para a continuidade do avanço da região devido à crise fiscal financeira. Nessa época entram em cena programas estaduais de incentivos fiscais como política agressiva de atração de investimentos, o que favoreceu ainda mais a implantação dos complexos agroindustriais no Estado, Silva (2007).

Assim, o processo migratório, o aumento da infraestrutura causada pela construção de Brasília, as políticas públicas federais e os incentivos estaduais favoreceram o estado de Goiás. Isso contribuiu para que, a partir dos anos 1990, a economia goiana apresentasse desempenho positivo, alcançando resultados econômicos superiores às médias registradas para o conjunto do país.

3 - A ECONOMIA GOIANA NO PERÍODO RECENTE

Com a economia altamente vinculada ao setor agropecuário, não só Goiás, mas o Centro-Oeste como um todo, passou a experimentar taxas de crescimento econômico acima da média nacional, aumentando sua participação no PIB nacional. O Gráfico 1 mostra a participação da região na economia brasileira. Em 1995 o PIB da região Centro-Oeste representava algo em torno de 8,4% em relação ao nacional, em 2010 passa a participar com 9,3%; Goiás também ampliou sua participação regional, passando de 24,4% para 27,9% no PIB da região Centro-Oeste.

Gráfico 1 - Participação de Goiás no PIB da região Centro-Oeste e do PIB do Centro-Oeste no do Brasil - 1995 – 2010



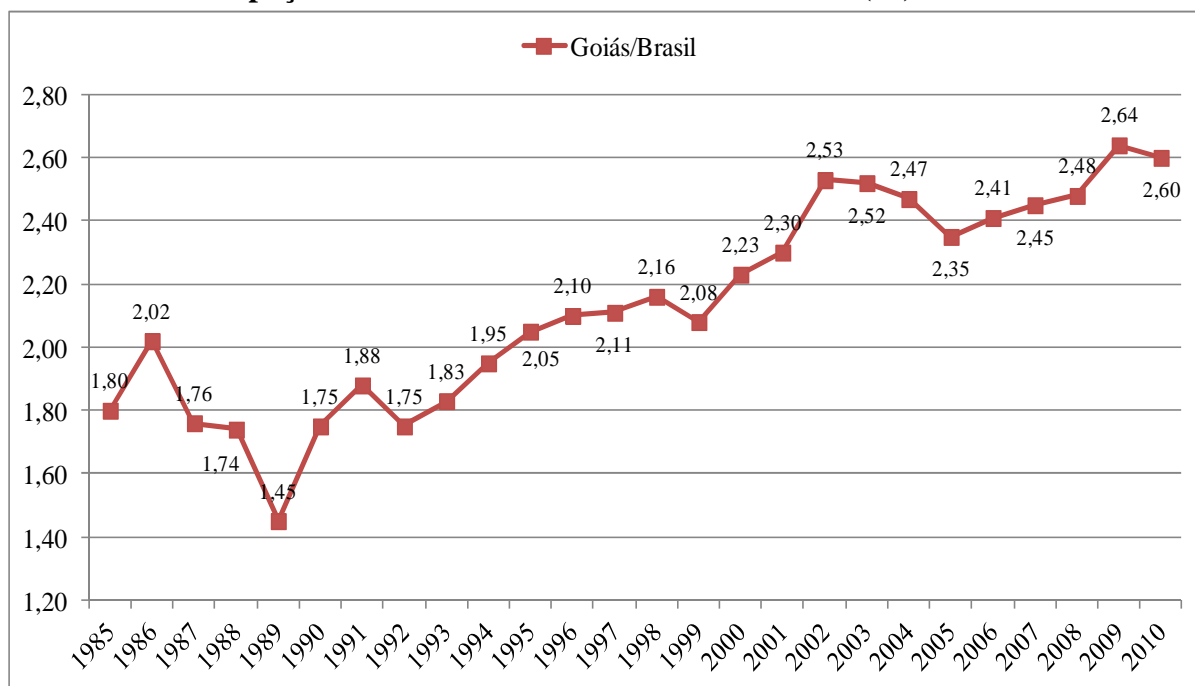
Fonte: IBGE, Seplan-GO/IMB/Gerência de Contas Regionais e Indicadores.

(*) Os dados do PIB a partir de 1995 referem-se ao ano base 2002.

Elaboração dos Autores

O estado de Goiás seguiu a mesma tendência de crescimento da região Centro-Oeste em relação ao PIB nacional, embora sua estrutura produtiva já estivesse mais diversificada que outros estados da região. Em 1985, o estado participava com 1,8% do PIB brasileiro, caindo para 1,45% em 1989, primeiro ano sem as estatísticas da parte do Estado que passou a pertencer ao Tocantins, chegando em 2010 2,6% da economia nacional (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Participação de Goiás no PIB do Brasil 1985 - 2010 (%)



Fonte: IBGE / Instituto Mauro Borges / Segplan-GO – Gerência de Contas Regionais e Indicadores, 2012.

Observações.: 1) O estado do Tocantins pertencia a Goiás até 1988. 2) Os dados do PIB a partir de 1995 referem-se ao ano base 2002; 3) Embora para o período de 1985 a 1994 o PIB seja de base metodológica diferente do período posterior, é visível a tendência de crescimento da participação do PIB de Goiás no total do Brasil.

Elaboração dos autores.

Goiás, historicamente, tem como importante atividade a agropecuária, com participações significativas na produção nacional (Tabela 1). Na agricultura, Goiás figura entre os maiores produtores no total de grãos e produtos como soja, sorgo, milho, feijão, cana-de-açúcar e algodão. Na pecuária o Estado destaca-se através do rebanho bovino e na produção de leite. A produção de suínos e frangos teve elevação após a criação do complexo agroindustrial da Perdigão no município de Rio Verde e região em 2001.

Tabela 1 - Produção Agrícola de Goiás no Contexto Nacional - 2000 e 2012

Produto	2000			2012		
	Produção	Part (%)	Ranking	Produção	Part (%)	Ranking
Total de grãos (t)	8.704.841	9,93	4°	18.294.102	11,05	4°
Sorgo (t)	287.502	36,27	1°	850.990	41,69	1°
Soja (t)	4.092.934	12,47	4°	8.364.177	12,73	4°
Milho (t)	3.659.475	11,32	4°	8.230.149	11,51	5°
Feijão (t)	200.415	6,56	6°	335.684	11,87	3°
Cana-de-açúcar (t)	10.162.959	3,12	6°	58.348.797	8,64	3°
Algodão herbáceo (t)	254.476	12,68	2°	351.014	7,06	3°

Fonte: IBGE/Instituto Mauro Borges/Segplan-GO / Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas, 2013

Elaboração dos Autores

Tabela 2 - Produção Pecuária de Goiás no Contexto Nacional - 2000 e 2011

Produto	2000			2011		
	Produção	Part (%)	Ranking	Produção	Part (%)	Ranking
Rebanho bovino (cab)	18.399.222	10,83	4°	21.744.650	10,22	3°
Leite (Mil Litros)	2.193.799	11,10	2°	3.482.041	7,89	4°
Abate de bovinos (cab)	2.046.046	11,98	3°	2.922.751	9,39*	4°
Suíno (cab)	1.174.360	3,72	10°	2.049.376	5,21	5°
Aves (cab)	26.444.415	3,12	7°	61.179.904	4,77	6°

Informação referente a 2012

Fonte: IBGE/Instituto Mauro Borges/Segplan-GO / Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas, 2013

Elaboração dos Autores

Além do crescimento na agropecuária, o Estado passa por um processo de mudança estrutural devido ao ganho de participação da indústria (Tabela 3). Observa-se um ganho relativo da participação da indústria e do comércio no PIB. A indústria passa de 20,4%, em 1995, para 26,6% do PIB em 2010. Dentro do setor industrial, a indústria de transformação e a construção civil tiveram os maiores aumentos de participação. Contudo, o setor de serviços ainda é o maior gerador de riqueza e empregos.

Tabela 3 - Participação das Atividades Produtivas no PIB de Goiás - anos selecionados (%)

Atividades	1995	2000	2005	2010
PIB Total	100,00	100,00	100,00	100,00
Agropecuária	13,87	14,01	13,36	14,1
Indústria	20,43	24,02	25,97	26,6
Indústria extrativa	1,14	1,66	0,82	1,10
Indústria de transformação	11,19	11,46	13,92	13,9
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água e esgoto e limpeza urbana	3,14	4,07	5,34	4,10
Construção civil	4,95	6,84	5,88	7,3
Serviços	65,70	61,98	60,67	59,3
Comércio	13,72	11,98	13,23	14,1
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	5,15	3,67	4,54	5,0
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	15,36	14,05	14,29	13,9
Outros serviços ¹	31,47	32,27	28,61	26,3

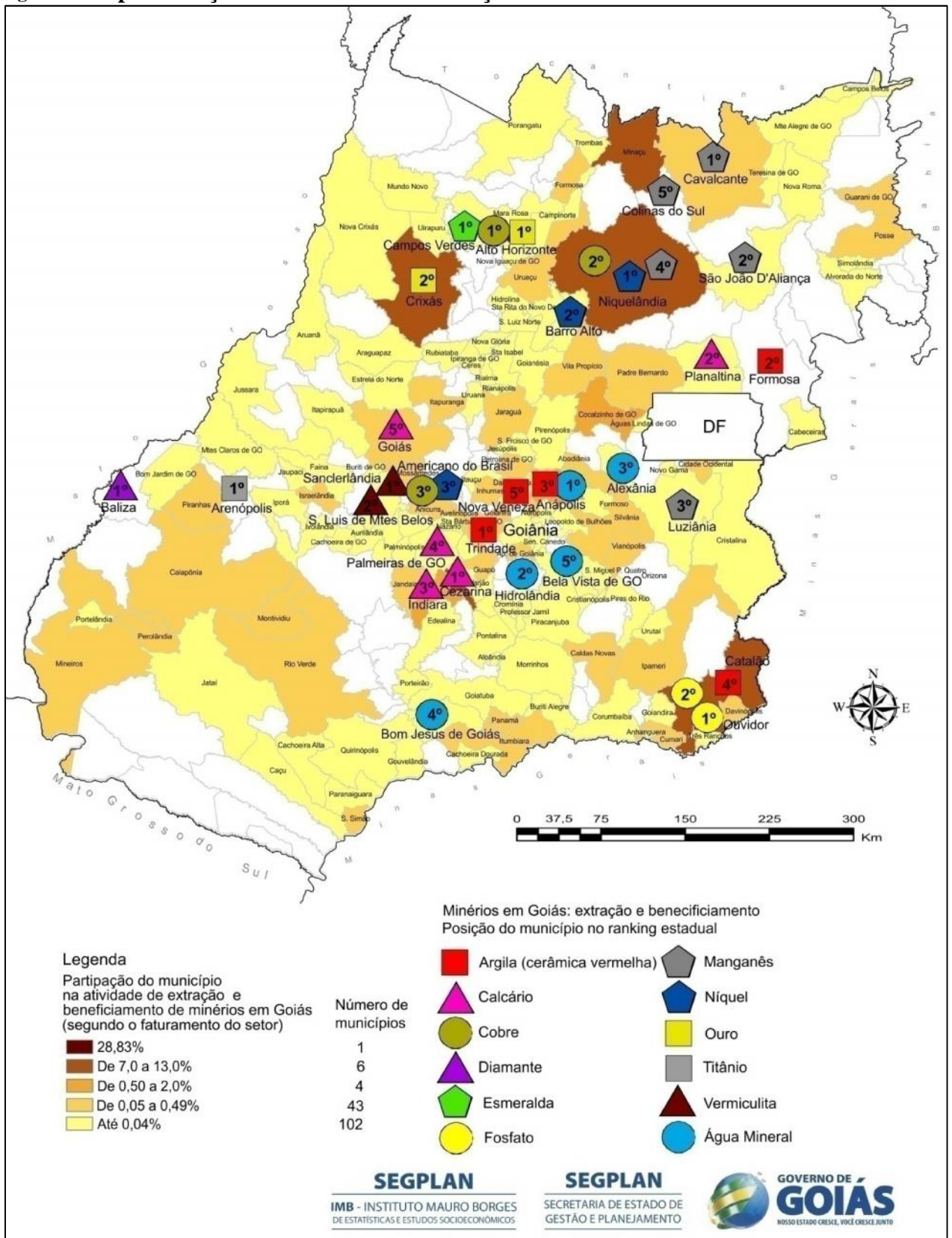
Fonte: IBGE / Instituto Mauro Borges / Segplan-GO.
Elaboração dos Autores.

A diversificação produtiva ocorreu através dos investimentos de grandes empresas privadas que migraram para Goiás incentivadas pelos programas de isenções fiscais do governo estadual. Na indústria de processamento de alimentos, a Perdigão (hoje BRF) se instalou em Rio Verde em 2001. Na indústria automotiva, as empresas John Deere e Mitsubishi em Catalão, a Hyundai em Anápolis e a Suzuki em Itumbiara, esta ainda em fase de instalação. Ainda, a Têuto, Neoquímica e outras empresas compõem o pólo farmacêutico de Anápolis.

Outra atividade industrial que realizou grandes investimentos em Goiás foi a mineração com empresas como a canadense Yamana Gold em Pilar de Goiás, Alto Horizonte, Crixás e Guarinos; o Grupo Anglo American em Barro Alto, Catalão, Ouvidor e Niquelândia; e o Grupo Votorantim, também em Niquelândia (Figura 1, a seguir). O complexo mineral instalado em Goiás coloca o estado como destaque nacional na produção de vários minérios como a primeira colocação em níquel, vermiculita, amianto e cobre, e segundo em ouro, nióbio e fosfato.

¹As atividades que compõem a rubrica “Outros Serviços” são: serviços de alojamento e alimentação; transportes, armazenagem e correio; serviços prestados às famílias e associados; serviços prestados às empresas; atividades imobiliárias e aluguel; saúde e educação mercantis; e serviços domésticos.

Figura 1 - Espacialização da indústria de mineração em Goiás - 2010



Fonte: DNPM/SEFAZ – 2010

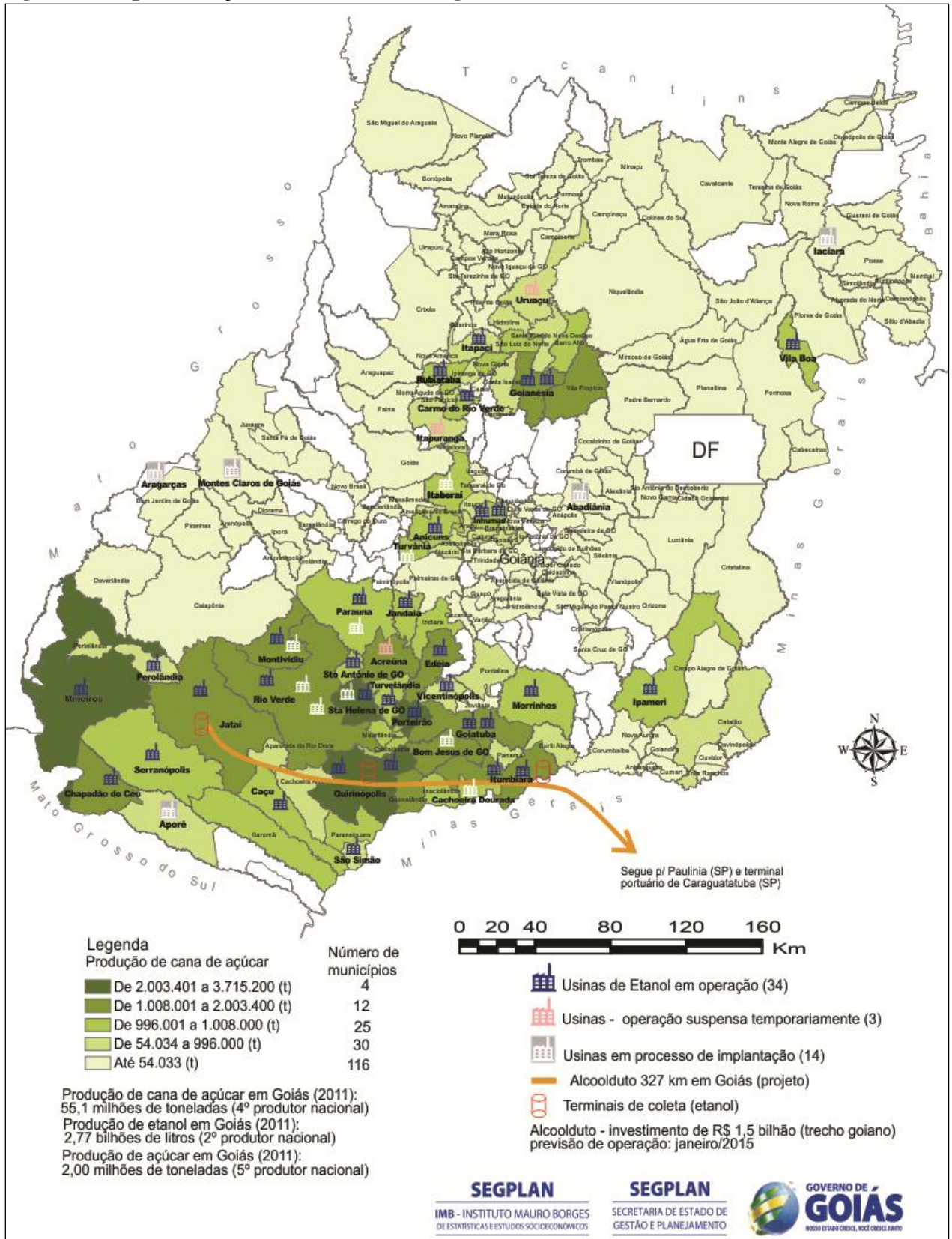
Elaboração: Instituto Mauro Borges / SEGPLAN-GO

A atividade sucroenergética apresentou um boom na década de 2000. Em 1990 era de apenas 10 o número de destilarias no Estado, produzindo 298.605 m³ de álcool. Em 2001 eram 11 produzindo 381.795 m³, em 2012 eram 34 em operação produzindo 2,77 bilhões de litros de etanol, 3 com operações suspensas e 14 em implantação (Figura 2).

Contribuiu para o crescimento desse setor o forte incentivo governamental para a ampliação da produção de etanol no Estado. Entre 2001 e 2011, 59% dos empréstimos contratados ao programa governamental de incentivos fiscais “PRODUZIR” destinaram-se ao segmento sucroalcooleiro e de biocombustível. Para se ter uma ideia da dimensão do incentivo, basta mencionar que o segundo colocado em receber incentivos foi o setor automotivo com 8,8% dos investimentos contratados.

Observa-se na Figura 2 que a grande maioria das destilarias se concentra na região Sudoeste do Estado, região fértil e umas das maiores produtoras de grãos do Brasil.

Figura 2 - Espacialização do setor sucroenergético em Goiás (2012).



Fonte: Sifaeg

Elaboração: Instituto Mauro Borges

Apesar de o setor industrial ter avançado em participação na economia estadual, não houve variação na distribuição dos empregos na economia goiana (Tabela 4). Ou seja, desde 1996 não houve alterações significativas da participação dos grandes setores na absorção de mão de obra. Dos empregos gerados em Goiás entre 1996 e 2011, em média, os serviços absorveram 30,5% dos empregos, o Comércio 22,5%, a Indústria de Transformação 21%, a Construção Civil 14% e a Agropecuária 10%. Portanto, a participação da indústria na economia cresceu na última década, mas não houve alteração da participação do emprego do setor na economia, um indicativo de que os investimentos feitos foram intensivos em capital.

Tabela 4 - Distribuição dos empregos em Goiás - anos selecionados (%)

Setor (IBGE)	1996	2000	2005	2010	2011	Média 1996 a 2011
Ind. Extrativa Mineral	0,52	0,38	0,49	0,40	0,41	0,44
Indústria Transformação	21,24	20,14	22,26	21,78	20,80	21,24
SIUP	0,74	0,33	0,38	0,36	0,18	0,40
Construção Civil	15,16	12,77	11,70	15,54	15,82	14,20
Comércio	20,97	22,67	24,37	22,32	22,60	22,59
Serviços	35,80	30,58	28,27	28,16	29,49	30,46
APU	0,53	0,13	0,06	0,17	0,16	0,21
Agropecuária	4,39	12,79	12,47	11,28	10,54	10,29
Total de Empregos	420.190	553.166	728.744	1.213.400	1.349.945	-

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego / Caged - Cadastro Geral de Empregados e Desempregado

Nota.: 1) SIUP (Serviços Industriais de Utilidade Pública); 2) APU (Administração Pública).

Elaboração dos Autores

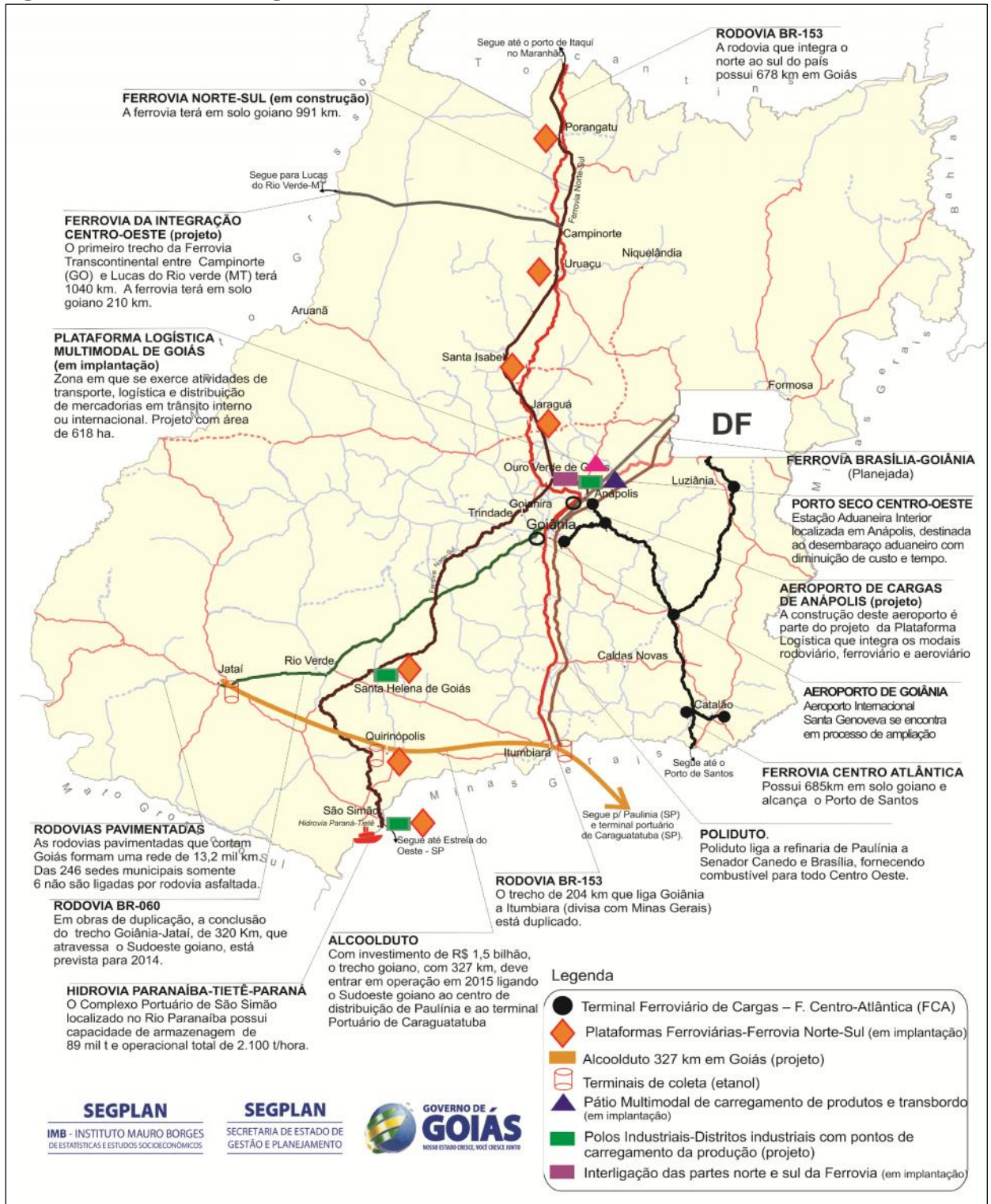
Também contribui para o bom desempenho recente da economia goiana a consolidação do Estado como um pólo logístico (Figura 3). No município de Anápolis situa-se estrategicamente dois eixos rodoviários importantes, a BR-153 e a BR-060. A cidade é parte importante do eixo Goiânia-Anápolis-Brasília e está no ponto de integração da Ferrovia Norte-Sul com a Ferrovia Centro Atlântica. A sua infraestrutura de transporte está relacionada com o Distrito Agroindustrial e o Porto Seco (Estação Aduaneira Interior) e formatam um nó estratégico de distribuição de cargas de abrangência nacional e internacional. Além disso, está em andamento a adequação do Aeroporto Civil de Anápolis em aeroporto de cargas, com execução final prevista para fevereiro de 2014.

Também, quando concluída a ferrovia Norte-Sul, a integração multimodal em Anápolis (Plataforma Logística Multimodal de Goiás) promoverá pela primeira vez no Brasil o conceito de central de inteligência logística com acesso eficiente aos eixos de transporte

rodoviário, ferroviário e aeroportuário, ou seja, permitirá a integração com as principais rotas logísticas do País. Isso pode ser visualizado na Figura 3 a seguir.

Em infraestrutura acrescenta-se o Porto de São Simão na Hidrovia Paranaíba-Tietê-Paraná que é uma das principais portas de entrada e saída de mercadorias da região Centro-Oeste, principalmente Goiás. O Sistema possui 2.400 quilômetros de vias navegáveis via Piracicaba e Conchas (ambos em São Paulo) até Goiás e Minas Gerais (ao norte) e Mato Grosso do Sul, Paraná e Paraguai (ao sul). Liga cinco dos maiores estados produtores de soja do País e é considerada a Hidrovia do MERCOSUL.

Figura 3 - Plataforma Logística Multimodal de Goiás



Fonte: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO

4 - O COMPORTAMENTO DO PIB E SUA DISTRIBUIÇÃO PELAS MICRORREGIÕES E METADES NORTE E SUL DO ESTADO DE GOIÁS

A configuração espacial das atividades econômicas no estado de Goiás, assim como no país como um todo, se encontra desigualmente distribuída. A maior parte das indústrias e do agronegócio moderno está concentrada na metade sul do Estado. Essa desigualdade é evidenciada pela alta concentração espacial do PIB goiano, em que, para informações de 2010, os dez maiores municípios produziram 60,3% do valor adicionado do Estado².

Desse modo, nem todas as regiões do Estado têm presenciado um crescimento e/ou desenvolvimento. De maneira geral, a metade sul³ do Estado detém os melhores indicadores de emprego, renda, IDH, indicadores de saúde e educação. A metade norte concentra os piores indicadores e a economia é pouco dinâmica e ligada predominantemente à agropecuária e administração pública.

Na Tabela 5, nota-se que a metade sul e a metade norte não tiveram alteração em sua participação do PIB entre 1999 e 2010. Entre as atividades, a agropecuária da metade norte ganhou participação de 3,6%. Pelas médias de participação no período, verifica-se que a metade sul detém vantagem em relação à norte em todas as atividades. A desvantagem menor da metade norte, em termos de participação média, está no PIB dos Serviços de Administração Pública, 22,5% contra 77,5% da metade sul, ou seja, os recursos públicos atuam, em alguma medida, como amortecedor da concentração de renda. A segunda menor desvantagem da metade norte está na Agropecuária, 22,3% contra 77,7% da Metade Sul. Mesmo assim a diferença de participação nessas atividades econômicas é extremamente alta.

Ainda na Tabela 5, nota-se que a distribuição da renda gerada é bastante desigual entre as microrregiões. As microrregiões de Goiânia, Anápolis e Sudoeste concentravam, em 2010, 36,3%; 12,5% e 10,6% da renda, respectivamente, ou seja, 59,4% do total gerado. Apesar da microrregião de Goiânia ter perdido participação, 4,8% desde 1999, ainda possui uma concentração considerável no total. De resto, apresenta alguma participação, na ordem, a microrregião do Entorno de Brasília (8,7%), a do Meia Ponte (6,8%) e a de Catalão (5,7%).

²Os dez maiores são, em ordem: Goiânia (25,0%), Anápolis (10,3%), Rio Verde (5,3%), Aparecida de Goiânia (4,3%), Catalão (4,1%), Senador Canedo (3,3%), Itumbiara (2,3%), Jataí (2,2%), Luziânia (2,1%), e São Simão (1,4%),

³ “Essas metades foram divididas na altura de 16°0’0”, ou seja dezesseis graus ao sul da Linha do Equador. Municípios com sede acima dessa linha formam a metade norte e os abaixo a metade sul. Assim, nesse trabalho, quando se mencionar “metade sul ou metade norte” estar-se-á usando esse critério (Ver Figura 2 em anexo)

Por outro lado, as microrregiões de Aragarças, Iporá e Chapada dos Veadeiros são as que menos detêm participação na geração de renda.

Apesar das críticas que se faz em relação à variável PIB *per capita*⁴, esta demonstra que as microrregiões do Estado não alteraram suas distâncias nos últimos 10 anos (Tabela 6) sendo que algumas microrregiões que já possuíam maior geração de renda a intensificaram, como as de Anápolis e Catalão e outras que melhoraram a sua colocação no ranking, como a de Porangatu e Chapada dos Veadeiros. As demais perderam posição entre as Microrregiões.

Em termos per capita, as microrregiões que apresentam desníveis na distribuição da riqueza, principalmente, são as do Entorno de Brasília e Goiânia, que ocupam a posição de 4ª e 1ª economia no ranking do PIB (Tabela 5), mas quanto ao PIB *per capita* alcançam apenas as 17ª e 7ª posições, respectivamente. A aglomeração populacional nessas microrregiões explicam parte dessa disparidade.

Chamam a atenção que apenas 4 (quatro) das microrregiões ganharam posição no *ranking* do PIB *per capita*. A Chapada dos Veadeiros que estava na 17ª posição em 1999, passou para a 14ª em 2010, Anápolis que era 7ª e passou para 4ª, Catalão e Porangatu que ganharam uma posição. As demais perderam ou mantiveram posição.

Também se nota as diferenças entre as microrregiões do estado utilizando-se a posição no ranking do PIB e PIB per capita (Tabela 5 e 6), bem como a participação do PIB e da população (Tabela 9 do tópico posterior). Em termos de PIB, a microrregião do Entorno de Brasília está na 4ª posição na média histórica, mas em termos per capita ela é a 17ª, ou a penúltima entre as microrregiões (Tabela 6); ou seja, há uma desigualdade relativa entre o que é produzido e a sua distribuição para a população. Nota-se que a referida microrregião é destaque por apresentar 17,5% da população do Estado, mas apenas 7,9% do PIB, ou seja, a participação da população é mais que o dobro da produção. Isso reforça a sua desigualdade com outras microrregiões, em termos *per capita*.

A microrregião de Goiânia apresenta desde 1999 participações de população e PIB praticamente paralelas. Contudo, tanto a perda de participação no PIB quanto a de ganho populacional contribuíram para a diminuição do PIB *per capita*.

⁴ O PIB per capita é frequentemente usado como um indicador de qualidade de vida e supõe que os cidadãos se beneficiariam de um valor médio do aumento na produção agregada, o que não necessariamente acontece. Ainda, o PIB per capita não é uma medida de renda pessoal já que o PIB pode aumentar enquanto a maioria dos cidadãos pode ficar mais pobres, ou proporcionalmente não tão ricos, ou seja o PIB per capita não considera o nível de desigualdade de renda de uma sociedade.

Por outro lado, nas microrregiões do Sudoeste, Quirinópolis e Catalão, a situação se inverte, ou seja, possuem participação percentual de PIB bem acima da de população. São microrregiões que apresentam PIB *per capita* bem acima da média estadual.

Cabe observar que o estado de Goiás vem elevando sua posição no *ranking* nacional do PIB *per capita*. Em 1995 Goiás era o 14º nesse quesito e em 2010 o 12º. O PIB *per capita* atingiu em 2010 R\$ 16.251,7, ante R\$ 14.446,68 de 2009, (Tabela 6 e Gráfico 3). Embora o PIB *per capita* goiano tenha apresentado ganhos nos últimos anos, em 2010 ainda representou 82,2% do PIB per capita nacional (R\$ 19.766,33) sendo que nos anos 1990 representava, em média, apenas 73% do nacional e nos anos 2000 80,9% (Gráfico 4). Vale acrescentar que o Estado está entre os mais populosos do País (12º), colocação que se repete historicamente. Sobre a questão populacional em Goiás veja o tópico seguinte.

Em relação ao PIB *per capita* do Centro-Oeste, a participação média percentual de Goiás não se alterou nas últimas duas décadas. Já em relação ao do Brasil houve alteração. nos anos 2000 a média foi de 64% do PIB *per capita* do Brasil contra 56% nos anos 1990. Uma das causas de não haver ganho de participação em relação ao Centro-Oeste é o elevado PIB *per capita* do Distrito Federal que acaba por amortecer o efeito de aumento da participação do estado de Goiás, situação diluída quando se compara com PIB *per capita* nacional.

Tabela 5 - Participação do PIB e PIB por atividades nas microrregiões e metades norte e sul de Goiás - anos selecionados - (%)

Ano/Variáveis	Microrregiões																			
	Anápolis	Anicuns	Aragarças	Catalão	Ceres	Chapada dos Veadeiros	Entorno de Brasília	Goiania	Iporá	Meia Ponte	Pires do Rio	Porangatu	Quirinópolis	Rio Vermelho	São Miguel do Araguaia	Sudoeste de Goiás	Vale do Rio dos Bois	Vão do Paraná	Metade Norte	Metade Sul
1999																				
PIB	9,0	1,5	0,6	3,9	2,6	0,5	7,9	41,1	0,7	7,6	1,5	3,7	3,2	1,2	1,1	10,6	2,6	0,7	13,4	86,6
PIB dos Serviços	9,4	1,3	0,6	2,7	2,6	0,5	9,2	47,8	0,8	6,1	1,3	2,9	1,7	1,2	0,9	8,4	1,8	0,8	13,4	86,6
PIB dos Serv. s/ APU	9,4	1,1	0,5	2,7	2,2	0,3	7,7	52,3	0,6	5,8	1,1	2,3	1,4	1,0	0,7	8,7	1,7	0,5	10,5	89,5
PIB dos Serv. de APU	9,4	2,1	1,1	2,9	4,2	1,2	14,2	32,6	1,3	6,9	1,8	4,8	2,4	1,8	1,6	7,4	2,3	1,7	23,0	77,0
PIB da Indústria	9,0	1,7	0,3	5,1	2,2	0,3	5,4	35,4	0,4	10,9	1,2	7,0	8,8	1,0	1,2	7,5	2,1	0,4	13,9	86,1
PIB da Agropecuária	4,1	2,4	1,4	6,0	4,2	0,9	8,8	3,6	1,3	11,7	3,7	3,2	3,7	2,6	2,1	30,6	8,7	0,9	18,5	81,5
2010																				
PIB	12,5	1,4	0,6	5,7	2,6	0,8	8,7	36,3	0,6	6,8	1,4	3,9	2,9	1,1	1,1	10,6	2,3	0,8	13,4	86,6
PIB dos Serviços	9,3	1,2	0,6	3,9	2,5	0,5	9,6	47,3	0,6	6,2	1,2	2,8	1,5	1,0	0,9	8,5	1,6	0,9	12,8	87,2
PIB dos Serv. s/ APU	9,5	1,0	0,5	4,3	2,1	0,4	7,7	50,9	0,5	6,1	1,1	2,4	1,4	0,8	0,8	8,7	1,4	0,6	10,1	89,9
PIB dos Serv. de APU	8,6	1,8	0,9	2,7	3,8	1,1	15,9	35,4	1,0	6,5	1,6	4,1	2,0	1,5	1,4	7,9	2,1	1,7	22,4	77,6
PIB da Indústria	16,6	1,3	0,2	8,6	2,2	1,3	7,0	26,0	0,3	7,3	0,9	7,3	6,5	0,6	1,2	10,0	2,4	0,4	12,9	87,1
PIB da Agropecuária	4,9	2,8	1,5	7,5	4,8	1,3	12,7	3,1	1,3	10,8	4,0	3,5	4,1	3,0	2,6	24,5	5,9	1,7	22,1	77,9
Media de 1999 a 2010																				
PIB	9,2	1,5	0,6	5,5	2,7	0,7	8,5	37,5	0,7	7,9	1,6	3,8	3,3	1,2	1,3	11,2	2,6	0,8	14,2	85,8
PIB dos Serviços	8,6	1,3	0,6	4,1	2,6	0,5	9,4	46,9	0,7	6,5	1,3	2,8	1,5	1,1	1,0	8,7	1,7	0,9	13,4	86,6
PIB dos Serv. s/ APU	8,5	1,1	0,5	4,5	2,2	0,4	7,7	50,7	0,6	6,4	1,2	2,4	1,4	0,9	0,8	8,9	1,6	0,6	10,7	89,3
PIB dos Serv. de APU	8,8	1,9	1,0	2,7	3,9	1,1	15,2	34,3	1,2	6,8	1,7	4,3	2,1	1,7	1,5	7,8	2,1	1,8	22,5	77,5
PIB da Indústria	10,8	1,6	0,2	7,4	2,1	1,0	6,8	28,9	0,3	10,1	1,0	6,6	8,4	0,9	1,5	10,3	2,2	0,4	14,6	85,4
PIB da Agropecuária	4,6	2,7	1,6	6,0	4,9	1,1	10,6	3,2	1,4	11,5	4,2	3,8	3,8	3,1	2,7	25,9	7,3	1,5	22,3	77,7
Classificação pela Média	3	12	18	6	9	16	4	1	17	5	11	7	8	14	13	2	10	15	-	-
Diferença 2009/2010																				
PIB	3,6	-0,2	0,0	1,8	0,0	0,3	0,8	-4,8	-0,1	-0,8	-0,1	0,2	-0,3	-0,2	0,0	0,0	-0,4	0,1	0,8	-0,8
PIB dos Serviços	-0,1	-0,1	-0,1	1,2	-0,2	0,0	0,4	-0,5	-0,1	0,1	-0,1	-0,1	-0,1	-0,2	0,0	0,1	-0,3	0,1	0,0	0,0
PIB dos Serv. s/ APU	0,1	-0,1	0,0	1,7	-0,1	0,0	0,0	-1,4	-0,1	0,2	0,0	0,1	-0,1	-0,1	0,0	0,0	-0,3	0,1	0,1	0,1
PIB dos Serv. de APU	-0,9	-0,3	-0,2	-0,2	-0,4	-0,1	1,7	2,8	-0,3	-0,4	-0,2	-0,7	-0,5	-0,4	-0,2	0,5	-0,3	0,0	-0,7	0,7
PIB da Indústria	7,6	-0,4	-0,1	3,6	0,1	0,9	1,5	-9,5	-0,1	-3,6	-0,3	0,3	-2,3	-0,4	0,0	2,5	0,3	0,0	1,5	-1,5
PIB da Agropecuária	0,7	0,4	0,1	1,6	0,6	0,4	3,9	-0,5	0,0	-0,9	0,3	0,3	0,3	0,4	0,5	-6,1	-2,8	0,8	4,6	-4,6

Fonte: IBGE / Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Contas Regionais e Indicadores.

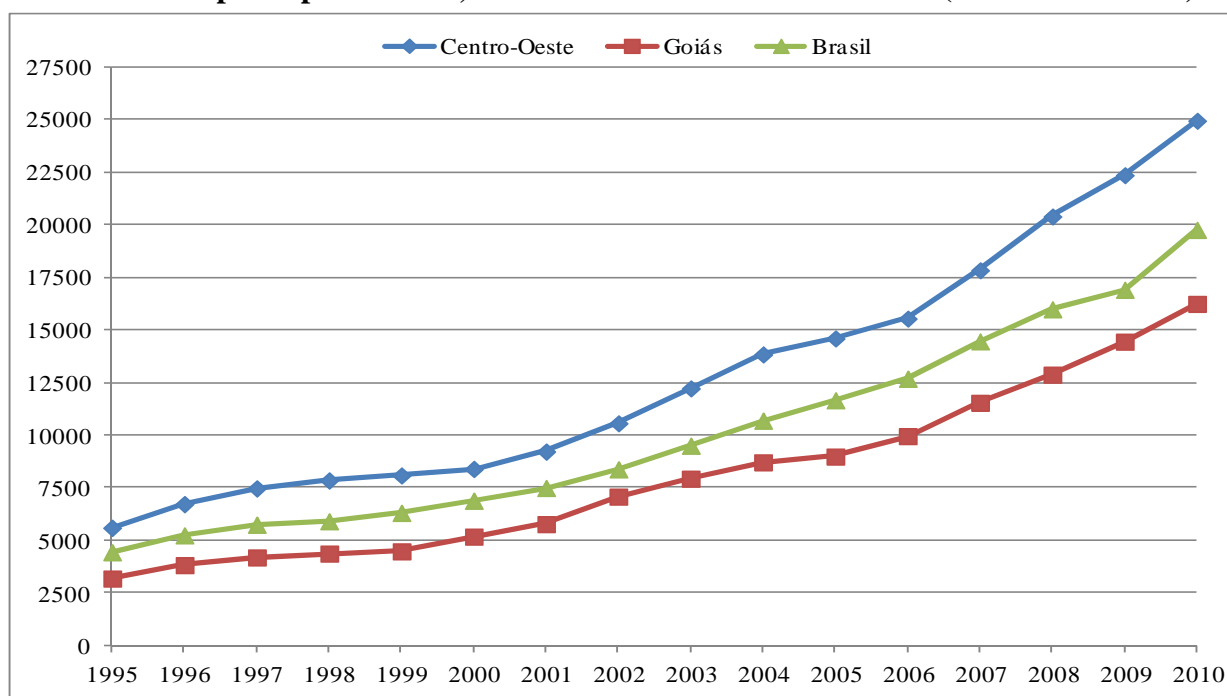
Notas: 1) PIB dos Serviços = PIB dos Serviços sem Administração Pública + PIB dos Serviços da Administração Pública; 2) APU = Administração Pública; 3) A coluna não soma 100% em cada ano pois os impostos não foram considerados, ou seja: PIB = PIB dos Serviços + PIB da Indústria + PIB da Agropecuária + Impostos; 4) A linha fecha 100%.

Tabela 6 - PIB per capita nas microrregiões e metades norte e sul de Goiás 1999 - 2009 (R\$ - valores correntes)

Microrregiões	1999		2000		2002		2004		2005		2006		2007		2008		2009		2010	
	Ano/Classif.	Classif.	Ano/Classif.	Classif.	Ano/Classif.	Classif.	Ano/Classif.	Classif.	Ano/Classif.	Classif.	Ano/Classif.	Classif.	Ano/Classif.	Classif.	Ano/Classif.	Classif.	Ano/Classif.	Classif.	Ano/Classif.	Classif.
Anápolis	4.317	7	4.963	7	6.184	9	7.290	10	7.786	10	9.820	9	11.700	7	14.873	5	18.651	4	22.637	4
Anicuns	3.166	11	4.006	11	5.421	11	6.382	13	6.878	12	8.489	10	10.117	9	10.103	11	11.175	11	12.075	12
Aragarças	2.315	15	2.907	15	4.240	14	5.817	14	6.074	15	6.357	15	6.915	16	7.701	15	8.302	15	9.794	16
Catalão	7.366	2	10.136	1	15.367	1	24.127	1	24.780	1	25.572	1	29.238	1	31.574	1	35.424	1	37.952	1
Ceres	2.677	13	3.310	13	4.685	13	5.675	15	6.722	14	7.621	12	8.870	14	8.393	14	9.338	14	11.050	15
Chapada dos Veadeiros	1.921	17	2.554	16	3.417	16	6.456	12	6.787	13	6.895	14	9.323	11	9.571	12	9.779	13	11.706	14
Entorno de Brasília	2.233	16	2.518	17	3.361	17	4.323	17	4.544	17	4.639	18	6.354	17	6.431	17	7.931	16	8.100	18
Goiânia	5.455	5	6.043	6	7.607	7	8.936	6	9.553	6	11.016	6	12.197	6	13.179	7	14.569	7	16.730	7
Iporá	2.353	14	2.955	14	4.143	15	5.348	16	5.737	16	6.208	16	7.033	15	7.681	16	7.780	17	9.533	17
Meia Ponte	5.407	6	6.473	5	9.160	5	11.999	5	11.684	5	12.791	4	14.178	4	15.917	4	17.646	5	18.364	6
Pires do Rio	3.763	8	4.842	8	7.686	6	8.654	7	8.607	9	8.451	11	9.858	10	12.387	9	13.887	8	14.790	10
Porangatu	3.558	9	4.324	9	6.114	10	7.821	9	8.638	8	10.022	8	9.132	12	13.063	8	12.845	10	16.529	8
Quirinópolis	7.662	1	8.859	2	15.073	2	17.893	2	15.866	2	16.693	2	20.185	2	25.722	2	26.608	2	25.840	2
Rio Vermelho	2.952	12	3.653	12	5.272	12	6.819	11	7.093	11	7.513	13	9.031	13	9.336	13	10.023	12	11.826	13
São Miguel do Araguaia	3.395	10	4.249	10	6.235	8	8.291	8	9.196	7	10.628	7	11.387	8	11.946	10	12.898	9	14.271	11
Sudoeste de Goiás	6.953	3	8.080	3	13.082	3	15.495	3	14.417	3	14.531	3	16.651	3	19.740	3	23.025	3	23.073	3
Vale do Rio dos Bois	5.604	4	6.683	4	9.629	4	12.638	4	12.090	4	12.188	5	13.153	5	14.735	6	16.793	6	19.362	5
Vão do Paranã	1.621	18	1.899	18	2.796	18	4.260	18	4.506	18	5.100	17	5.581	18	6.077	18	3.372	18	7.090	19
Metade Norte	2.484		2.981		4.082		5.223		5.631		6.207		7.793		8.153		8.653	-	10.160	
Metade Sul	5.118		5.878		8.019		9.806		10.034		11.114		12.638		14.257		16.110	-	18.053	
Total geral	4.475		5.180		7.078		8.718		8.992		9.956		11.548		12.879		14.447	-	16.252	

Fonte.: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO.
Elaboração dos Autores

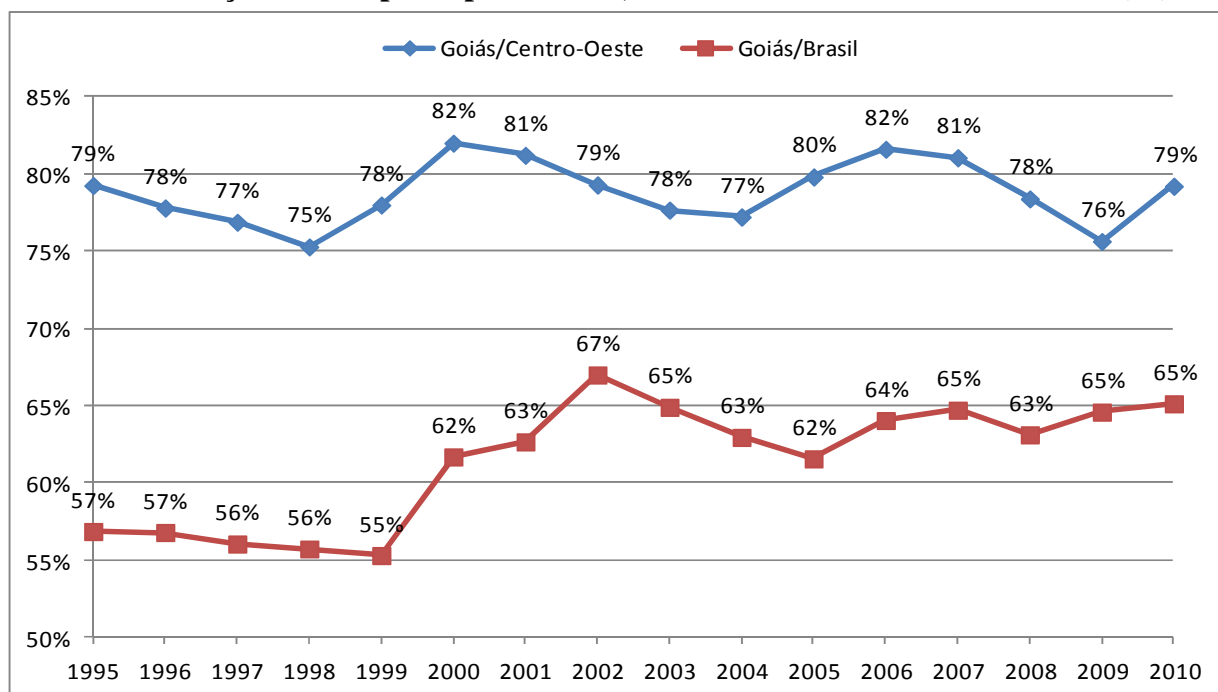
Gráfico 3 - PIB per capita - Goiás, Centro-Oeste e Brasil 1995 - 2010 (valores correntes)



Fonte.: IBGE / Instituto Mauro Borges / Segplan-GO

Elaboração dos Autores

Gráfico 4 – Relação do PIB per capita - Goiás, Centro-Oeste e Brasil 1995 – 2010 (%)



Fonte.: IBGE / Instituto Mauro Borges / Segplan-GO.

Elaboração dos Autores

5 - A DINÂMICA POPULACIONAL EM GOIÁS⁵

Desde o Censo Demográfico de 1991 houve em Goiás um incremento populacional de 49,39%, valor muito acima do índice nacional de 29,92% (Tabela 7). Em termos nacionais Goiás respondia em 1991 por 2,74% de toda a população brasileira. Em 2000, este índice passou para 2,95% e agora, com o Censo 2010 esta proporção saltou para 3,15%. Com relação ao Centro-Oeste, a população goiana representa 43% de todo o contingente demográfico da região.

Tabela 7 - População residente de Goiás, Centro-Oeste e Brasil (1991, 2000 e 2010)

Ano	Variável	Brasil	Centro - Oeste	Goiás
1991	Habitantes	146.825.475	9.412.242	4.018.903
	Part (%)	100	6,41	2,74
2000	Habitantes	169.799.170	11.616.745	5.003.228
	Part (%)	100	6,84	2,95
2010	Habitantes	190.755.799	14.058.094	6.003.788
	Part (%)	100	7,37	3,15
Variação (%) 1991/2010		29,92	49,36	49,39

Fonte: IBGE/Censos Demográficos

A taxa geométrica de crescimento registrada nas últimas décadas está acima do índice nacional. De 1991 para 2000 a taxa geométrica de crescimento anual do Brasil foi de 1,64%, enquanto a taxa de Goiás chegou a 2,49%. Já no período de 2000/2010 o crescimento geométrico anual brasileiro foi de 1,17% e o índice goiano registrou 1,84% (Gráfico 5). Entre os censos demográficos do IBGE de 2000 e 2010, a população do estado de Goiás cresceu 20% passando de 5.003.228 para 6.003.788 habitantes (Tabela 7).

Cabe observar que o alto crescimento geométrico populacional de Goiás pode ser explicado por dois fatores: 1) a taxa de natalidade e, 2) o grande saldo de migrantes. De acordo com a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios – PNAD - 2009, Goiás apresentou a quinta menor taxa de fecundidade do país, de 1,84 crianças por mulher (Gráfico 6). Apesar da taxa de fecundidade ser menor que a do Brasil (1,94) e da região Centro Oeste (1,93), Goiás é o 8^a maior no ranking de crescimento geométrico populacional. Essa situação encontra explicação no fluxo migratório brasileiro. Em 2000, o estado de São Paulo ocupava o primeiro lugar entre as unidades federativas quando se analisava o saldo líquido migratório

⁵ Tópico baseado no estudo do IMB “Dinâmica Populacional de Goiás” dos autores ARRIEL, SOUZA e ROMANATTO (2011) disponível em www.imb.go.gov.br.

(Tabela 8) – que é a diferença entre os migrantes que saem do estado e os que chegam, sendo que Goiás ocupava a 2ª posição. Nas duas últimas comparações realizadas pelo IBGE que correspondem aos períodos de 2000/2004 e 2004/2009 Goiás passou a liderar, sendo que no último período alcançou o saldo líquido migratório de 129 mil pessoas. Entre os anos 2004 e 2009 chegaram ao estado de Goiás mais de 264 mil migrantes e saíram aproximadamente no mesmo intervalo 135 mil.

Cabe observar que o acréscimo médio populacional no período de 2004 a 2009 é de 418.055 habitantes, sendo que destes mais de 129 mil habitantes (31%) são creditados ao saldo líquido migratório (Gráfico 7).

Quanto às migrações intra-regionais, ou seja, dentro da própria região Centro-Oeste, em 2000 foram pouco mais de 227 mil migrantes, sendo pertinente evidenciar que nesse movimento ocorreu o deslocamento de muitos brasileiros do Distrito Federal para Goiás. Muitos desses migrantes saem de Brasília em direção aos municípios goianos que compõem a Região do Entorno de Brasília para estabelecerem suas residências em detrimento do alto custo de vida da capital federal.

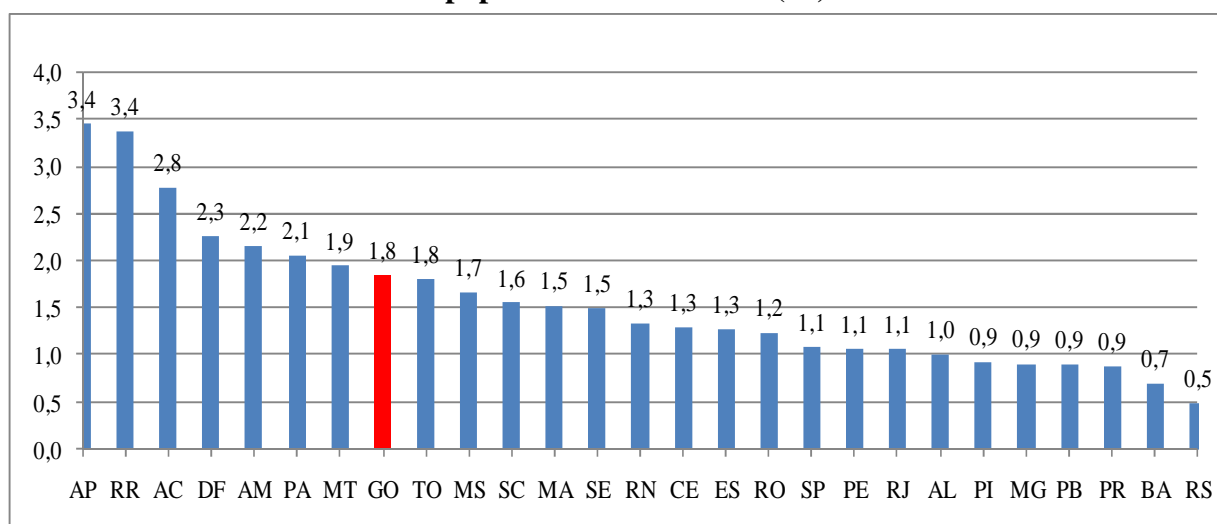
Tabela 8 - Imigrantes, emigrantes e saldo líquido migratório, segundo as unidades da federação (2000, 2004 e 2009)

Unidades da Federação	2000			2004			2009		
	Imigrantes	Emigrantes	Saldo líquido migratório	Imigrantes	Emigrantes	Saldo líquido migratório	Imigrantes	Emigrantes	Saldo líquido migratório
Acre	13.634	16.070	-2.436	14.777	13.212	1.565	13.059	13.026	33
Amazonas	89.627	58.657	30.970	64.001	52.928	11.073	63.102	35.594	27.508
Alagoas	55.966	127.948	-71.982	81.318	85.668	-4.350	43.936	80.757	-36.821
Amapá	44.582	15.113	29.469	32.525	18.281	14.244	19.987	11.073	8.914
Bahia	250.571	518.036	-267.465	290.343	378.618	-88.275	203.885	312.211	-108.326
Ceará	162.925	186.710	-23.785	141.680	120.574	21.106	93.740	98.073	-4.333
Distrito Federal	216.200	188.577	27.623	152.073	199.982	-47.909	149.903	138.037	11.866
Espírito Santo	129.169	95.168	34.001	107.132	108.669	-1.537	107.421	54.674	52.747
Goiás	372.702	169.900	202.802	315.571	168.574	146.997	264.087	135.031	129.056
Maranhão	100.816	274.469	-173.653	180.924	258.016	-77.092	125.387	154.859	-29.472
Mato Grosso	166.299	123.724	42.575	192.691	81.011	111.680	78.627	90.654	-12.027
Mato Grosso Sul	97.709	108.738	-11.029	90.071	97.271	-7.200	57.900	50.205	7.695
Minas Gerais	447.782	408.658	39.124	429.438	398.460	30.978	288.373	276.196	12.177
Pará	182.043	234.239	-52.196	235.111	187.426	47.685	118.292	160.200	-41.908
Paraíba	102.005	163.485	-61.480	138.328	95.857	42.471	74.291	70.917	3.374
Paraná	297.311	336.998	-39.687	260.478	271.182	-10.704	203.613	171.868	31.745
Pernambuco	164.871	280.290	-115.419	179.932	204.868	-24.936	100.769	107.334	-6.565
Piauí	88.740	140.815	-52.075	119.646	113.952	5.694	74.798	104.822	-30.024

Unidades da Federação	2000			2004			2009		
	Imigrantes	Emigrantes	Saldo líquido migratório	Imigrantes	Emigrantes	Saldo líquido migratório	Imigrantes	Emigrantes	Saldo líquido migratório
Rio de Janeiro	319.749	274.213	45.536	166.036	255.653	-89.617	141.459	165.522	-24.063
Rio Gr.do Norte	77.916	71.287	6.629	73.494	37.284	36.210	60.182	37.047	23.135
Rio Grande Sul	113.395	152.890	-39.495	116.643	146.372	-29.729	90.636	104.016	-13.380
Rondônia	83.325	72.735	10.590	49.046	55.239	-6.193	34.249	32.206	2.043
Roraima	47.752	14.379	33.373	38.384	13.325	25.059	15.351	14.675	676
Santa Catarina	199.653	139.667	59.986	214.287	139.268	75.019	194.033	113.545	80.488
São Paulo	1.223.811	883.885	339.926	823.557	978.689	-155.132	535.376	588.652	-53.276
Sergipe	52.111	56.928	-4.817	45.843	43.258	2.585	37.736	36.573	1.163
Tocantins	95.430	82.515	12.915	82.312	112.004	-29.692	50.491	82.916	-32.425

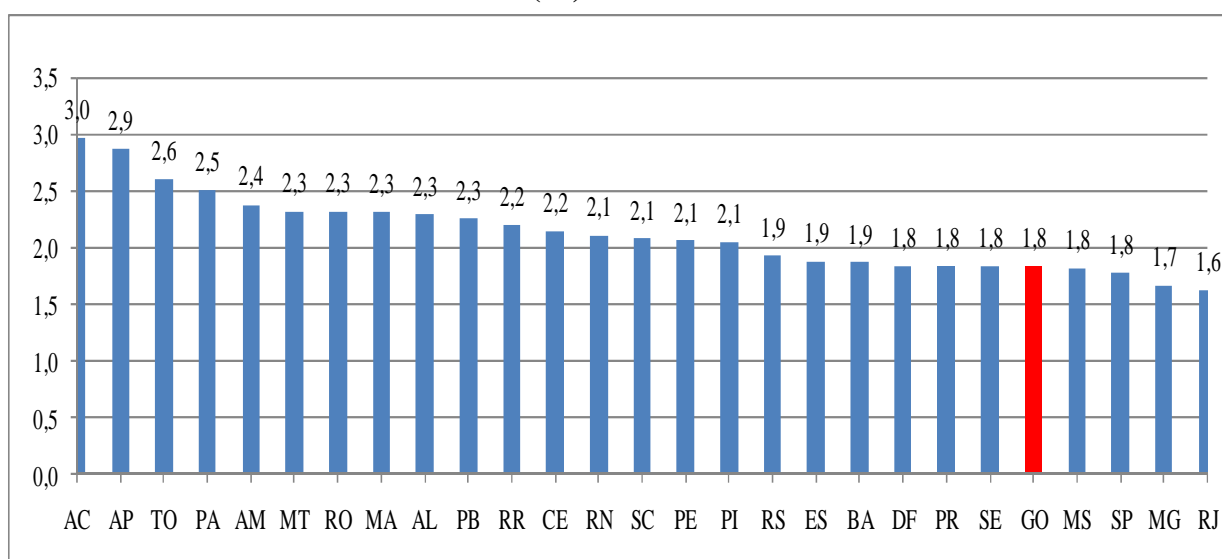
Fonte: IBGE

Gráfico 5 - Taxa de crescimento populacional 2000/2010 (%)



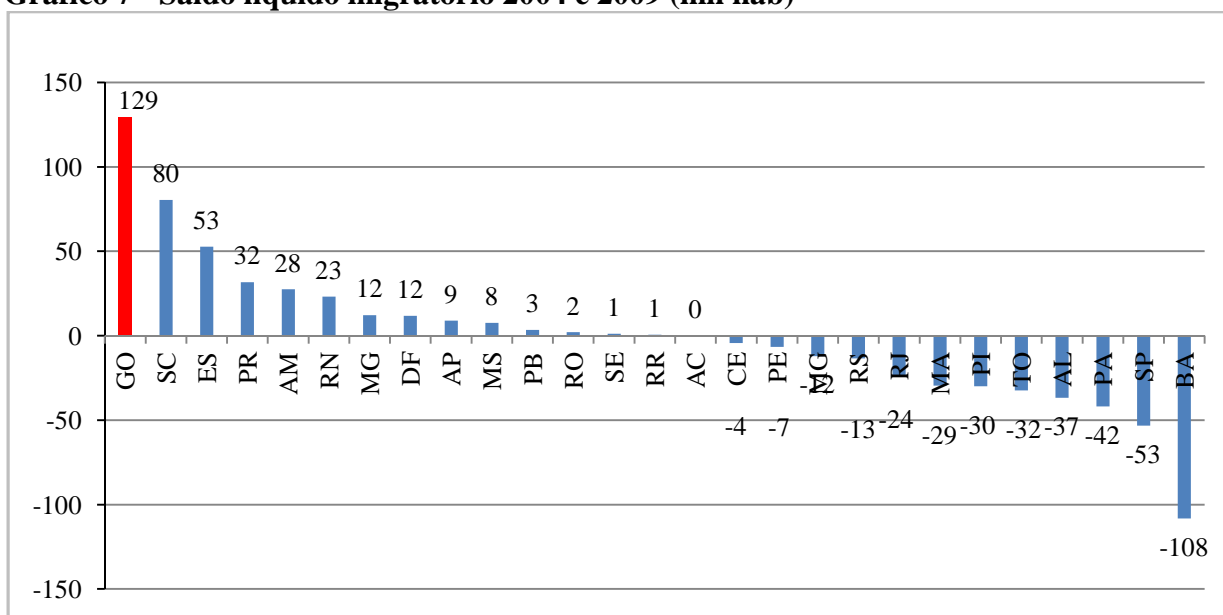
Fonte : IBGE

Gráfico 6 - Taxa de Fecundidade 2009 (%)



Fonte : IBGE

Gráfico 7 - Saldo líquido migratório 2004 e 2009 (mil hab)



Fonte : IBGE

6 - A POPULAÇÃO PELAS MICRORREGIÕES E PRINCIPAIS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS

Com relação à população total, percebe-se que a microrregião do Entorno de Brasília foi a que mais ganhou participação nos últimos trinta anos (9,2%), saltando de 8,3% em 1980 para 17,5% em 2010. Na sequência vem a microrregião de Goiânia (7,6%), passando de 27,7% para 35,3%. Por fim, um pequeno ganho da Sudoeste (0,2%), praticamente estável (Tabela 9). Todas as demais Microrregiões perderam participação populacional. Dividindo-se o Estado em metade sul e metade norte, nota-se que a segunda perdeu 3,9% para a primeira. O contingente populacional da metade sul, além de ser maior, obteve ganhos em relação a metade norte.

Distribuição/Participação da população total, por microrregiões e metade sul/norte - anos selecionados (%)

Tabela 9 - Distribuição/Participação da população total, por microrregiões e metade sul/norte - anos selecionados (%)

Microrregiões	1980	1991	2000	2002	2004	2006	2008	2010	Diferença 2010 – 1980
Anápolis	11,2	10,0	9,3	9,2	9,0	8,9	9,1	9,0	-2,2
Anicuns	3,3	2,5	2,0	2,0	1,9	1,8	1,8	1,8	-1,4
Aragarças	1,5	1,3	1,1	1,0	1,0	0,9	0,9	0,9	-0,6
Catalão	2,9	2,6	2,4	2,3	2,3	2,2	2,4	2,5	-0,4
Ceres	6,1	5,2	4,2	4,1	3,9	3,8	3,8	3,9	-2,2
Chapada dos Veadeiros	1,3	1,2	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,0	-0,2
Entorno de Brasília	8,3	11,8	16,3	17,0	18,0	18,6	17,2	17,5	9,2
Goiânia	27,7	31,6	33,9	34,2	34,7	35,0	35,7	35,3	7,6
Iporá	2,1	1,6	1,2	1,2	1,1	1,1	1,0	1,0	-1,1
Meia Ponte	7,5	6,6	6,3	6,2	6,1	6,1	6,0	6,0	-1,4
Pires do Rio	2,2	1,9	1,7	1,7	1,7	1,6	1,6	1,6	-0,7
Porangatu	6,4	6,0	4,5	4,3	4,0	3,8	3,9	3,9	-2,5
Quirinópolis	2,8	2,2	1,9	1,8	1,7	1,7	1,7	1,8	-0,9
Rio Vermelho	2,8	2,2	1,8	1,8	1,7	1,6	1,5	1,5	-1,3
São Miguel do Araguaia	2,0	1,8	1,5	1,4	1,4	1,3	1,4	1,3	-0,7
Sudoeste de Goiás	7,2	7,1	6,9	6,8	6,8	6,7	7,1	7,4	0,2
Vale do Rio dos Bois	2,6	2,2	2,0	2,0	2,0	1,9	1,9	1,9	-0,7
Vão do Paranã	2,2	2,1	1,8	1,8	1,7	1,7	1,8	1,8	-0,4
Metade Norte	26,7	25,2	24,1	24,0	23,7	23,6	22,6	22,8	-3,9
Metade Sul	73,3	74,8	75,9	76,0	76,3	76,4	77,4	77,2	3,9
Total geral	100	100	100	100	100	100	100	100	

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010 e estimativas para os anos de 2002, 2004, 2006 e 2008.

Elaboração dos Autores.

Também, digno de nota é que os dez maiores municípios em população detêm 50,6% da população do Estado, sendo que destes, cinco pertencem à Microrregião do Entorno do Distrito Federal (Luziânia (2,9%), Águas Lindas de Goiás (2,7%), Valparaíso de Goiás (2,2%), Formosa (1,7%) e Novo Gama (1,6%)), todos eles representam 11% do total da população estadual. Ademais, três municípios são da Microrregião de Goiânia, sendo a própria capital (21,7%), Aparecida de Goiânia (7,6%) e Trindade (1,7%), representando estes, 31% do total da população estadual. Junta-se a esses os municípios de Anápolis e Rio Verde com 5,6% e 2,9% da população do Estado (Tabela 10).

Tabela 10 - População dos 10 maiores municípios de Goiás - 2010

Município	População	Microrregião	Part. (%) estadual
Goiânia	1.302.001	Goiânia	21,7
Aparecida de Goiânia	455.657	Goiânia	7,6
Anápolis	334.613	Anápolis	5,6
Rio Verde	176.424	Sudoeste de Goiás	2,9
Luziânia	174.531	Entorno de Brasília	2,9
Águas Lindas de Goiás	159.378	Entorno de Brasília	2,7
Valparaíso de Goiás	132.982	Entorno de Brasília	2,2
Trindade	104.488	Goiânia	1,7
Formosa	100.085	Entorno de Brasília	1,7
Novo Gama	95.018	Entorno de Brasília	1,6
Demais Municípios	2.968.611		49,5
Total	6.003.788		50,6

Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2010

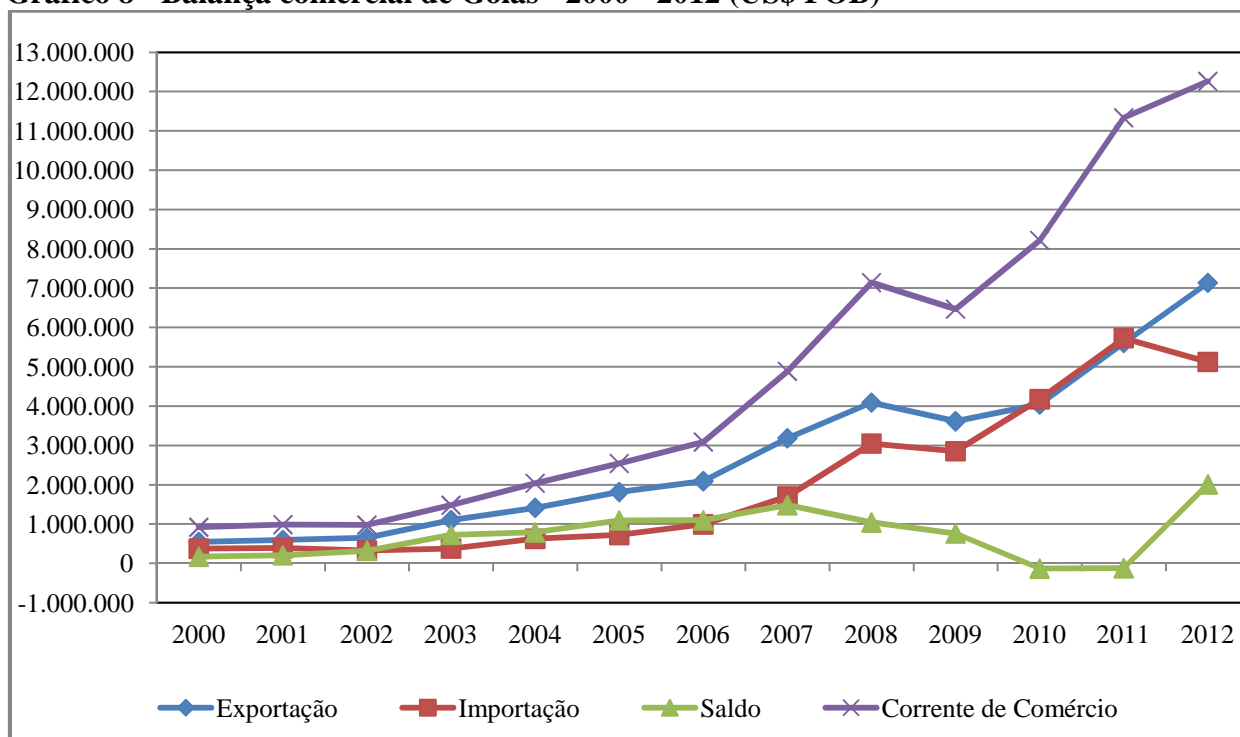
Elaboração dos Autores.

7 - AS EXPORTAÇÕES GOIANAS

É de grande importância o comércio exterior para a economia goiana. Estima-se que, em 2012, as exportações corresponderam a 13% do PIB do Estado. Mas, muito dessa participação se deve ao bom momento dos preços internacionais das *commodities* exportadas.

Atualmente, Goiás registra recordes nos fluxos de comércio (Gráfico 8). Em 2012 as exportações alcançaram mais de US\$ 7,13 bilhões, as importações mais de US\$ 5,12 bilhões, ocorrendo um fluxo de comércio de US\$ 12,3 bilhões. O aumento do fluxo comercial resultou num saldo de US\$ 2,01 bilhões.

Gráfico 8 - Balança comercial de Goiás - 2000 - 2012 (US\$ FOB)



Fonte: MDIC; Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas
Elaboração dos autores.

Contudo, a pauta de exportações de Goiás se restringe a produtos primários. Na média, entre 1990 e 2012, 74% das exportações foram de produtos primários e 26% de industrializados (Tabela 11).

De acordo com dados do MDIC/SECEX, historicamente a pauta de exportações goianas depende basicamente de três produtos: soja, carne e minério (Tabela 12). Em 1996, o complexo carne tinha participação de 0,5% do volume exportado e de 3,8% da receita, em 2012 passou a ser de 4,7% para volume e de 20,5% para receita, ou seja, ocorreram ganhos de participação. O complexo da soja participava com 82,8% do volume em 1996 e 47,4% da receita; em 2012 passou a ser de 45,1% e 32,1%, respectivamente, ou seja, perdeu participação. O complexo de minério tinha participação de 9,7% em volume e 32,8% em receita em 1996; em 2012 passou a ser de 6,5% e 18,5%, respectivamente. Percebe-se que o complexo da soja e o de minério perderam participação para o complexo da carne. Também houve aumento em volume e receita das exportações de outros produtos como açúcares e milho, este com 12,3% de participação em receita em 2012.

Tabela 11 - Exportações por fator agregado de Goiás 1990 - 2012 (US\$ 1.000 FOB)

Ano	Total	Primários	%	Industrializados (A+B)	%	Semimanufaturados (A)	Manufaturados (B)	Operações especiais
1990	202.199	151.524	75	50.675	25	46.173	4.502	-
1991	237.795	184.814	78	52.976	22	48.862	4.114	5
1992	217.664	156.408	72	61.221	28	47.072	14.149	35
1993	248.606	168.748	68	79.857	32	56.251	23.606	1
1994	353.052	249.699	71	103.322	29	72.747	30.575	31
1995	248.655	128.794	52	119.860	48	92.792	27.068	1
1996	387.007	240.307	62	146.701	38	116.716	29.984	-
1997	475.659	318.756	67	156.884	33	125.899	30.985	18
1998	381.669	254.930	67	126.721	33	97.978	28.743	19
1999	325.891	205.171	63	120.698	37	94.816	25.882	22
2000	544.864	404.071	74	140.793	26	114.876	25.916	-
2001	595.271	425.463	71	169.808	29	136.565	33.243	-
2002	649.314	471.389	73	177.895	27	149.804	28.090	31
2003	1.103.187	900.729	82	202.456	18	162.098	40.359	1
2004	1.413.115	1.175.604	83	237.511	17	168.431	69.080	1
2005	1.817.393	1.519.953	84	297.440	16	185.833	111.607	-
2006	2.093.111	1.696.335	81	396.776	19	291.419	105.357	-
2007	3.184.780	2.653.106	83	530.301	17	331.804	198.496	1.374
2008	4.090.520	3.486.599	85	603.427	15	360.112	243.314	495
2009	3.614.964	2.894.523	80	720.208	20	526.976	193.232	233
2010	4.044.661	3.240.858	80	803.570	20	556.368	247.202	233
2011	5.605.193	4.206.628	75	1.398.565	25	908.557	490.007	0
2012	7.135.690	5.517.346	77	1.618.188	23	1.315.206	302.982	156

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas, 2013

Nota: Dados preliminares a partir de 1997.

Tabela 12 - Principais produtos exportados de Goiás 1996, 2001, 2005 e 2012

Produtos	1996				2001				2005				2012			
	Volume (t)	%	US\$ FOB (Mil)	%	Volume (t)	%	US\$ FOB (Mil)	%	Volume (t)	%	US\$ FOB (Mil)	%	Volume (t)	%	US\$ FOB (Mil)	%
Complexo Carne	4.585	0,5	14.868	3,8	58.312	3,2	98.491	16,5	221.824	4,2	380.846	21	464.848	4,7	1.460.821	20,5
Carne bovina	4.585		14.868		46.459		83.357		112.554		248.026		166.503	1,7	784.454	11,0
Carne avícola	-		-		4.864		5.423		88.744		93.494		70.432	0,7	191.331	2,7
Carne suína	-		-		6.982		9.673		20.525		39.322		221.486	2,2	468.081	6,6
Outras carnes	-		-		7		38		0,24		4		6.427	0,1	16.955	0,2
Complexo soja	764.673	82,8	183.409	47,4	1.572.619	85,3	287.615	48,3	4.509.454	85,7	1.025.285	56	4.463.750	45,1	2.287.401	32,1
Complexo minério	89.265	9,7	126.975	32,8	61.482	3,3	124.617	20,9	153.312	2,9	157.534	9	644.401	6,5	1.320.011	18,5
Ouro	4		44.652		6		54.005		3		45.920		1	0,0	33.278	0,5
Amianto	78.294		34.791		53.918		21.215		143.619		43.414		150.829	1,5	103.359	1,4
Sulfetos de min. de cobre	-		-		-		-		-		-		251.988	2,5	607.522	8,5
Ferroligas	10.968		47.532		7.558		49.397		9.690		68.200		76.901	0,8	554.026	7,8
Couros	5.880	0,6	14.532	3,8	6.241	0,3	18.723	3,1	17.089	0,3	49.333	3	61.089	0,6	263.479	3,7
Açúcares	27.010	2,9	9.738	2,5	68.867	3,7	14.519	2,4	128.873	2,4	29.593	2	896.262	9,1	511.081	7,2
Algodão	100	0,0	148	0,0	10.731	0,6	11.431	1,9	38.736	0,7	43.453	2	63.313	0,6	127.695	1,8
Milho	511	0,1	363	0,1	178	0,0	171	0,0	8.243	0,2	6.840	0	3.147.687	31,8	877.664	12,3
Veículos, suas partes e acessórios													416	0,0	6.783	0,1
Leite e derivados	1.520	0,2	3.965	1,0	721	0,0	1.234	0,2	7.735	0,1	16.256	1	491	0,0	1.507	0,0
Café e especiarias	8	0,0	48	0,0	389	0,0	556	0,1	4.996	0,1	8.124	0	5.518	0,1	22.428	0,3
Demais produtos	29.675	3,2	32.961	8,5	64.615	3,5	37.899	6,4	82.706	1,6	80.169	4	144.411	1,5	256.820	3,6
TOTAL	923.226	100	387.007	100	1.844.158	100	595.271	100	5.260.700	100,0	1.817.393	100	9.892.187	100	7.135.690	100

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas, 2013

De modo geral, as receitas das exportações goianas cresceram 169% nos anos 1990 e 1.210% nos anos 2000 (Quadro 1). O aumento das receitas nos anos 2000 reflete duas situações: 1) a expansão da produção para exportação e, 2) principalmente, a recuperação dos preços internacionais das *commodities*. A constatação disto se verifica no complexo carnes e soja, principalmente, onde o crescimento das receitas foi numa proporção muito maior que a de volume.

Quadro 1 - Crescimento nominal da receita e do volume de exportados de Goiás

Anos	Crescimento da Receita	Crescimento do volume
1990 a 2000	169%	185%
2000 a 2012	1.210%	409%

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Elaboração dos Autores

Em 1996, em termos de receita, o principal comprador dos produtos goianos era a Holanda - Países Baixos (Tabelas 13 e 14). Em 2010 eles continuam sendo um cliente representativo embora tenha perdido a primeira colocação para a China. Em 1996, a China aparecia apenas na 21ª posição em termos de receitas de exportação, hoje é o país para onde mais se exporta, tanto em volume, quanto em valor. Em 1996, os EUA eram o 3º em receita, em 2010 passaram a figurar na 14ª colocação.

A Rússia, Índia e Espanha são o 3º, 4º e 5º colocados em termos de receitas para o estado de Goiás. Esses países também ganharam participação desde 1996, ano em que figuravam na 7ª, 13ª e a Rússia nem figura entre os 25 primeiros, respectivamente (Tabela 14).

O Irã, Arábia Saudita, Taiwan, Rússia, Emirados Árabes Unidos, Finlândia, Chile, Malásia, Angola, México e Marrocos aparecem entre os 25 maiores compradores dos produtos goianos em 2012. Esses países não figuravam em 1996 entre os 25 primeiros. Ou seja, houve mudança de 11 dos 25 países maiores compradores nesses anos.

Tabela 13 - Principais mercados de exportação de Goiás segundo volume e receita das exportações (1996, 2003 e 2010)

Países de Destino	Volume e Receita das Exportações					
	1996		2003		2012	
	Volume (t)	Receita (Em Mil US\$)	Volume (t)	Receita (Em Mil US\$)	Volume (t)	Receita (Em Mil US\$)
China	9.417	2.375,1	213.201	50.201,2	2.701.232	1.727.365
Países Baixos (Hol)	618.753	150.634,8	1.629.817	349.001,5	857.694	607.525
Rússia	4.011	1.134,7	62.277	40.444,5	171.298	496.040
Índia	26.768	13.954,8	23.846	9.205,7	295.171	383.027
Espanha	9.011	5.240,0	170.854	44.928,4	256.688	252.668
Japão	35.084	19.017,9	195.262	53.745,9	530.328	244.501
Irã	2.373	722,5	32.702	13.421,3	561.520	220.919
EUA	1.542	33.100,0	7.533	95.032,1	159.694	178.323
Arábia Saudita	10	20,4	14.018	11.036,2	224.852	148.331
Alemanha	5.558	19.762,4	340.300	103.600,5	219.669	146.332
Reino Unido	29.421	33.388,6	85.385	30.480,6	157.581	123.102
Tailândia	19.781	7.101,6	54.944	11.773,6	163.981	85.900
França	25.502	7.591,7	256.046	49.964,7	93.547	53.053
Argentina	17.290	14.407,0	19.198	8.135,4	6.563	16.559
Portugal	6.095	8.775,5	36.930	10.404,4	28.928	14.448
Outros países	112.610	69.780,6	512.197	221.811,1	3.463.440	2.437.595
TOTAL	923.226	387.007,5	3.654.510	1.103.187,2	9.892.187	7.135.690

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior/SECEX
Elaboração dos autores

Tabela 14 - Ranking dos 25 principais mercados de destino das exportações de Goiás - 1996, 2003 e 2004

Ranking	1996		2003		2012	
	Volume (t)	Receita US\$	Volume (t)	Receita US\$	Volume (t)	Receita US\$
1	Holanda	Holanda	Holanda	Holanda	China	China
2	Japão	Reino Unido	Alemanha	Alemanha	Países Baixos	Países Baixos
3	Reino Unido	EUA	França	EUA	Coréia do Sul	Rússia
4	Índia	Alemanha	China	Japão	Taiwan	Índia
5	França	Japão	Japão	China	Irã	Espanha
6	Tailândia	Argentina	Espanha	França	Japão	Japão
7	Argentina	Índia	Bélgica	Espanha	Egito	Coréia do Sul
8	Turquia	Portugal	Israel	Rússia	Índia	Irã
9	Coréia do Sul	França	Reino Unido	Reino Unido	Espanha	Hong Kong
10	Irlanda	Itália	Rússia	Chile	Arábia Saudita	Estados Unidos
11	China	Tailândia	Tailândia	Israel	Alemanha	Taiwan
12	Espanha	Paraguai	Itália	Bélgica	Marrocos	Egito
13	Hungria	Espanha	Portugal	Itália	Malásia	Arábia Saudita
14	Portugal	Coréia do Sul	Coréia do Sul	Hong Kong	Rússia	Alemanha
15	Egito	Hong Kong	Irã	Irã	Tailândia	Reino Unido
16	Iêmen	Venezuela	Hong Kong	Tailândia	Estados Unidos	Finlândia
17	Indonésia	Turquia	Índia	Ar. Saudita	Reino Unido	Itália
18	Alemanha	Bélgica	Finlândia	Portugal	Argélia	Chile
					Emirados Árabes	
19	México	Canadá	Angola	Angola	Unidos	Venezuela
20	Paraguai	Irlanda	Argentina	Coréia/Sul	Franca	Tailândia
21	Rússia	China	Filipinas	Índia	Indonésia	Em. Ár. Unidos
22	Hong Kong	Indonésia	Indonésia	Egito	Venezuela	Malásia

Ranking	1996		2003		2012	
	Volume (t)	Receita US\$	Volume (t)	Receita US\$	Volume (t)	Receita US\$
23	E. Ár. Unidos	Egito	Chile	Argentina	Nigéria	Angola
24	Itália	Uruguai	Ar. Saudita	Paraguai	Hong Kong	México
25	Uruguai	Hungria	Argélia	Finlândia	Ilhas Cayman	Marrocos

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior/SECEX.
Elaboração dos autores.

O comércio exterior de Goiás vem crescendo nas duas últimas décadas. Esse resultado é decorrente do aumento das exportações de *commodities* primárias que ainda podem ser potencializadas através da conclusão da Ferrovia Norte-Sul. As estimativas de redução do custo de exportação giram em torno de 30%.

8 - ALGUMAS QUESTÕES SOCIOECONÔMICAS

Em Goiás, segundo estudos do IPEA calculados a partir das respostas à PNAD, a parcela de domicílios com renda domiciliar per capita inferior à linha de extrema pobreza⁶ caiu de 12,6% em proporção ao total de domicílios em 1981 para 3,43% em 2009, apresentando uma redução de 109.592 domicílios para 62.324⁷.

A proporção de domicílios pobres, com renda domiciliar per capita inferior a linha de pobreza⁸, aqui considerada como sendo o dobro da linha da extrema pobreza, também apresentou redução ao longo dos anos. Em 1981, 34,87% dos domicílios viviam com renda domiciliar per capita abaixo da linha da pobreza e em 2009, este percentual foi reduzido para 9,65%. Tendo em vista que houve redução tanto no nível de domicílios extremamente pobres e domicílios pobres, pode se afirmar que houve uma melhoria expressiva na melhoria de vida da população e uma melhoria na distribuição de renda, havendo deslocamentos destas faixas de domicílios para faixas superiores.

O número de pessoas residentes em domicílios extremamente pobres também reduziu. Em 1981, havia 673.130 pessoas em domicílios com renda domiciliar per capita inferior a linha de extrema pobreza, representando uma taxa de extrema pobreza de 16,84%

⁶Domicílios com renda per capita inferior ao valor estimado de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa, com base em recomendações da FAO e da OMS.

⁷Em 2009, a linha de extrema pobreza estimada para Goiás era de R\$ 83,54 a renda média per capita em zona urbana e de R\$ 73,35 na área rural

⁸ Em 2009, a linha de pobreza estimada para Goiás era de R\$ 167,07 a renda média per capita em zona urbana e de R\$ 146,70 na área rural.

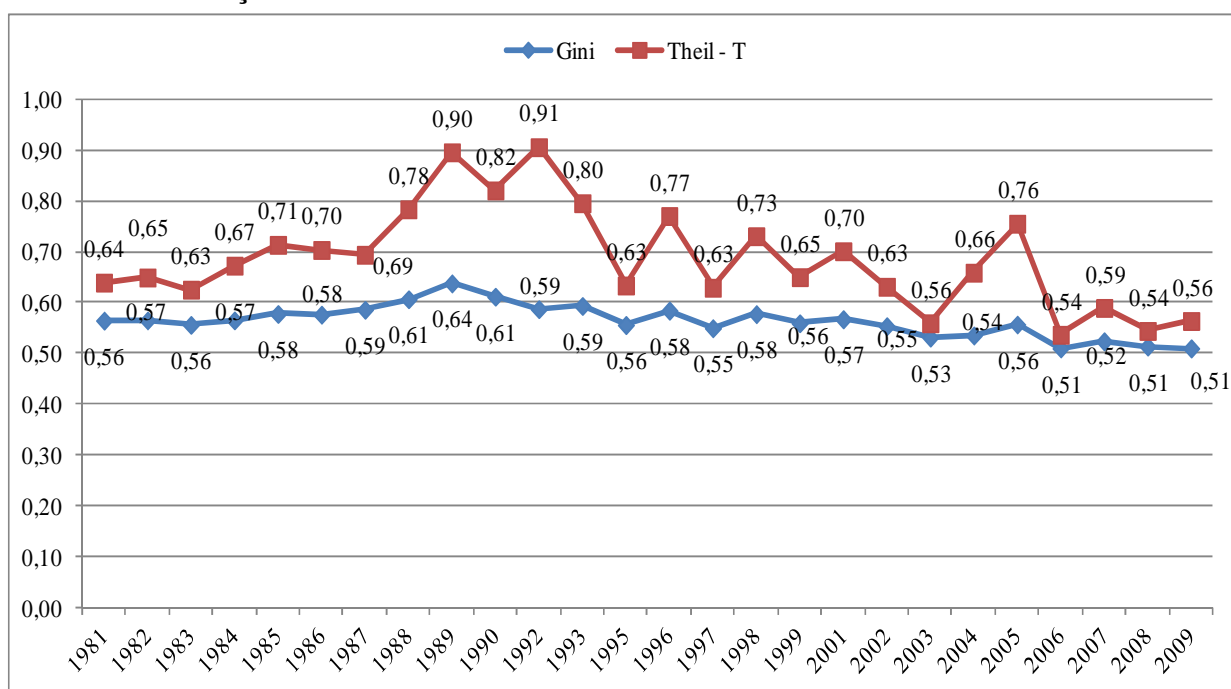
da população. Em 2009, este número caiu para 199.994, representando uma taxa de 3,47%. A quantidade de pessoas pobres também apresentou redução, caindo de 1.673.098 pessoas em 1981 para 689.425 pessoas em 2009. Esse queda significou uma redução de aproximadamente 30% na taxa de pobreza do estado.

Goiás tem uma boa colocação dentre os Estados brasileiros com relação a proporção de domicílios extremamente pobres e de domicílios pobres. O Estado tem a 9ª menor proporção de domicílios em situação de extrema pobreza e a 7ª menor de domicílios pobres. Situação semelhante com relação à taxa de extrema pobreza, em que está na 7ª posição e a taxa de pobreza, em que se encontra em 5º lugar.

Entre 1981 e 2009, o grau de desigualdade de renda em Goiás declinou de forma acentuada e contínua. Conforme o índice de Gini⁹, entre 1981 e 2009 o grau de desigualdade de renda no Estado declinou 9,67%, passando de 0,565 para 0,510. Apesar de ser o 8º Estado com menor coeficiente de Gini, Goiás é o segundo com maior redução percentual no índice de Gini de 1981 para 2009, estando atrás apenas do Espírito Santo. Essa evolução na distribuição da renda se deve em grande parte ao crescimento econômico e a geração de empregos bem como aos aumentos reais no salário mínimo e da expansão das políticas de transferência de renda.

⁹ O índice de Gini pode variar teoricamente desde 0, quando não há desigualdade (as rendas de todos os indivíduos têm o mesmo valor), até 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula)

Gráfico 9 - Evolução do coeficiente de Gini e do índice de Theil-T de Goiás 1981 - 2009



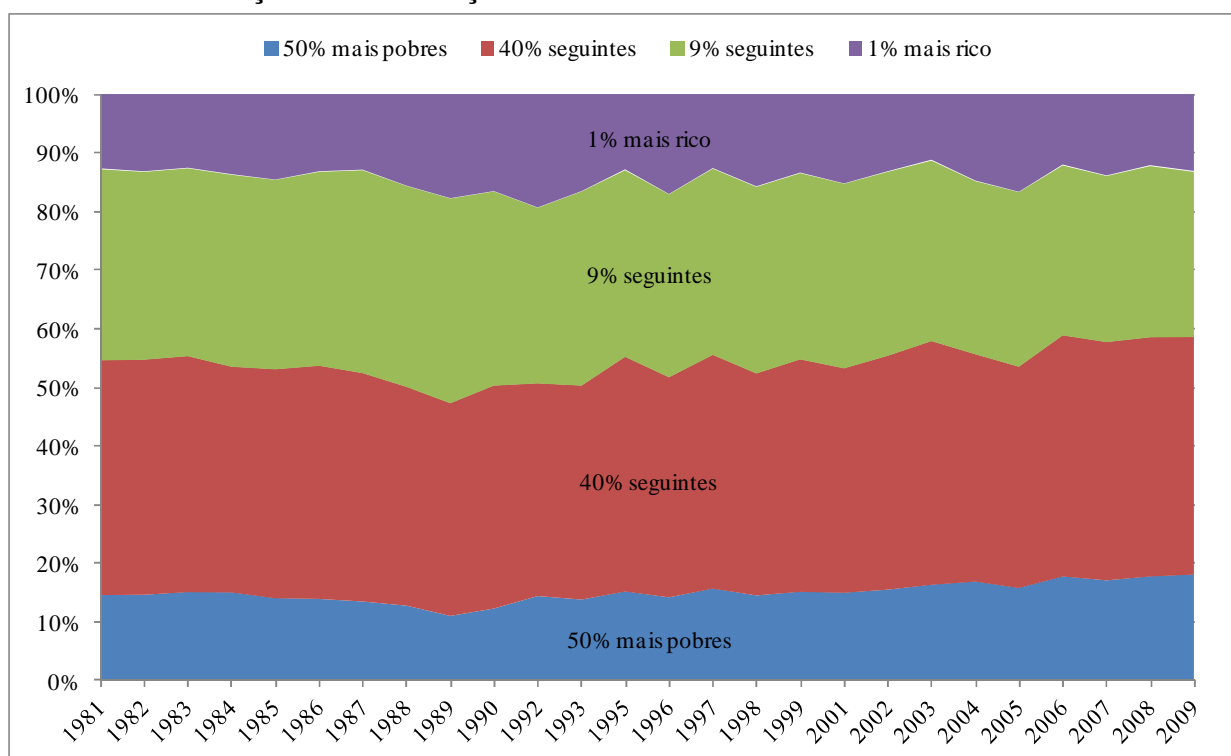
Fonte: Ipea. Série calculada a partir das respostas à PNAD/IBGE.

O índice Theil-T, que, do mesmo modo, mede o grau de desigualdade na distribuição da renda domiciliar per capita entre os indivíduos, também apresentou redução. Em 1981 o índice era de 0,640 e em 2009 0,564, tendo em vista que, quanto mais próximo de zero, melhor a igualdade na distribuição. A queda deste indicador foi de 11,80% sendo Goiás o 7º estado com melhor redução na desigualdade.

Apesar da queda dos índices de Gini e Theil e na proporção de pobres e extremamente pobres, a distribuição de renda por outro lado, não coloca o estado de Goiás em situação privilegiada. Em 2009, a renda de 17,05% da população mais pobre somada era igual a renda de apenas 1% dos mais ricos. Este panorama teve pouca melhora ao longo dos anos, pois em 1981 este percentual era de 21,41%. Goiás é apenas o 14º estado com a menor proporção de pobres com renda igual a 1% dos mais ricos.

A desigualdade de renda goiana permanece elevada. A fatia da renda total apropriada pela parcela 1% mais rica da população é maior que a renda apropriada pelos 40% mais pobres. Enquanto a parcela 1% mais rica possui 13,04% da renda total, os 40% da população mais pobre possui apenas 12,29%. Além disso, os 10% mais ricos se apropriam de 41,32% da renda, enquanto os 50% mais pobres se apropriam de apenas 17,97% (Gráfico 10).

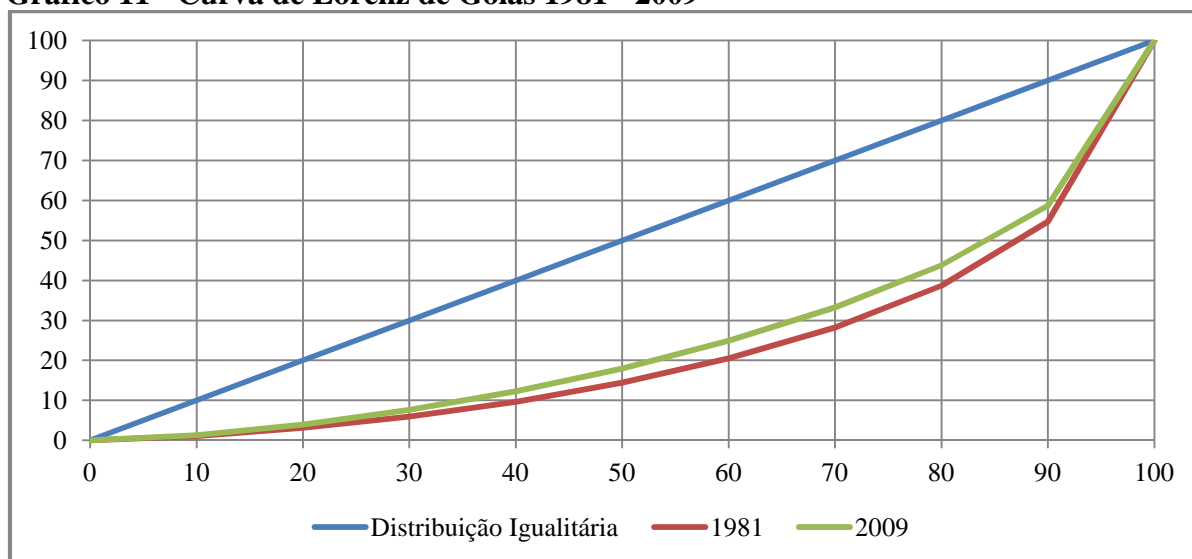
Gráfico 10 - Evolução da distribuição da renda de Goiás 1981 - 2009



Fonte: Ipea. Série calculada a partir das respostas à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE).
Elaboração dos autores

Outro modo que podemos utilizar para a visualização do declínio dessa desigualdade é por meio da curva de Lorenz. No Gráfico 11, abaixo, pode ser observado que, apesar de pequeno, há um deslocamento da curva em direção a situação de equilíbrio.

Gráfico 11 - Curva de Lorenz de Goiás 1981 - 2009



Fonte: Ipea. Série calculada a partir das respostas à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE).

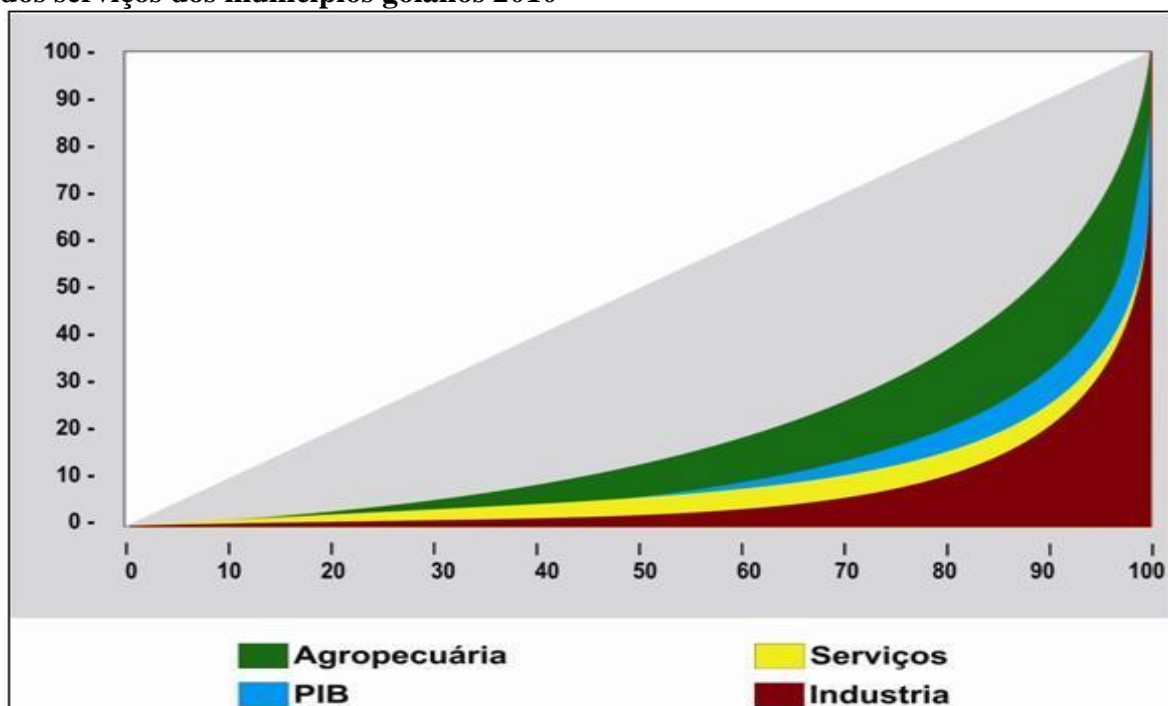
Ao analisarmos a renda per capita dos segmentos mais ricos e mais pobres da população também nota-se o grau de desigualdade da população goiana. Enquanto a renda média per capita da população, de modo geral, era de R\$ 697,19¹⁰ em 2009, o 1% da população mais rica possuía uma renda per capita média de R\$ 9.091,94. Por outro lado, a parcela da população pobre (acima do dobro da linha de pobreza) apresentava uma renda per capita de R\$ 98,09 e a população extremamente pobre tinha uma renda per capita de somente R\$ 31,33. Portanto, apesar de ocorrer uma pequena melhora na distribuição da renda no Estado, as disparidades ainda são exorbitantes.

Mesma situação apresenta a distribuição do Produto Interno Bruto, que também mostra concentração da renda gerada no Estado. Os dados do PIB Municipal para o ano de 2010 registraram um PIB médio de R\$ 968,65 milhões (total do PIB estadual dividido pelo número de municípios), sendo que 34 municípios estavam acima da média e 212 abaixo, caracterizando uma concentração na geração de renda no Estado, cujo PIB total foi de R\$ 97,6 bilhões naquele ano (Instituto Mauro Borges/Segplan-Go/Gerência de Contas Regionais e Indicadores).

Outra forma de verificar a concentração na geração da renda é através da curva de Lorenz para o PIB, valor adicionado da agropecuária, indústria e dos serviços, representados no Gráfico 12. Nota-se que a produção é menos concentrada na atividade da agropecuária, sendo a mais próxima da linha da perfeita igualdade. Esta atividade está bem espalhada por todos os municípios do Estado que apresenta um perfil voltado ao agronegócio. O inverso foi constatado na atividade industrial, que teve maior concentração entre os setores. O setor de Serviços mostrou-se menos concentrado que a indústria, mas ainda com grau de concentração bem maior que agropecuária (Instituto Mauro Borges/Segplan-Go/Gerência de Contas Regionais e Indicadores).

¹⁰ Renda média per capita com valores reais aos preços vigentes na realização da última edição da pesquisa, atualizados conforme o deflator para rendimentos da PNAD apresentado pelo Ipeadata

Gráfico 12 - Curva de Lorenz do PIB e do valor adicionado da agropecuária, indústria e dos serviços dos municípios goianos 2010



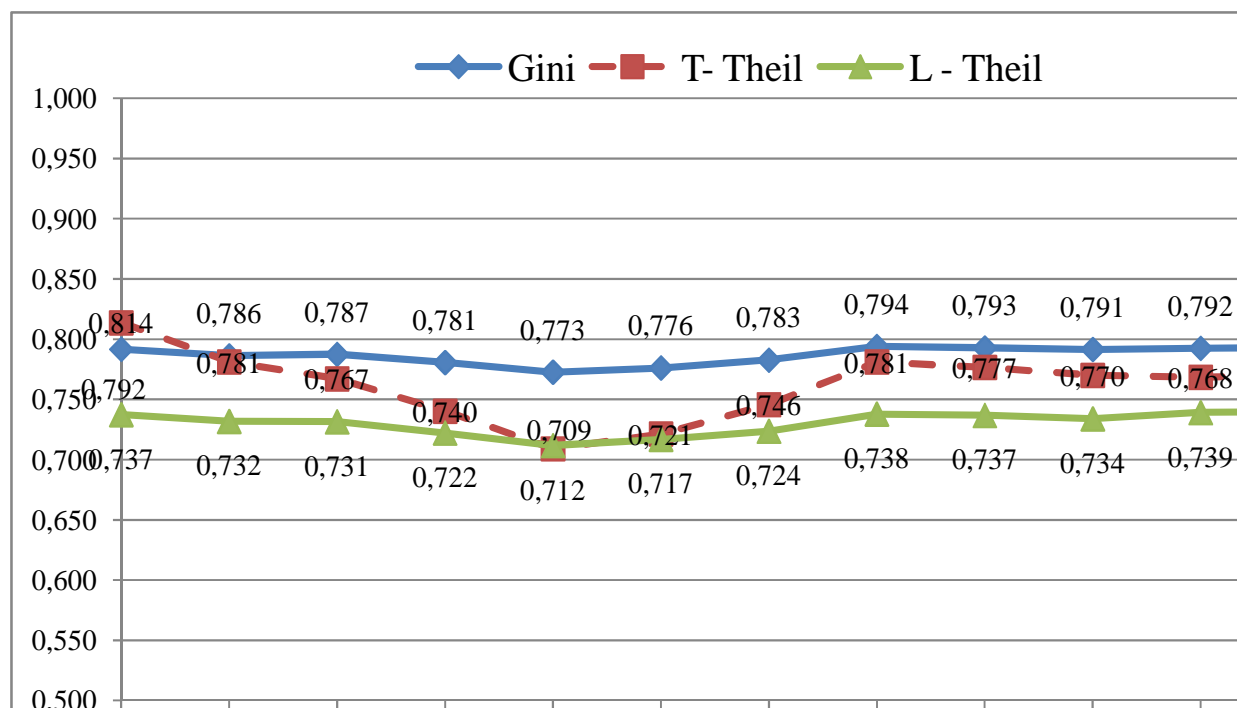
Ainda, utilizando-se dos índices de Gini, Theil e L-Theil para medir a concentração do PIB dos Municípios na série de 1999 a 2010, nota-se uma tendência à desconcentração até 2004 com pequena mudança a partir de então (Gráfico 13). Essa situação também vale para os grandes setores, sendo que o agropecuário é o menos concentrado e a indústria e o de serviços são bastante concentrado. Isso se deve ao setor de serviços concentra 66% do valor adicionado do Estado em apenas dez municípios¹¹, a indústria¹² 66,8% e a agropecuária¹³31%.

¹¹Goiânia (33,5%), Aparecida de Goiânia (6,9%), Anápolis (7,1%), Aparecida de Goiânia (6,6%), Senador Canedo (4,6%), Rio Verde (3,8%), Catalão (2,9%), Itumbiara (2,4%), Luziânia (2,0%), Jataí (1,8%) e Valparaíso de Goiás (1,3%).

¹²Goiânia (16,3%) %, Anápolis (14,8%), Catalão (7,3%), Rio Verde (5,7%), São Simão (5,3%), cujo parque fabril é formado por indústrias do setor alimentício, artefatos de cimento, metalurgia, medicamentos, entre outros; Aparecida de Goiânia (5,0%), cujo parque fabril é formado por indústrias do setor alimentício, artefatos de cimento, metalurgia, medicamentos, entre outros; Minaçu (3,0%), com indústria extrativa mineral e geração de energia elétrica; Luziânia (2,9%), com destaque para a presença de empreendimentos agroindustriais; Itumbiara (2,6%), que concentra indústrias processadoras de soja, algodão e milho, fabricação de etanol e açúcar, beneficiamento de sementes e fertilizantes; Alto Horizonte (2,3%), cujo destaque foi o beneficiamento de sulfeto de minério de cobre.

¹³Cristalina (5,2%), Rio Verde (4,6%), Jataí (4,5%), Chapadão do Céu (3,7%), Ipameri (3,5%), Mineiros (2,7%), Luziânia (2,0%), Morrinhos (1,8%), Quirinópolis (1,5%) e Montividiu (1,5%).

Gráfico 13 - Evolução do coeficiente de Gini, Theil-T e L-Theil para o PIB de Goiás 1999 - 2010



Fonte: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Contas Regionais e Indicadores. (PIB)
Elaboração dos autores

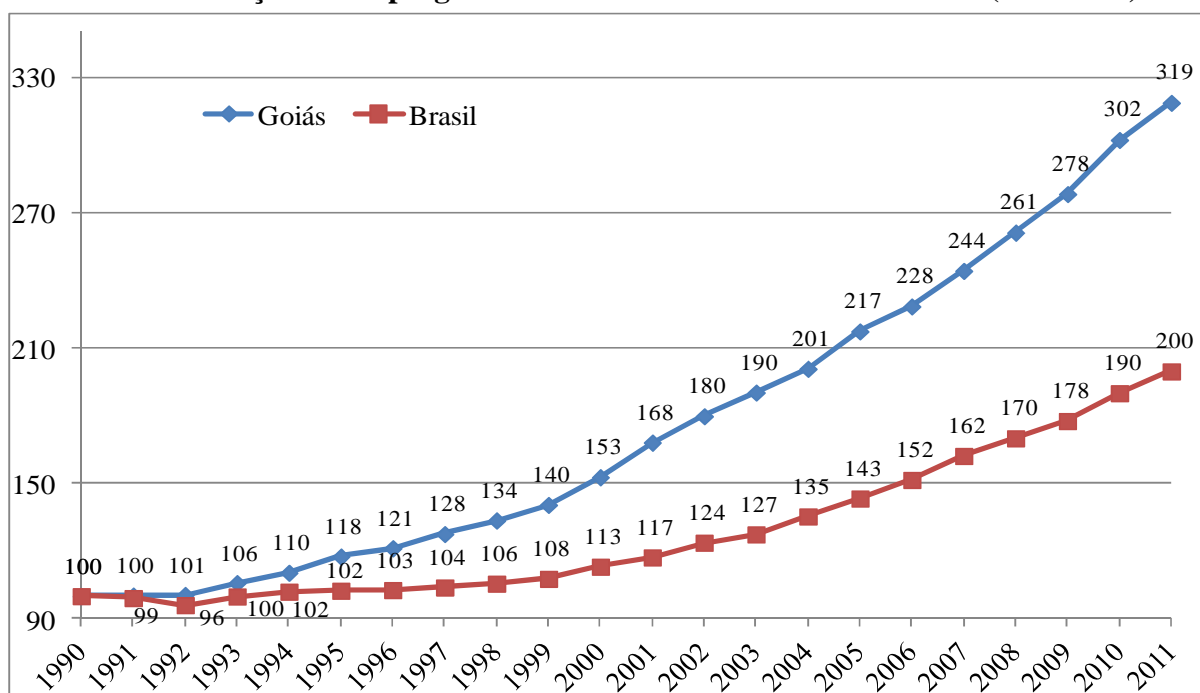
Assim, apesar da queda na proporção de pobres e extremamente pobres, a distribuição de renda para a população ou a produção pelas regiões do estado se apresenta extremamente concentrada, revelando que essa situação histórica não apresentou mudança nos últimos 20 anos.

9 - A GERAÇÃO DE EMPREGOS PELAS REGIÕES DE GOIÁS

Conforme trabalho do IMB (2012), as remunerações do trabalho representam 36,4% do PIB pela ótica da renda¹⁴. Com excepcional crescimento na última década, média anual de 7% ao ano, o emprego formal vem contribuindo para o aumento da massa de remunerações em Goiás, sendo que, na década de 2000, esse crescimento se deu acima do índice nacional (Gráfico 14).

¹⁴ Conforme a Tabela de Recursos e Usos de Goiás para 2008, as remunerações representam 36,4% do PIB pela ótica da renda sendo que 29,7% por salários e 6,7% com contribuições sociais

Gráfico 14 - Evolução do emprego formal em Goiás e Brasil 1990 e 2011 (2000=100)



Fonte: RAIS - Relação Anual de Informações Sociais/Ministério do Trabalho e Emprego
Elaboração dos autores

Acompanhando a concentração populacional e a da produção (PIB) a geração de empregos também se restringe a alguns municípios ou microrregiões do estado. As Tabelas 15 e 16 apresentam tal situação.

A microrregião de Goiânia, em média, é responsável pela admissão de mais da metade (50,8%) dos trabalhadores do Estado, no entanto o PIB representa apenas 36,3% do estado. Observa-se uma proporção na geração de emprego maior que a de participação na produção. Isso ocorre devido a proeminência do setor de serviços que gera grande quantidade de postos de trabalho com baixa remuneração. Reforça tal situação o comércio que também apresenta grande absorção de mão de obra com baixa remuneração.

As desigualdades regionais do Estado também se apresentam quando se analisa as microrregiões do Estado. Goiânia, Anápolis, e a Sudoeste são responsáveis, em média por 69,2% da admissão de mão de obra; 59,4% do PIB e 51,7% da população. Muito embora a microrregião de Goiânia venha perdendo participação na economia e na geração de empregos do Estado, ainda detém o maior peso nesses quesitos.

Ainda, na metade norte são admitidos, em média, 14,3% dos trabalhadores e 85,7% na Metade Sul. Novamente e guardando grande correlação as variáveis analisadas até aqui, nota-se grande concentração na geração de emprego na Metade Sul reforçando as variáveis como PIB e população.

Analisando-se os setores econômicos pelas microrregiões (Tabela 16) nota-se que há alguma pulverização das admissões já que, assim, privilegia-se o perfil produtivo de cada local. Por exemplo, na atividade extrativa mineral a microrregião de Porangatu, do Entorno de Brasília, de São Miguel do Araguaia e a do Vale do Rio dos Bois apresentam as maiores participações médias históricas. Ou seja, há uma alteração das microrregiões que normalmente detêm as maiores participações (Goiânia, Anápolis, e a Sudoeste). O setor agropecuário também apresenta outras microrregiões com participações médias como a do Meia Ponte, Ceres e Vale do Rio dos Bois.

Quando se analisa a escolaridade do emprego nas atividades econômicas e nas microrregiões (Tabela 17), nota-se que a de Goiânia é a grande absorvedora de mão de obra qualificada (nível superior). No interior do estado destaca-se a de Anápolis que absorve uma parcela da mão de obra com melhor qualificação na indústria de transformação, comércio e construção civil, a do Sudoeste na agropecuária e a de Porangatu na atividade extrativa mineral. Ainda, nota-se uma distribuição por todas as atividades e escolaridades na microrregião de Goiânia e Anápolis, as duas principais economias do Estado.

Assim, da mesma maneira que muitas outras variáveis econômicas ou não analisadas até aqui, o mercado de trabalho em Goiás se restringe a, no máximo, três das dezoito microrregiões do Estado. Ou seja, a desigualdade pelo Estado de Goiás é notável e a maioria da renda gerada se restringe às microrregiões de Goiânia, Anápolis, e a Sudoeste com os municípios de Goiânia, Anápolis e Rio Verde, respectivamente.

Tabela 15 - Distribuição dos empregados admitidos nas microrregiões e metade norte/sul de Goiás (%) 1998 - 2012

Microrregiões	1998	2000	2002	2004	2006	2008	2010	2012	Média	Part. Média do PIB 1999-2010 (%)
Anápolis	8,0	9,1	8,2	8,2	8,6	9,1	9,2	8,4	8,7	9,2
Anicuns	0,9	1,5	1,5	1,4	1,3	1,3	1,3	1,1	1,4	1,5
Aragarças	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,6
Catalão	1,4	1,8	3,0	3,2	2,9	3,6	2,8	2,3	2,8	5,7
Ceres	3,2	3,4	3,6	3,8	4,2	4,7	4,2	3,0	3,9	2,7
Chapada dos Veadeiros	0,1	1,1	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3	0,7
Entorno de Brasília	5,2	5,6	6,4	6,5	6,6	6,2	7,4	7,7	6,6	8,6
Goiânia	63,2	56,7	54,2	50,0	50,1	46,7	49,3	51,5	50,8	37,1
Iporá	0,2	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,5	0,3	0,7
Meia Ponte	5,3	5,5	6,3	6,9	6,4	7,1	6,7	6,7	6,7	7,8
Pires do Rio	0,8	0,9	1,2	1,1	1,2	1,1	1,1	1,1	1,1	1,6
Porangatu	1,6	1,3	1,9	1,9	1,7	2,0	2,5	1,7	1,9	3,8
Quirinópolis	0,9	0,8	0,8	1,3	1,5	2,1	1,8	1,6	1,5	3,2
Rio Vermelho	0,4	0,5	0,6	0,5	0,6	0,5	0,5	0,6	0,6	1,2
São Miguel do Araguaia	0,4	0,7	0,5	1,0	1,0	0,6	0,5	0,6	0,7	1,3
Sudoeste de Goiás	6,8	8,3	8,9	9,3	9,3	11,0	9,5	10,6	9,7	11,2
Vale do Rio dos Bois	1,1	1,9	2,0	3,8	3,3	3,0	2,1	1,9	2,5	2,5
Vão do Paranã	0,3	0,5	0,2	0,3	0,5	0,4	0,4	0,3	0,4	0,8
Metade Norte	8,1	9,5	9,5	10,4	10,7	10,8	11,4	9,6	10,3	14,3
Metade Sul	91,9	90,5	90,5	89,6	89,3	89,2	88,6	90,4	89,7	85,7
Total geral	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	-	-

Fonte.: Ministério do Trabalho e Emprego, Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED para empregados admitidos e Segplan/IMB para PIB (Produto Interno Bruto)

Elaborado pelo autor

Tabela 16 - Distribuição dos empregados admitidos nas microrregiões por grandes setores - anos selecionados

(continua)

Variáveis	Microrregiões																		
	Anápolis	Anicuns	Aragarças	Catalão	Ceres	Chapada dos Veadeiros	Entorno de Brasília	Goiânia	Iporá	Meia Ponte	Pires do Rio	Porangatu	Quirinópolis	Rio Vermelho	São Miguel do Araguaia	Sudoeste de Goiás	Vale do Rio dos Bois	Vão do Paraná	
																			1996
Extrativa mineral	2,5	0,3	1,7	12,6	0,3	2,1	6,9	44,3	0,5	2,6	0,5	5,0	0,4	0,1	10,0	5,3	4,5	0,4	
Indústria de transformação	12,5	2,9	0,2	1,9	5,8	0,1	4,9	49,6	4,0	3,9	1,0	1,7	0,9	0,6	0,2	5,2	4,6	0,1	
Ind. Transformação + Ext. Mineral	12,3	2,8	0,3	2,1	5,6	0,2	5,0	49,5	3,9	3,8	1,0	1,7	0,9	0,6	0,5	5,2	4,6	0,1	
Serviços Ind. de Utilidade Pública	4,6	0,4	1,1	0,6	1,2	1,0	2,4	73,1	-	5,9	0,7	1,1	1,2	0,1	0,5	4,7	0,9	0,5	
Construção Civil	4,6	0,4	0,0	1,1	0,3	12,0	1,2	68,3	0,0	6,4	0,1	2,7	0,2	0,0	0,1	2,0	0,4	0,2	
Comércio	10,2	0,6	0,3	1,6	1,4	0,2	6,5	59,4	0,5	6,0	0,7	1,9	1,4	0,4	0,2	7,4	1,0	0,4	
Serviços	9,2	1,0	0,2	1,1	1,9	0,2	5,3	64,5	0,3	6,0	0,6	1,1	0,9	0,3	0,2	6,2	0,8	0,2	
Administração Pública	0,8	0,5	0,1	5,2	0,1	0,3	7,0	58,8	0,1	13,3	-	8,2	0,9	0,1	0,1	2,8	1,7	-	
Agropecuária	4,6	0,2	0,6	1,3	7,5	0,3	5,1	24,1	0,2	5,3	3,8	0,8	2,6	0,9	1,9	34,1	5,8	1,1	
																			2000
Extrativa mineral	2,4	3,4	1,7	3,7	6,4	1,6	23,7	19,0	2,2	4,5	3,7	9,4	0,0	1,2	4,1	4,4	6,3	2,1	
Indústria de transformação	16,2	3,8	0,2	2,2	4,3	0,1	3,9	50,5	0,3	5,0	1,3	0,8	1,3	0,9	1,0	6,9	1,3	0,1	
Ind. Transformação + Ext. Mineral	15,9	3,8	0,2	2,2	4,3	0,1	4,3	50,0	0,3	5,0	1,3	0,9	1,3	0,9	1,1	6,9	1,4	0,1	
Serviços Ind. de Utilidade Pública	13,3	0,4	0,0	0,1	1,3	0,0	13,9	61,9	0,4	1,1	0,5	2,6	0,0	0,8	1,6	1,8	0,1	0,2	
Construção Civil	8,6	0,5	0,1	1,1	1,4	6,4	2,9	68,0	0,1	2,7	0,2	1,9	0,2	0,5	1,2	3,5	0,4	0,4	
Comércio	9,7	0,7	0,2	1,8	1,8	0,2	7,2	60,8	0,5	5,0	0,9	1,6	0,9	0,4	0,3	6,9	0,8	0,4	
Serviços	6,4	0,4	0,1	1,8	0,9	0,2	5,3	71,9	0,2	5,0	0,7	1,4	0,3	0,3	0,2	3,7	0,9	0,2	
Administração Pública	1,2	2,1	0,0	0,0	0,0	0,9	5,4	76,6	0,0	4,8	1,5	0,0	0,3	0,0	0,0	2,7	3,9	0,6	
Agropecuária	2,9	2,9	0,7	2,7	14,0	0,6	12,1	5,7	0,5	11,3	1,5	1,3	2,1	1,5	1,0	28,0	9,4	1,9	
																			2005
Extrativa mineral	3,0	3,7	0,9	4,1	1,7	0,8	17,2	18,7	3,0	2,5	0,6	26,4	0,3	0,0	5,1	4,6	4,7	2,9	
Indústria de transformação	13,5	5,3	0,0	3,1	9,4	0,0	3,8	37,0	0,3	6,4	1,3	1,0	1,3	0,7	1,0	9,7	6,0	0,1	
Ind. Transformação + Ext. Mineral	13,2	5,3	0,1	3,1	9,2	0,0	4,1	36,6	0,4	6,3	1,3	1,6	1,3	0,6	1,1	9,5	6,0	0,2	
Serviços Ind. de Utilidade Pública	2,6	0,1	-	1,2	1,6	0,9	14,9	60,8	1,0	4,2	0,3	3,3	0,2	0,7	0,1	5,3	2,3	0,5	
Construção Civil	7,0	1,1	1,8	2,6	0,7	0,1	5,8	63,8	0,1	4,9	0,2	3,1	2,2	0,2	0,3	4,9	0,5	0,9	
Comércio	10,0	0,9	0,2	2,2	1,9	0,1	7,1	56,2	0,4	5,7	1,1	2,1	1,0	0,4	0,4	8,8	1,0	0,4	

Tabela 16 - Distribuição dos empregados admitidos nas microrregiões por grandes setores - anos selecionados

(conclusão)

Variáveis	Microrregiões																		
	Anápolis	Anicuns	Aragarças	Catalão	Ceres	Chapada dos Veadeiros	Entorno de Brasília	Goiânia	Iporá	Meia Ponte	Pires do Rio	Porangatu	Quirinópolis	Rio Vermelho	São Miguel do Araguaia	Sudoeste de Goiás	Vale do Rio dos Bois	Vão do Paraná	
Serviços	5,8	0,4	0,1	2,0	1,5	0,1	5,1	70,1	0,2	5,3	0,6	1,8	0,3	0,3	0,5	5,2	0,5	0,2	
Administração Pública	8,5	-	-	4,5	0,6	-	-	69,9	-	4,5	0,6	-	0,6	-	-	10,8	-	-	
Agropecuária	4,4	0,9	0,8	9,3	6,4	0,9	15,4	8,8	0,5	9,3	2,4	2,5	4,4	1,8	2,2	19,3	9,9	0,8	
2010																			
Extrativa mineral	2,9	7,3	0,6	2,0	14,6	0,9	17,9	9,6	0,5	1,0	1,7	16,7	0,8	2,2	7,7	2,9	6,6	3,9	
Indústria de transformação	14,6	3,7	0,1	2,5	9,3	0,0	4,2	34,6	0,4	6,5	2,3	1,0	2,8	0,6	0,2	13,0	3,9	0,2	
Ind. Transformação + Ext. Mineral	14,4	3,7	0,1	2,5	9,4	0,0	4,5	34,1	0,4	6,4	2,3	1,3	2,8	0,6	0,4	12,8	3,9	0,3	
Serviços Ind. de Utilidade Pública	0,2	0,1	0,2	0,5	1,0	0,1	3,4	48,0	0,0	11,6	0,0	2,8	0,1	0,0	0,8	20,8	0,1	10,4	
Construção Civil	10,0	0,2	0,2	1,6	1,7	0,0	4,1	64,4	0,0	3,0	0,1	6,3	1,2	0,3	0,1	5,9	1,0	0,1	
Comércio	9,7	0,8	0,2	2,8	2,5	0,3	8,1	53,9	0,4	6,4	0,9	2,1	1,2	0,5	0,5	8,6	0,8	0,4	
Serviços	6,8	0,4	0,1	1,8	1,8	0,1	5,5	66,2	0,2	5,9	0,4	1,9	1,1	0,2	0,5	5,9	1,1	0,1	
Administração Pública	0,3	0,0	0,0	17,6	5,5	0,0	0,8	75,1	0,0	0,2	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,6	0,0	0,0	
Agropecuária	3,3	0,9	0,8	7,6	7,2	0,4	21,6	4,9	0,5	15,6	2,4	1,9	3,9	1,6	1,8	19,4	5,2	1,1	
Média 1996-2011																			
Extrativa mineral	2,9	3,9	1,1	5,1	4,7	0,9	16,2	19,0	1,3	2,1	1,6	17,0	0,6	2,2	6,5	5,0	5,9	3,1	
Indústria de transformação	13,5	3,4	0,1	2,8	7,6	0,0	4,0	41,1	0,5	6,2	1,7	1,1	1,8	0,6	0,7	10,2	4,5	0,1	
Ind. Transformação + Ext. Mineral	13,3	3,4	0,1	2,8	7,5	0,1	4,3	40,7	0,5	6,1	1,7	1,4	1,8	0,6	0,9	10,1	4,5	0,2	
Serviços Ind. de Utilidade Pública	5,1	0,3	0,1	0,5	1,1	0,4	6,0	59,3	0,2	5,2	0,2	2,4	1,0	0,3	0,6	9,5	1,3	6,2	
Construção Civil	6,6	0,5	0,3	2,0	1,3	1,4	4,7	67,3	0,1	4,7	0,3	3,5	1,0	0,3	0,3	4,8	0,6	0,3	
Comércio	10,0	0,9	0,2	2,2	2,0	0,2	7,1	56,7	0,4	5,9	0,9	1,9	1,2	0,5	0,4	8,2	0,9	0,4	
Serviços	6,7	0,5	0,1	1,9	1,6	0,2	5,3	68,1	0,2	5,7	0,6	1,6	0,6	0,3	0,3	5,1	1,0	0,2	
Administração Pública	3,7	0,3	0,1	6,2	2,9	0,1	2,6	56,2	0,0	3,1	1,7	14,2	0,3	0,1	0,0	3,3	0,6	0,1	
Agropecuária	3,8	1,7	0,7	5,4	9,3	0,6	14,5	8,5	0,5	13,7	2,1	1,8	3,0	1,7	1,7	23,5	6,9	1,0	

Fonte.: Ministério do Trabalho e Emprego, Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED para empregados admitidos
Elaborado pelo autor

Tabela 17 - Distribuição dos empregados nas microrregiões de Goiás conforme escolaridade e atividade econômica (média percentual dos anos 1996, 2000, 2006 e 2010)

(continua)

Variável	Microrregião																		
	Anápolis	Anicuns	Aragarças	Catalão	Ceres	Chapada Dos Veadeiros	Entorno De Brasília	Goiânia	Iporá	Meia Ponte	Pires Do Rio	Porangatu	Quirinópolis	Rio Vermelho	São Miguel Do Araguaia	Sudoeste De Goiás	Vale Do Rio Dos Bois	Vão Do Paraná	
Extrativa Mineral Analfabeto	3,0	3,6	0,5	3,6	2,7	2,8	22,1	11,2	0,4	0,8	3,2	23,7	-	2,9	5,6	5,6	6,4	2,0	
Extrativa Mineral Fundamental Completo	2,6	8,9	0,1	8,9	1,2	1,1	12,1	10,2	0,6	0,8	0,9	29,7	0,2	2,1	14,1	2,7	2,2	1,6	
Extrativa Mineral Médio Completo	2,2	7,2	1,5	5,5	4,1	0,4	8,9	7,9	0,7	1,1	1,2	41,4	0,1	1,3	12,0	2,1	2,1	0,4	
Extrativa Mineral Superior Completo	1,7	3,1	0,0	10,6	3,9	0,4	2,4	19,2	0,6	0,5	0,1	43,6	-	0,7	11,1	1,1	0,8	0,1	
Indústria de Transformação Analfabeto	12,8	3,5	0,2	2,3	6,2	0,1	8,8	32,4	0,3	10,6	2,0	2,2	2,1	1,3	1,1	9,4	4,5	0,3	
Indústria de Transformação Fundamental Completo	14,5	2,3	0,1	2,6	3,3	0,0	4,0	54,3	0,4	4,5	2,2	1,2	1,2	0,6	0,3	6,8	1,6	0,1	
Indústria de Transformação Médio Completo	16,7	1,8	0,1	4,4	3,3	0,1	3,7	48,9	0,4	5,7	1,0	1,9	1,4	0,5	0,8	7,2	2,0	0,1	
Indústria de Transformação Superior Completo	18,5	1,3	0,1	5,3	3,8	0,0	2,7	47,8	0,1	7,2	0,6	1,2	1,4	0,4	0,2	7,8	1,7	0,0	
SIUP Analfabeto	4,8	-	-	-	0,9	-	2,0	60,2	-	10,5	-	1,7	-	-	-	18,8	-	1,2	
SIUP Fundamental Completo	3,5	0,9	0,3	0,9	3,3	0,3	3,3	65,4	0,7	6,5	0,8	3,4	1,0	1,1	0,5	5,3	0,5	2,2	
SIUP Médio Completo	3,2	1,5	0,3	1,4	3,4	0,6	4,5	68,8	1,0	4,7	0,6	4,0	0,8	1,1	0,2	2,8	0,5	0,7	
SIUP Superior Completo	2,2	0,2	0,1	0,6	1,7	0,4	1,3	84,8	0,7	2,8	0,4	2,4	0,1	0,4	0,1	1,6	0,0	0,2	
Construção Civil Analfabeto	6,4	0,1	-	0,8	0,5	0,9	2,6	78,3	-	5,2	0,1	0,9	0,1	0,2	0,1	3,4	0,2	0,0	
Construção Civil Fundamental Completo	5,7	0,4	0,2	1,4	0,9	1,9	3,6	73,5	0,0	3,7	0,7	3,0	0,2	0,2	0,2	3,6	0,6	0,1	
Construção Civil Médio Completo	7,9	0,2	0,1	1,2	0,7	1,8	2,8	73,3	0,0	6,0	0,2	1,9	0,2	0,4	0,1	2,4	0,8	0,1	
Construção Civil Superior Completo	4,9	0,1	0,2	0,4	0,5	0,3	1,5	80,5	0,0	6,6	0,1	0,9	0,2	1,0	0,2	1,7	0,8	0,2	
Comércio Analfabeto	6,8	0,5	0,3	1,2	4,7	0,6	11,5	53,8	0,4	5,7	0,7	3,3	1,6	0,7	0,3	6,8	0,7	0,4	
Comércio Fundamental Completo	9,4	0,9	0,2	2,4	2,2	0,2	8,1	55,4	0,4	6,1	1,1	1,7	1,2	0,7	0,4	8,5	0,7	0,5	

Tabela 17 - Distribuição dos empregados nas microrregiões de Goiás conforme escolaridade e atividade econômica (média percentual dos anos 1996, 2000, 2006 e 2010)

Variável	(conclusão)																		
	Anápolis	Anicuns	Aragarças	Catalão	Ceres	Chapada Dos Veadeiros	Entorno De Brasília	Goiania	Iporá	Meia Ponte	Pires Do Rio	Porangatu	Quirinópolis	Rio Vermelho	São Miguel Do Araguaia	Sudoeste De Goiás	Vale Do Rio Dos Bois	Vão Do Paraná	
Comércio Médio Completo	9,3	1,2	0,2	2,5	2,4	0,3	7,4	56,9	0,6	5,3	1,2	2,5	1,0	0,9	0,5	6,1	0,9	0,7	
Comércio Superior Completo	7,3	1,1	0,3	2,9	3,5	0,1	5,1	55,5	0,8	5,6	1,1	1,9	1,7	0,9	0,5	10,1	1,2	0,4	
Serviços Analfabeto	4,1	0,5	0,2	2,2	0,8	0,3	6,2	58,0	0,1	4,7	0,7	1,0	0,4	0,4	0,5	19,0	0,5	0,4	
Serviços Fundamental Completo	7,3	0,5	0,1	1,5	1,1	0,2	6,7	68,7	0,2	5,6	0,5	1,2	0,4	0,4	0,4	4,5	0,4	0,3	
Serviços Médio Completo	7,0	0,7	0,2	1,7	1,7	0,2	6,1	67,5	0,4	5,0	0,9	1,6	0,5	0,7	0,4	4,1	0,6	0,5	
Serviços Superior Completo	9,0	0,5	0,1	1,3	1,2	0,1	2,9	72,7	0,3	3,7	0,6	0,9	0,4	0,5	0,2	4,8	0,4	0,3	
Administração Pública Analfabeto	12,3	1,4	1,4	1,7	4,5	1,0	12,6	28,2	1,4	10,5	2,6	6,2	3,2	1,6	1,6	6,6	1,0	2,2	
Administração Pública Fundamental Completo	5,9	1,6	0,8	2,0	4,6	1,5	10,6	47,7	1,1	5,6	1,7	3,6	1,3	1,2	1,1	6,4	2,1	1,3	
Administração Pública Médio Completo	7,7	2,0	0,9	2,4	4,3	1,6	14,4	35,0	1,1	5,9	2,0	3,7	2,3	1,9	1,9	8,6	2,7	1,6	
Administração Pública Superior Completo	4,0	0,5	0,3	0,8	1,1	0,3	2,1	81,5	0,3	2,2	0,6	1,0	0,7	0,3	0,3	3,1	0,5	0,4	
Agropecuária Analfabeto	3,6	1,9	1,6	3,8	4,2	1,6	14,2	7,8	0,5	10,7	3,0	2,7	5,7	3,8	5,0	20,3	6,9	2,6	
Agropecuária Fundamental Completo	5,5	2,2	0,8	5,7	4,0	0,7	12,6	20,3	0,8	7,8	2,5	2,6	4,3	4,1	2,3	17,7	4,7	1,4	
Agropecuária Médio Completo	4,3	1,6	0,6	3,6	5,3	0,5	13,7	14,6	0,7	12,1	1,9	2,3	4,6	3,1	2,1	20,2	7,2	1,6	
Agropecuária Superior Completo	2,3	0,8	0,3	5,4	4,6	0,3	8,3	24,3	0,3	13,4	2,1	1,0	4,7	2,9	1,7	22,4	3,9	1,0	

Fonte.: Ministério do Trabalho e Emprego, Cadastro Geral de Empregados e Desempregados –RAIS.

Nota: Optou-se por colocar nessa Tabela a média histórica do emprego em tais atividades, já que não houve alterações ao longo do tempo.

Elaborado pelo autor

10 - EDUCAÇÃO

A educação pública, de acordo com a Constituição de 1988, deve ser realizada pela União, pelos estados e pelos municípios. Os entes da federação têm responsabilidades distintas sobre as três esferas de ensino: educação infantil, educação básica (ensino fundamental e o ensino médio) e superior.

A estrutura de financiamento dos gastos na educação pública é feita de forma colaborativa. A União é responsável pela execução da educação superior e pela transferência de recursos para os estados e municípios. Os estados são responsáveis pela execução do ensino médio e pela transferência de recursos para seus respectivos municípios. Os municípios são responsáveis pela execução dos gastos correspondentes ao ensino infantil e fundamental.

A Constituição de 1988, além de assegurar a educação como direito de todos, também aprovou artigos em defesa de recursos reservados a educação pública. Parcela expressiva dos gastos em educação é proveniente de arrecadação tributária, vinculada a impostos determinados por lei. Isso garante que parte dos recursos arrecadados pelo poder público sejam exclusivos para gastos em educação (ABRAHÃO, 2005).

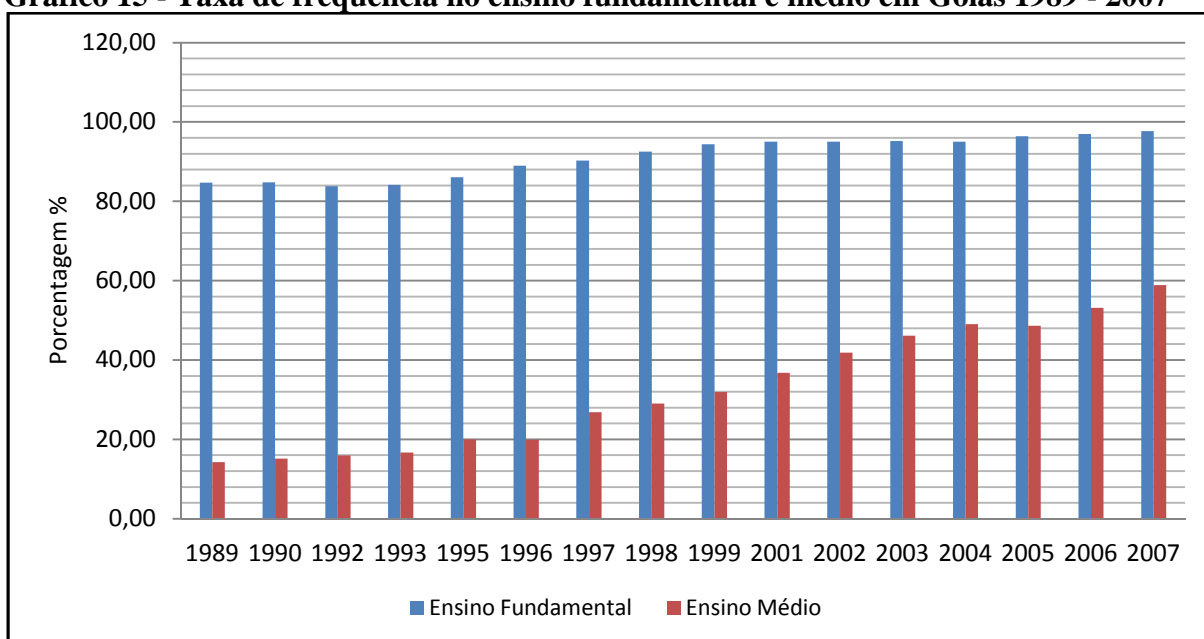
A década de 1990 mostra um aumento considerável do gasto no ensino fundamental, principalmente após a Emenda Constitucional nº 14 de 1996 que criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). Esse fundo teve como objetivo redistribuir os recursos alocados para educação de forma mais equitativa entre as unidades da Federação. Estabeleceu-se um critério institucional para a partilha dos recursos da educação de acordo com o número de alunos de cada uma das redes estaduais e municipais. O FUNDEF estabeleceu a vinculação de 25% das receitas dos impostos dos estados e municípios para a educação, sendo que 60% desses recursos destinados à educação fundamental, logo, ficou estabelecido que 15% de todas as receitas de impostos dos estados e municípios fossem direcionadas a essa modalidade de ensino. Apesar do FUNDEF ser um fundo de natureza contábil, possibilitou o aumento real nos gastos em educação em termos absolutos (ALMEIDA, 2001).

Pode-se afirmar que o legado da década de 90 em termos educacionais para o Estado de Goiás foi a universalização do ensino fundamental (Gráfico 15), alcançando uma taxa de frequência à escola de aproximadamente 96% em 1999, sem revelar significativas disparidades sob as óticas regional, da localização, de gênero, de raça ou cor e de renda.

A taxa residual de crianças e jovens que não frequentam a escola está relacionada aos que não aprendem ou que aprendem lentamente, repetem de ano e acabam abandonando a escola. Os fatores que contribuem para as dificuldades desses alunos estão relacionados com a qualidade do ensino, condições de acesso e permanência, gestão das escolas e devido, sobretudo, às desigualdades sociais entre os alunos (CASTRO, 2009).

Observa-se também significativa melhora na taxa de frequência do ensino médio, partindo de uma patamar de menos de 20% em 1989, alcançando aproximadamente 60% em 2007. A universalização do ensino médio é o novo desafio da educação básica. É nessa modalidade de ensino que se encontram as maiores taxas de evasão escolar (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Taxa de frequência no ensino fundamental e médio em Goiás 1989 - 2007



Fonte: INEP

Apesar do FUNDEF constituir uma política bem sucedida para a universalização do ensino fundamental, este produziu distorções nas outras modalidades de ensino que integram a educação básica. As melhorias do ensino fundamental foram feitas em detrimento dos ensinos infantil e médio que mantiveram suas respectivas estruturas de financiamento restritas e sem possibilidades de ampliação de acesso e/ou melhoria de qualidade (CASTRO, 2009).

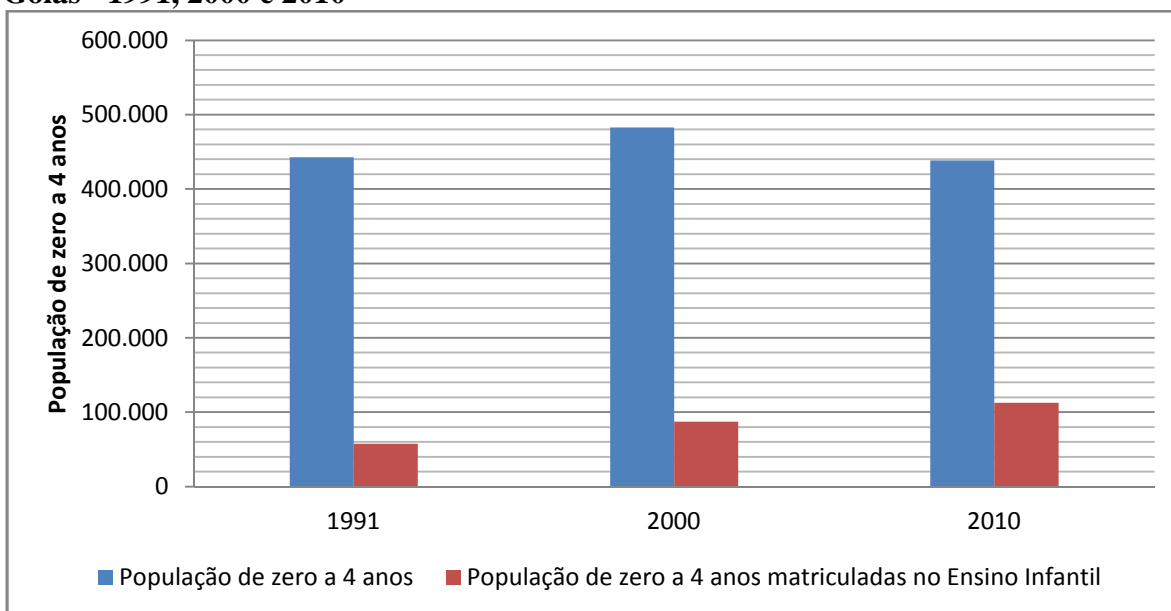
Com o objetivo de aperfeiçoar o FUNDEF, foi aprovada a Emenda Constitucional nº 53 em 2006, criando o FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação). Esse fundo tem o propósito de completar a política instituída pelo FUNDEF, unificando a educação básica (educação

infantil, ensino fundamental e ensino médio) com relação às políticas nacionais de financiamento.

Quanto às matrículas educacionais em Goiás (Tabela 18), pode-se afirmar que a diminuição das matrículas do ensino fundamental ou pré-escolar no último quinquênio da década de 2000 está relacionada ao processo de envelhecimento da população goiana. A população de Goiás entre zero e 14 anos diminuiu ao longo da última década em detrimento das faixas etárias de idade mais elevada. Logo, mesmo que as matrículas tenham diminuído, a universalização do ensino fundamental está consolidada, como pode-se observar pelo gráfico da taxa de frequência (Gráfico 15).

O processo de envelhecimento da população não pode ser utilizado para explicar a queda das matrículas do ensino infantil ou pré-escolar em 2007. De acordo com o Censo de 2000 e 2010 havia 482 e 438 mil crianças na faixa etária de zero a 4 anos para 87 e 112 mil vagas no ensino infantil, respectivamente. Portanto, existe um elevado déficit de vagas nessa modalidade de ensino (Gráfico 16). Apesar da duplicação das vagas do ensino infantil entre 1990 e 2010, é necessário, praticamente, a quadruplicação do número de vagas ofertadas para o atendimento de todas as crianças nessa modalidade de ensino.

Gráfico 16 - Relação entre quantidades de crianças e matrículas no ensino infantil em Goiás - 1991, 2000 e 2010



Fonte: IBGE e INEP

A série de dados para matrículas no ensino profissional em nível médio são disponibilizadas somente a partir de 2002. No entanto, o número de matrículas elevou-se de 7.477 em 2002, para 16.048 matrículas em 2010, mostrando um crescimento de 115% no

número de matrículas ao longo do período. Esse aumento é explicado pelo esforço do governo federal na ampliação das Escolas Técnicas, agora denominadas Institutos Federais. Até 2002 eram duas Escolas Técnicas em todo o Estado, situadas em Goiânia e Jataí. Em 2013 são 15 unidades¹⁵ em funcionamento e mais cinco em implantação¹⁶. Portanto, pode-se observar uma evolução quantitativa e qualitativa do ensino profissional em Goiás na última década. Quantitativa porque houve um aumento significativo do número de vagas e qualitativa devido a distribuição mais equilibrada dessas matrículas a nível regional. Outra evolução qualitativa a ser destacada é o fato das Escolas Técnicas ao tornarem-se Institutos Federais, passaram também a serem ofertadoras de educação técnica de nível superior.

O ensino superior no Estado de Goiás teve crescimento de aproximadamente 60% do número de matrículas ao longo da década de 1990, passando de 35.301 matrículas em 1991 para 57.634 em 1999. Ao longo da década de 2000, o crescimento do número de matrículas foi ainda mais vigoroso, aproximadamente 138% até 2010. Em 2000 foram feitas 72.769 matrículas, em 2010 esse número foi de 173.003 (Tabela 18).

A ampliação do ensino superior no Estado ocorreu em todas as esferas: municipal, estadual, federal e privada. Na esfera estadual houve um amplo crescimento após a criação da Universidade Estadual de Goiás (UEG) em 1999. A UEG foi criada com o objetivo de ampliar e interiorizar o ensino superior público no Estado. Nesse aspecto pode-se concluir que foi bem sucedida, pois em 1999 foram efetuadas aproximadamente 9.000 matrículas, em 2010 esse número foi de 19.737, além de estar atualmente distribuída em 53 municípios goianos.

A Universidade Federal de Goiás (UFG) através do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) conseguiu quase duplicar o seu número de matrículas em menos de uma década. Nas unidades federais, UFG e Institutos Federais, em 1999 foram realizadas 11.713 matrículas e em 2010 foram realizadas 23.592 (somente cursos presenciais). Contudo, o responsável pelo maior crescimento do número de vagas no ensino superior foi a iniciativa privada. Ela foi responsável pelo aumento de mais de 60 mil matrículas ao longo das duas décadas, partindo de 35.006 em 1999 para aproximadamente 120 mil matrículas em 2010, isto é, aumento de 243% do número de matrículas. O maior responsável por esse aumento da oferta de número de vagas no ensino superior privado foi o governo federal através de programas de financiamento da educação, como o PROUNI (Programa Universidade para Todos).

¹⁵ AS 15 unidades são: Ceres, Iporá, Morrinhos, Rio Verde, Urutaí, Anápolis, Aparecida de Goiânia, Cidade de Goiás, Formosa, Goiânia, Inhumas, Itumbiara, Jataí, Luziânia e Uruaçu.

¹⁶ Em implantação são: Águas Lindas de Goiás, Goiânia Oeste, Novo Gama, Senador Canedo e Valparaíso de Goiás.

Tabela 18 - Número de matrículas nos diversos níveis de ensino em Goiás 1989 - 2010

Ano	Alunos Matriculados										
	Total (1)	Pré-Escolar	Fundamental	Médio	Profissional em Nível Médio	Jovens e Adultos	Educação Superior (4)				
							Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
1989	1.110.247	59.956	888.925	95.083	-
1991	1.160.910	57.698	931.810	105.356	-	-	35.301	7.963	5.049	3.602	18.687
1992	1.211.395	72.362	950.958	114.921	-	-	33.993	8.470	5.285	3.424	16.814
1993	1.254.112	72.784	975.748	129.733	-	-	35.357	8.766	5.849	3.579	17.163
1994	1.249.733	(2) 125.479	986.291	137.963	-	-	38.430	9.719	6.031	3.452	19.228
1995	1.286.485	(2) 139.836	992.084	154.565	-	-	40.640	9.716	6.504	3.773	20.647
1996	1.371.942	88.520	1.056.875	172.524	-	-	43.706	10.144	6.992	4.269	22.301
1997	1.473.713	78.503	1.106.151	193.980	-	24.971	46.806	10.080	6.941	4.257	25.528
1998	1.533.998	85.809	1.135.948	217.318	-	(3) 38.724	52.777	10.795	7.798	4.815	29.369
1999	1.577.266	95.930	1.140.089	239.719	-	48.961	57.634	11.713	9.008	1.907	35.006
2000	1.586.303	87.153	1.124.217	254.548	-	65.477	72.769	12.403	11.372	2.070	46.924
2001	1.634.457	100.970	1.099.982	259.871	-	93.007	88.923	14.409	18.352	2.361	53.801
2002	1.667.665	98.704	1.099.223	269.193	7.477	132.958	119.297	15.261	31.575	2.822	69.639
2005	1.617.125	128.363	1.029.132	270.352	10.281	140.463	149.034	15.782	28.795	4.251	100.206
2007	1.487.126	93.808	960.166	272.086	13.277	92.735	155.851	17.309	25.607	9.484	103.451
2008	1.462.653	104.342	934.804	262.535	13.073	83.943	157.975	18.530	24.325	9.252	105.868
2009	1.455.475	107.471	930.630	265.945	15.561	75.612	158.224	20.789	20.937	9.216	107.282
2010	1.458.140	112.799	915.568	268.903	16.048	80.422	173.003	23.592	19.737	9.493	120.181

Fonte: Secretaria de Educação do Estado de Goiás e Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira).

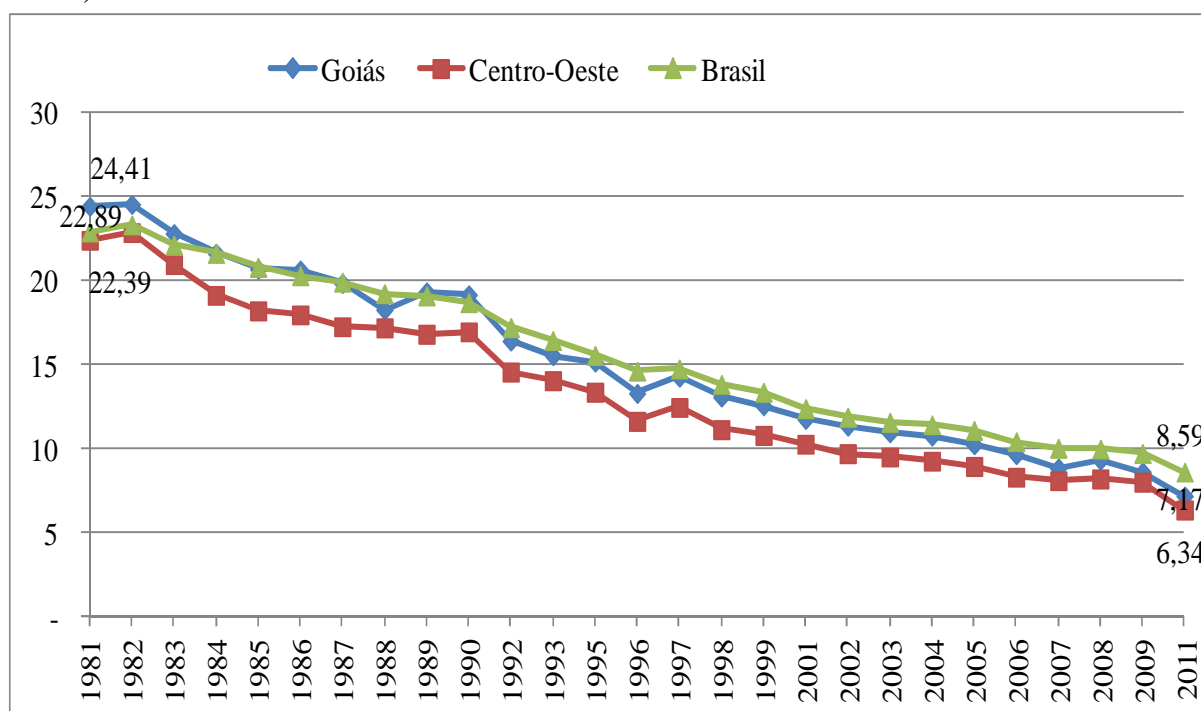
Notas: (1) Total de matrículas em Creche, Pré-Escolar, Alfabetização, Fundamental, Médio, Educação Profissional em Nível Médio, Especial e Educação Jovens e Adultos;

(2) Incluso os alunos matriculados em alfabetização; (3) Incluso 3.958 do ensino supletivo; (4) Em cursos presenciais.

Elaboração dos Autores

Segundo dados do IPEA e PNAD, entre 1981 e 2011, a taxa de analfabetismo¹⁷ no país apresentou declínio, caindo de 22,89% para 8,59%, tendência que se repetiu na região Centro-Oeste e no Brasil. A taxa no Centro-Oeste caiu de 22,39% para 6,34% no mesmo período. Em Goiás, a taxa de 1981 era de 24,41% e em 2011 este percentual foi para 8,59% (Gráfico 17).

Gráfico 17 - Evolução do percentual de analfabetos das pessoas de 15 anos ou mais, no Brasil, Centro-Oeste e Goiás - 1981 - 2011



Fonte: IBGE/PNAD.

Elaboração dos autores

Goiás possuía a 15ª menor taxa de analfabetismo em 1981 e em 2009 (último ano disponível para esta estatística) o Estado ocupava a posição de 12º lugar no ranking nacional. No entanto, esta melhora de resultado não representa uma evolução significativa já que ainda está distante dos melhores desempenhos nacionais e atrás de vários estados que apresentam um PIB menor que o goiano, como o Amapá, Roraima, Amazonas e Espírito Santo. Goiás é o 11º Estado com a menor taxa de analfabetismo funcional¹⁸ no país dentre as pessoas com 15

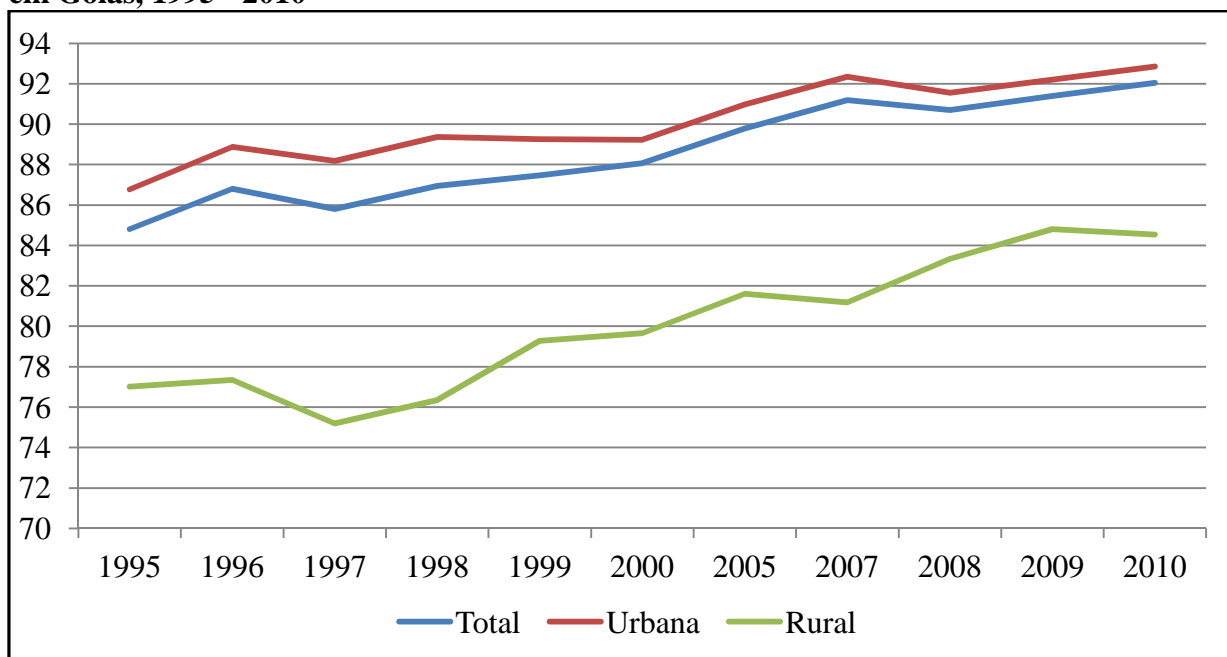
¹⁷ Analfabetismo assim considerado como o percentual de pessoas de 15 ou mais anos de idade que não sabem ler nem escrever um bilhete simples.

¹⁸ Entendido pelo IBGE com sendo proporção de pessoas de 15 anos ou mais de idade com menos de 4 anos de estudo completos em relação ao total de pessoas de 15 anos ou mais de idade. Segundo definição da United Nations Organization for Education, Science and Culture - UNESCO, funcionalmente alfabetizada é a pessoa que pode participar de todas as atividades em que a alfabetização é necessária para o funcionamento efetivo do

anos ou mais coletadas pela PNAD. Em 2009 eram 19,7% nessa condição, enquanto os percentuais para o Brasil foram de 20,3% e para o Centro-Oeste de 18,5%. Ou seja, o Estado tem um índice melhor que o nacional, porém inferior ao regional.

Também, de acordo com o Censo Demográfico 2010 do IBGE, em Goiás 7,15% da população urbana com idade igual ou superior a 15 anos não é alfabetizada (Gráfico 18). Na zona rural este percentual é ainda maior, 15,46%. Do total de pessoas do país com 15 anos ou mais de idade não alfabetizadas, 2,6% residem em Goiás, sendo que esse quantitativo goiano representa mais de 47% de todos os analfabetos do Centro Oeste, ou seja, são 362.884 pessoas sem alfabetização sendo que a maioria (81,18%) reside na área urbana (294.585 pessoas).

Gráfico 18 - Taxa das pessoas de 15 anos ou mais alfabetizadas por situação de domicílio em Goiás, 1995 - 2010



Fonte: IBGE.

Elaboração dos autores

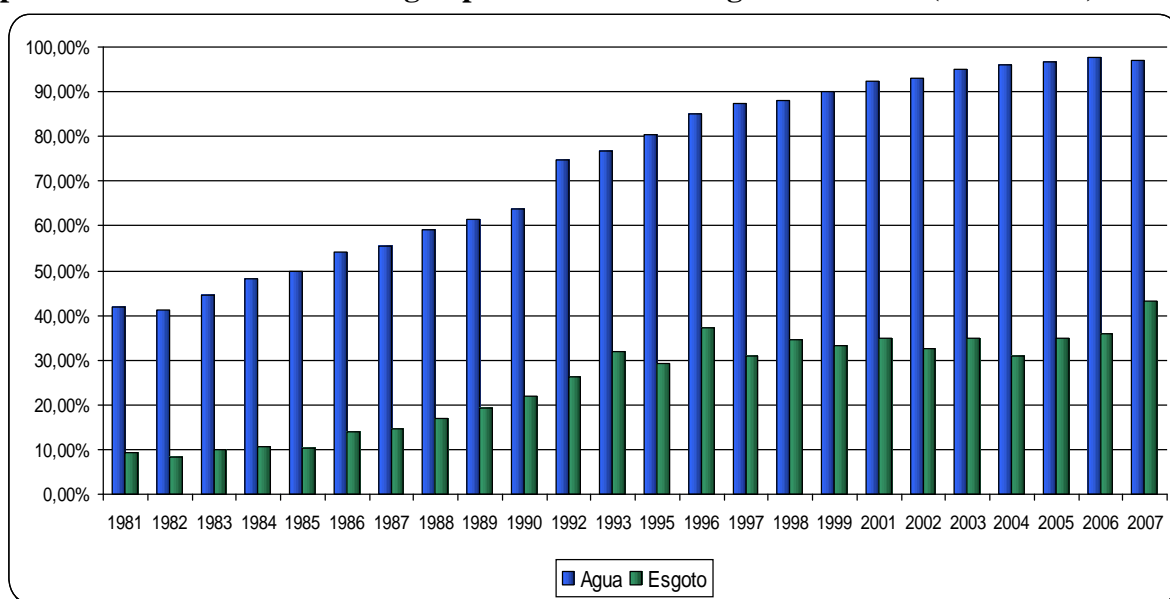
Houve avanços significativos na educação de forma geral ao longo das duas últimas décadas. A universalização da educação fundamental, o crescente aumento do número de vagas em todas as modalidades de ensino e a queda do analfabetismo são resultados desse avanço. Porém, é necessário ainda alcançar objetivos básicos como aumentar o número de vagas do ensino infantil que ainda possui um elevado déficit de vagas, universalizar o ensino médio e melhorar a qualidade do ensino para obtenção de melhores resultados nas avaliações nacionais.

seu grupo e comunidade e também para lhe permitir continuar a utilizar a leitura, a escrita e o cálculo para seu próprio desenvolvimento e da comunidade.

11 - SAÚDE E SANEAMENTO

A questão do saneamento no Estado de Goiás é algo que ainda merece atenção por parte das autoridades. É o que se observa nos dados do IPEA (gráfico a seguir) que utiliza as variáveis: 1) percentual de pessoas em domicílios com abastecimento de água potável através de rede geral com canalização interna ou através de poço ou nascente com canalização interna; 2) percentagem de pessoas que vivem em domicílios particulares permanentes com acesso a instalações de esgoto, ou seja, que têm banheiro de uso exclusivo e com escoadouro conectado a rede coletora de esgoto ou pluvial ou a uma fossa séptica ligada ou não a uma rede coletora.

Gráfico 19 - Evolução do número de pessoas que vivem em domicílios particulares permanentes atendidas com água potável e rede de esgoto em Goiás (1981- 2007)



Fonte: IPEADATA

A utilização de alguma forma de rede de água evoluiu a partir da década de 1990, porém o mesmo não aconteceu com a oferta de rede de esgoto onde o nível de instalação verificada no início dos anos 1990 é o mesmo em meados da década de 2000. Segundo os dados do IPEA, em 1981 apenas 41,9% das pessoas residentes possuíam acesso a água tratada e 9,2% possuíam instalação adequada de rede de esgoto. Em 2007, quase a totalidade das pessoas tinham acesso a água tratada, 97%, porém o acesso a rede de esgoto só atinge 43%.

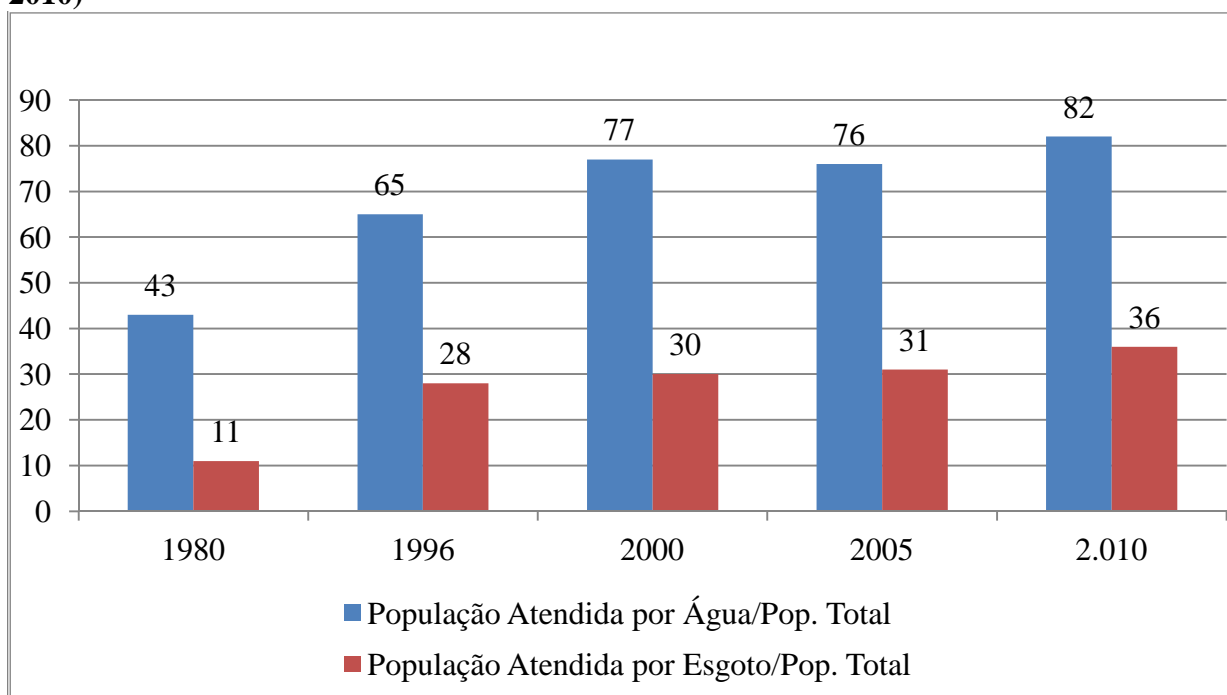
Goiás é o 9º Estado com maior percentagem de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes com acesso a água tratada. Por outro lado, está na 22ª posição no

ranking dos estados com maior acesso a rede de esgoto, ficando a frente apenas de Alagoas, Tocantins, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Mato Grosso.

O atendimento à população total é algo muito difícil de ser alcançado, mas a população urbana deve ser contemplada com tais serviços públicos. Assim, os dados de atendimento com rede de água para populações urbanas indicam “certa razoabilidade”, muito embora ainda haja um percentual dessa população a ser atendido. Já para a questão de rede de esgoto a situação é de urgência.

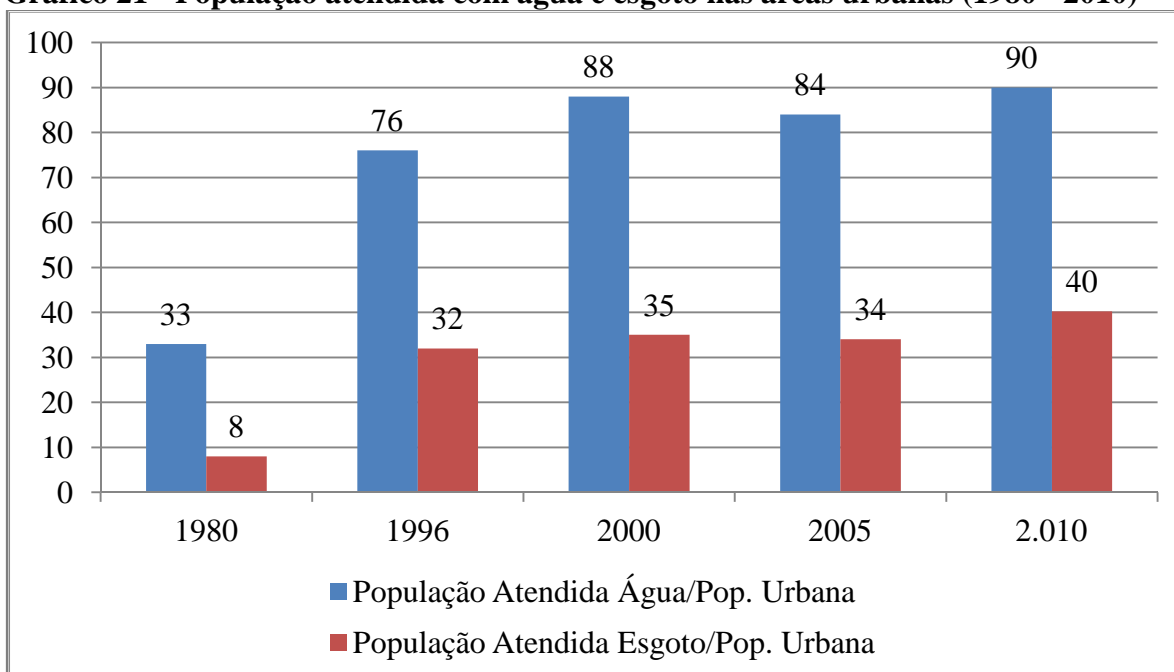
Nessa perspectiva, quando se utiliza dados de órgãos ou entidades estaduais, a situação se confirma quanto ao atendimento com rede de água, já que atinge a grande maioria da população, independentemente se a referência é a população total como parâmetro ou a urbana. Contudo, essa situação não se verifica com relação ao acesso ao esgoto, onde se percebe a grande carência da população goiana neste serviço (Gráfico 20).

Gráfico 20 - População atendida com água e esgoto em relação à população total (1980 - 2010)



Fonte: Anuários estatísticos e outras publicações – SEGPLAN/GO/IMB.
Elaboração dos autores

Gráfico 21 - População atendida com água e esgoto nas áreas urbanas (1980 - 2010)



Fonte: Anuários estatísticos e outras publicações – SEGPLAN/GO/IMB.
Elaboração dos autores

Ainda, os dados do Censo 2010 mostraram que o quadro do saneamento básico em Goiás exige grande atenção e elevados investimentos para a melhoria de seus indicadores. No abastecimento de água, 79% dos domicílios goianos estão ligados à rede geral de distribuição de água tratada, sendo que os demais domicílios possuem outra forma de abastecimento. A média brasileira é de 82%.

Atualmente, segundo os dados da empresa de saneamento do estado (SANEAGO), 91% da população têm acesso à água tratada, portanto, a meta de universalizar o acesso não é de difícil execução. A rede geral de esgoto beneficia somente 41% dos domicílios goianos. Este é um indicador em que Goiás fica muito aquém da média brasileira, de 55%. Além disso, os dados do Censo informam que em Goiás, mais de 11 mil domicílios não têm sequer banheiro.

12 - EXPECTATIVA DE VIDA

Os indicadores de mortalidade infantil e de esperança de vida também apresentam tendências de melhorias para a população goiana no período recente.

Em Goiás, segundo o Ministério da Saúde, a taxa de mortalidade infantil¹⁹ apresentou redução entre 1997 e 2007, caindo de 24,4 para 17 óbitos infantis (menores de 1 ano) por 1.000 nascidos vivos. Essa redução está certamente associada a medidas de caráter preventivo como o atendimento às gestantes e as campanhas de vacinação. Todavia, o Estado ainda está distante da taxa aceitável pela Organização Mundial de Saúde (OMS) de dez óbitos por mil nascimentos. Tal taxa coloca o Estado na nona posição no ranking nacional atrás de Distrito Federal, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Paraná, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Roraima.

No período em foco, ampliou-se significativamente o acompanhamento das gestantes e cujas mães passaram por sete ou mais consultas pré-natais ampliando-se de 54,79%, em 1997, para 63,4%, em 2007. Este último índice é superior ao da região Centro-Oeste (62,48%) e ao do país (56,62%). Os estados brasileiros com os melhores percentuais de consultas pré-natais são Paraná, São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul e na 8ª colocação está Goiás.

A razão médico por 1.000 habitantes também apresentou evolução ao longo dos anos. Em 1990, segundo dados do Ministério da Saúde, havia em Goiás 0,85 médicos para cada 1.000 habitantes. Em 2010, esta razão aumentou para 1,4 (Tabela 19). A meta do governo federal é de que haja 2,5 médicos para cada mil habitantes no país até 2020. Não há estudos científicos que comprovem que a taxa de 2,5 médicos por mil habitantes é a ideal. Ainda, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), o número varia conforme o país. De qualquer forma, Goiás está abaixo da meta do governo federal.

Tabela 19 - Evolução da quantidade de profissionais da saúde entre 1990 e 2010 (por 1.000 hab)

Ano	Médico	Cirurgião Dentista	Enfermeiro
1990	0,85	n.d.	0,15
1995	0,96	n.d.	0,21
2000	1,07	0,78	0,29
2005	1,39	1,13	0,43
2010	1,4	0,82	0,65

Fonte: Ministério da Saúde/SGTES/DEGERTS/CONPROF - Conselhos profissionais

¹⁹A taxa de mortalidade infantil é calculada pelo número de óbitos de menores de um ano de idade, por mil nascidos vivos, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

O número de leitos hospitalares públicos e privados, vinculados ou não ao Sistema Único de Saúde (SUS), por mil habitantes, apresenta evolução negativa ao passar dos anos em Goiás. Em 1990, havia, em Goiás, 5,53 leitos por mil habitantes, segundo a Pesquisa de Assistência Médico-Sanitária (AMS). Em 2010 o número de leitos caiu para 3,1 por mil habitantes. Segundo a Rede Interagencial de Informação para a Saúde – Ripsa (2008), “em geral, a concentração de leitos está associada ao maior poder aquisitivo da população e à demanda por serviços especializados, condições que atraem investimentos do setor privado de saúde”.

Tabela 20 - Leitos, leitos por habitantes e por hospitais (1995 - 2010)

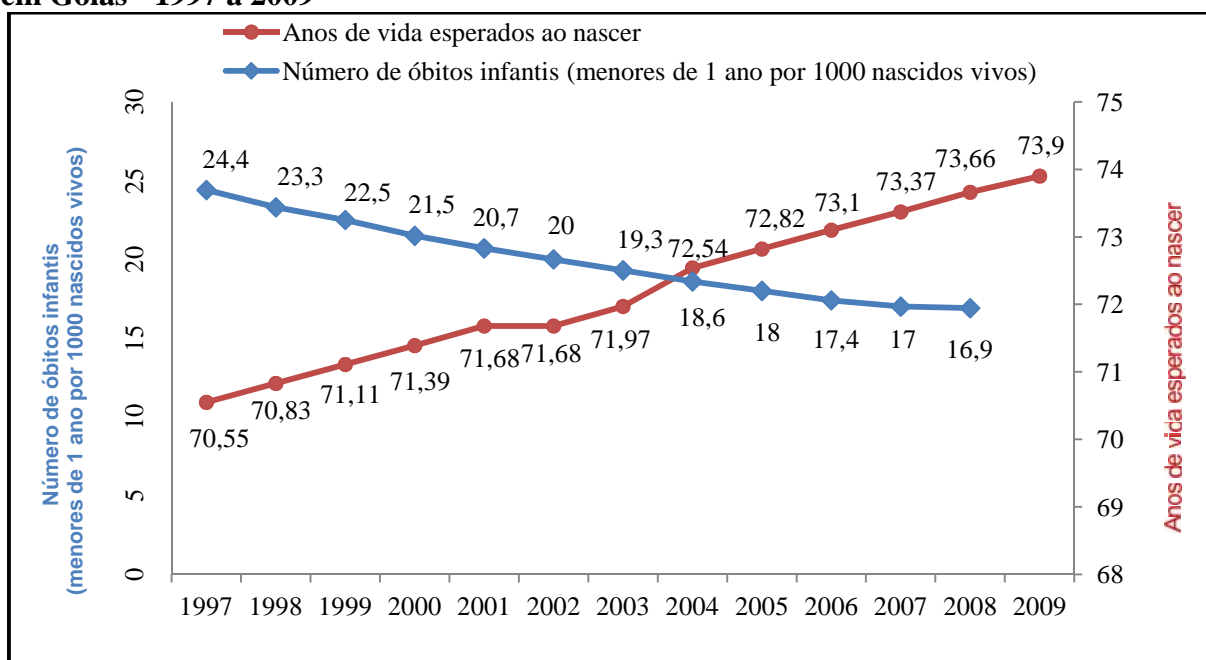
Ano	Número de leitos por mil habitantes	Número de leitos por hospital	Leitos	
			Total	Públicos
1995	5,2	56	22.316	3.810
2000	4,4	50	21.855	4.739
2005	3,3	39	19.561	5.303
2010	3,1	41	18.788	5.892

Fonte: Goiás em Dados: SEGPLAN-GO/IMB, com base no DATASUS.

A esperança de vida ao nascer²⁰ em Goiás saltou de 68,8 para 73,9 anos entre 1991 e 2009, segundo o IBGE. Tal desempenho coloca o Estado na 9ª posição do ranking nacional, atrás do Distrito Federal, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Espírito Santo e Mato Grosso do Sul. Também para a mortalidade infantil, Goiás apresenta a 9ª menor taxa nacional sendo ela decrescente no período.

²⁰A esperança de vida ao nascer mede o número médio de anos de vida esperados para um recém-nascido, mantido o padrão de mortalidade existente na população residente, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

Gráfico 22 - Evolução dos índices de mortalidade infantil e esperança de vida ao nascer em Goiás - 1997 a 2009



Fonte: DATASUS / IBGE

Obs.: Ainda não há publicação para 2009 para mortalidade infantil.

13 - SEGURANÇA

A discussão do tema segurança ganha espaço a cada dia na sociedade, principalmente nas áreas com maior densidade populacional. Com relação a esse tema, os dados para o Estado de Goiás apontam para um crescimento na taxa de homicídios por 100.000 habitantes a partir do final da década de 1990 (Tabela 21 e Gráfico 23). Em 1990 eram 16,8 homicídios para cada 100.000 habitantes, em 2009 essa taxa era de 30,1.

Mais visível é o crescimento da taxa de homicídio na faixa etária entre 15 e 29 anos a partir dos anos 2000. Apesar das taxas oscilarem até o final da década de 1990, a partir desse ponto, a tendência de crescimento seguiu uma trajetória exponencial (Gráfico 23), ou seja, parece que as políticas públicas de segurança não conseguiram conter o avanço da criminalidade nessa faixa etária.

Entre 2000 e 2009 os percentuais, tanto para número de homicídios quanto para número de homicídios na faixa de 15 a 29 anos foram de 77%. Ou seja, os homicídios estão crescendo numa proporção bem acima da população que foi de 20% nesse período.

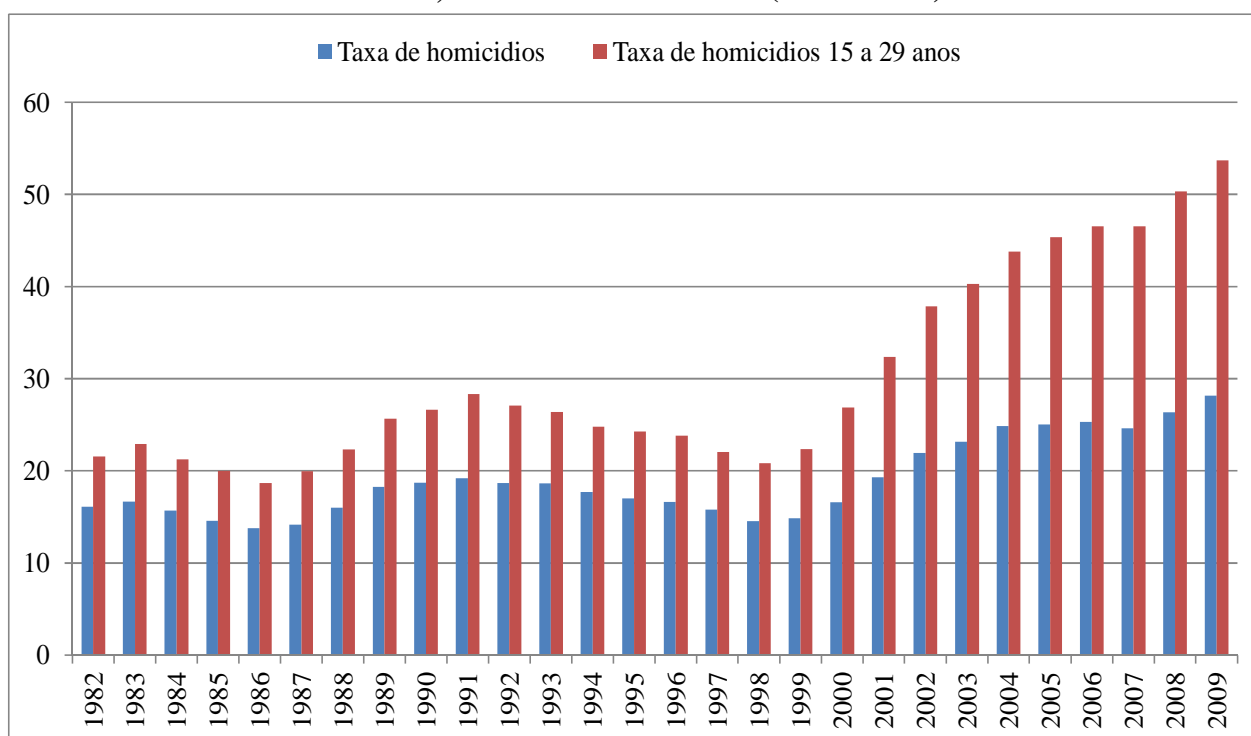
Nota-se que, entre 1990 e 2009 o aumento do número de homicídios foi de 169% e na faixa etária entre 15 e 29 anos foi de 203% sendo que o aumento de população foi de 49%.

Tabela 21 - Taxa e número de homicídios (1981 - 2007)

Ano	Taxa de homicídios (100.000 hab.)	Taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos (100.000 hab.)	Número de homicídios de jovens de 15 a 29 anos	Número de homicídios
1980	14,5	19,0	177	453
1981	17,2	23,3	223	550
1982	16,6	22,4	220	542
1983	16,2	23,1	233	545
1984	14,3	18,2	189	491
1985	13,2	18,7	199	467
1986	13,8	19,0	207	499
1987	15,5	22,2	247	571
1988	18,7	25,8	294	705
1989	20,6	29,0	338	794
1990	16,8	25,0	297	662
1991	20,2	30,9	376	811
1992	19,0	25,3	314	781
1993	16,7	22,9	289	697
1994	17,3	26,2	336	735
1995	17,0	23,7	309	731
1996	15,6	21,5	292	705
1997	14,9	20,9	292	689
1998	13,2	20,1	287	624
1999	16,5	26,0	380	800
2000	20,2	34,5	509	1.008
2001	21,3	36,7	553	1.087
2002	24,5	42,5	653	1.274
2003	23,7	41,7	653	1.259
2004	26,4	47,3	755	1.427
2005	24,9	47,1	784	1.398
2006	24,6	45,2	767	1.410
2007	24,4	47,3	777	1.426
2008	30,0	58,5	949	1.754
2009	30,1	55,4	900	1.784

Fonte: IPEADATA.

Gráfico 23 - Taxa de homicídios, média móvel de 3 anos (1980 - 2009)



Fonte: Elaboração dos autores com base na Tabela anterior

Quando utilizamos os dados coletados na Secretaria de Segurança Pública de Goiás, a tendência encontrada também é de aumento da criminalidade. As informações de crimes contra o patrimônio e contra a pessoa apontam para um crescimento a partir de 2000 (Tabela 22).

Contudo cabe uma observação quanto ao aumento da criminalidade já que pode estar associada ao crescimento da população do Estado, ou seja, os crimes tendem a aumentar porque a população também aumenta. Assim, quando se relaciona os dados de criminalidade com a população total (Gráfico 24), a tendência aponta para a média entre 1998 e 2010. Entre 2000 e 2010, a criminalidade total cresceu 25%, a criminalidade contra a pessoa 20% e a contra o patrimônio 28%, sendo que a população cresceu 20%. Ou seja, quando se considera um número mais abrangente de crimes, o crescimento parece acompanhar o crescimento da população.

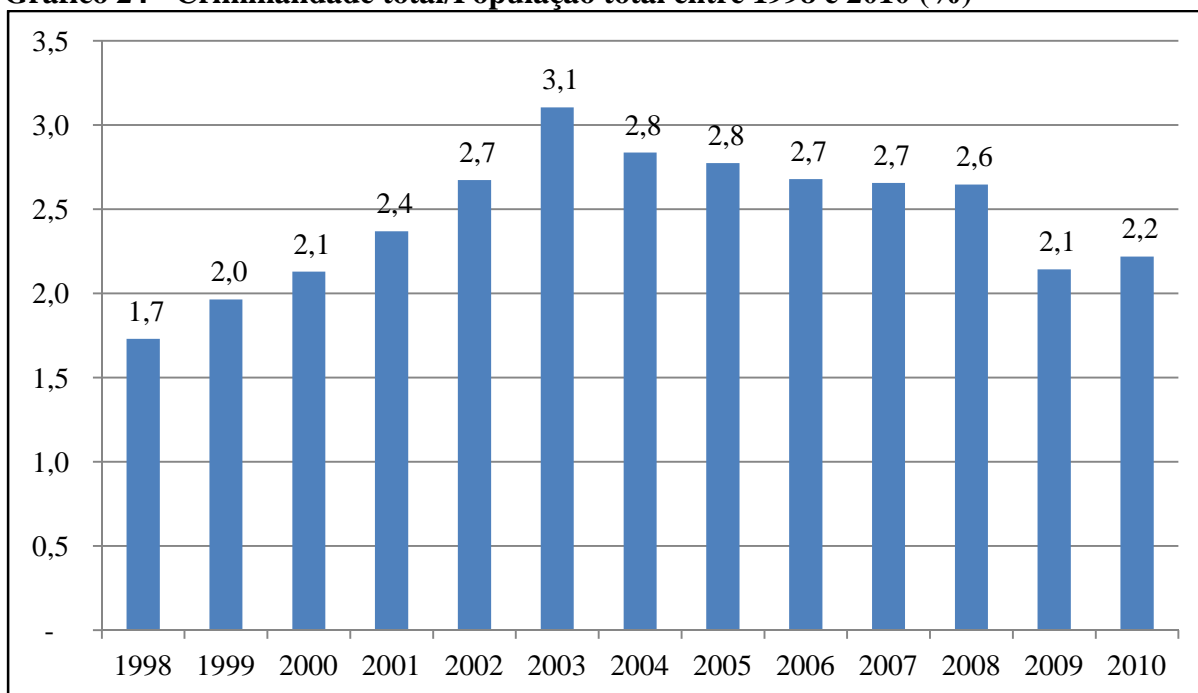
Tabela 22 - Crimes totais, crimes contra a pessoa e crimes contra o patrimônio (1998 - 2010)

Ano	Crimes - Total	Crimes contra a pessoa	Crimes contra o patrimônio
1998	82.219	14.295	61.021
1999	95.793	17.300	69.599
2000	106.534	18.430	78.917
2001	120.591	21.012	90.076
2002	138.448	21.324	106.873
2003	163.654	22.257	129.949
2004	152.057	21.164	119.909
2005	151.334	23.483	120.090
2006	153.524	22.476	123.488
2007	150.056	23.953	119.852
2008	154.698	25.314	121.116
2009	127.045	20.721	96.753
2010	133.230	22.122	100.937
Var. (%) 2010/2000	25	20	28

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás/Segplan-GO/IMB.

Nota: Crimes totais = Crimes contra a pessoa + Crimes contra o patrimônio + Crimes contra os costumes + Total de furtos e roubos + Total de roubo a bancos.

Gráfico 24 - Criminalidade total/População total entre 1998 e 2010 (%)



Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás/Segplan-GO/IMB.

Elaboração dos autores

Assim, a tendência da criminalidade apontada por dados do início da década de 2000, no que se refere às taxas de homicídios, aponta para crescimento. Já os dados para o total de crimes parece indicar um crescimento *pari passu* ao da população.

14 - POBREZA

Em 2010, segundo microdados do Censo/IBGE, 10,3% da população do Estado de Goiás encontrava-se em situação de pobreza²¹. Nessa comparação, eram 26,5% em 2000. Em termos regionalizados, o Nordeste e Norte goianos sempre possuíram os maiores percentuais de população em situação de pobreza em relação ao total de sua população (Figuras 4, 5, 6 e 7), muito embora, em termos absolutos, a Região Metropolitana de Goiânia e a do Entorno do Distrito Federal detivessem o maior número de pessoas nessas condições.

Em 2010, duas das dezoito microrregiões do Estado concentravam mais da metade (50,6%) da população em situação de pobreza do Estado, a do Entorno de Brasília (26,4%) e a de Goiânia (24,2%). Com os critérios de 2000, essas microrregiões também eram as que detinham o maior percentual da população em situação de pobreza do Estado (42,6%).

Quanto às microrregiões e em termos relativos ao total da sua população, em 2010, a do Vão do Paranã era a que possuía o maior contingente de pessoas vivendo em situação de pobreza (31,8% da sua população), seguida pela microrregião da Chapada dos Veadeiros (28,5%). Em 2000 também eram essas que figuravam com maior pobreza. Ainda, em 2010, as com menores relações eram a de Quirinópolis (6%) e a de Catalão (6,7%); em 2000 eram a de Goiânia (17%) e a de Catalão (21,3%).

Reforça-se que a microrregião do Vão Paranã (Nordeste Goiano) é composta por 12 municípios, que representam apenas 0,8% do PIB e 1,8% da população do Estado sendo o PIB *per capita* muito abaixo do estadual. Todos os seus municípios possuem percentual de população em situação de pobreza acima da média do Estado de Goiás. Essa microrregião possuía a maior incidência de pobreza em 2000 (57,6% de sua população), ocorrendo uma diminuição de 31,8% em 2010, contudo, valor bem acima da média do Estado (10,3%) e que a faz ser a microrregião com a maior incidência de pobreza em Goiás. O município de Flores

²¹ Para 2010, foi considerada pobreza o nível de rendimento domiciliar – em domicílio particular – per capita em julho de 2010, com faixa de rendimento menor ou igual a R\$ 140,00, incluindo, assim, os que se encontram em situação de extrema pobreza (rendimento menor ou igual a R\$ 70,00). Para 2000, foi considerada pobreza o nível de rendimento domiciliar – em domicílio particular – per capita em julho de 2000, com faixa de rendimento menor ou igual a R\$ 70,00, incluindo, assim, os que se encontravam em situação de extrema pobreza (rendimento menor ou igual a R\$ 37,75).

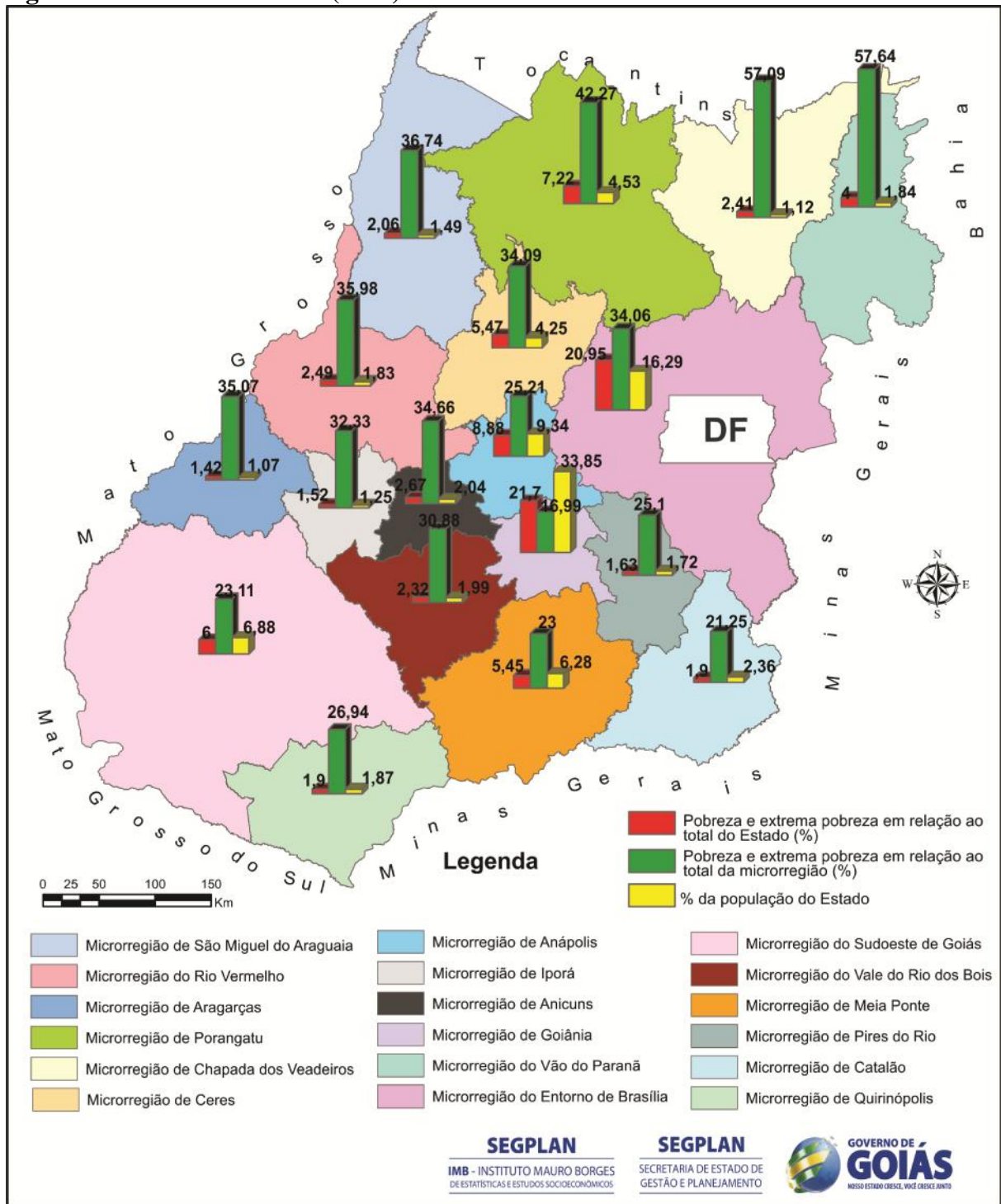
de Goiás e São Domingos possuíam, em 2010, 50,0% e 45,7%, respectivamente, de sua população nesta situação. Ressalta-se que Flores de Goiás é o principal produtor de arroz irrigado do Estado, e São Domingos possui um grande potencial turístico, com parque de proteção ambiental, cavernas e grutas.

Também, visualizando as Figuras 4 e 5, a microrregião de Goiânia possuía o maior número de pessoas vivendo em situação de pobreza em 2000; já em 2010 passa a ser a microrregião do Entorno de Brasília.

Apesar do mapa da pobreza não ter mudado em termos relativos entre 2000 e 2010, ou seja, que a pobreza ainda se concentra com maior intensidade nos municípios da Metade Norte ou nas regiões Nordeste e Norte do Estado, os percentuais da população nessa condição, melhoraram nesse período. (Figuras 4, 5, 6 e 7). Quando se analisa as Figuras 6 e 7, nota-se que, em 2000, 26 municípios tinham mais de 51% da sua população em condições de pobreza; já em 2010, não há municípios nessa condição (Flores de Goiás possui 50% e São Domingos 45,7%, ou seja, ainda são os campeões em pobreza no município, mas a proporção diminuiu consideravelmente). Ainda, em quase todas as microrregiões a proporção de pobreza em relação à sua população diminuiu.

Contudo, apesar da diminuição na pobreza em Goiás, a população nessa condição ainda é considerável. Em 2000 eram pouco mais de 1,3 milhão de pessoas nessa condição ou 1,2 vezes o tamanho de Goiânia à época. Em 2010 eram mais de 617 mil, ou seja, ainda um quantitativo de população equivalente a 47% da capital goiana, maior cidade do Estado. Há melhoras, mas há muito que avançar.

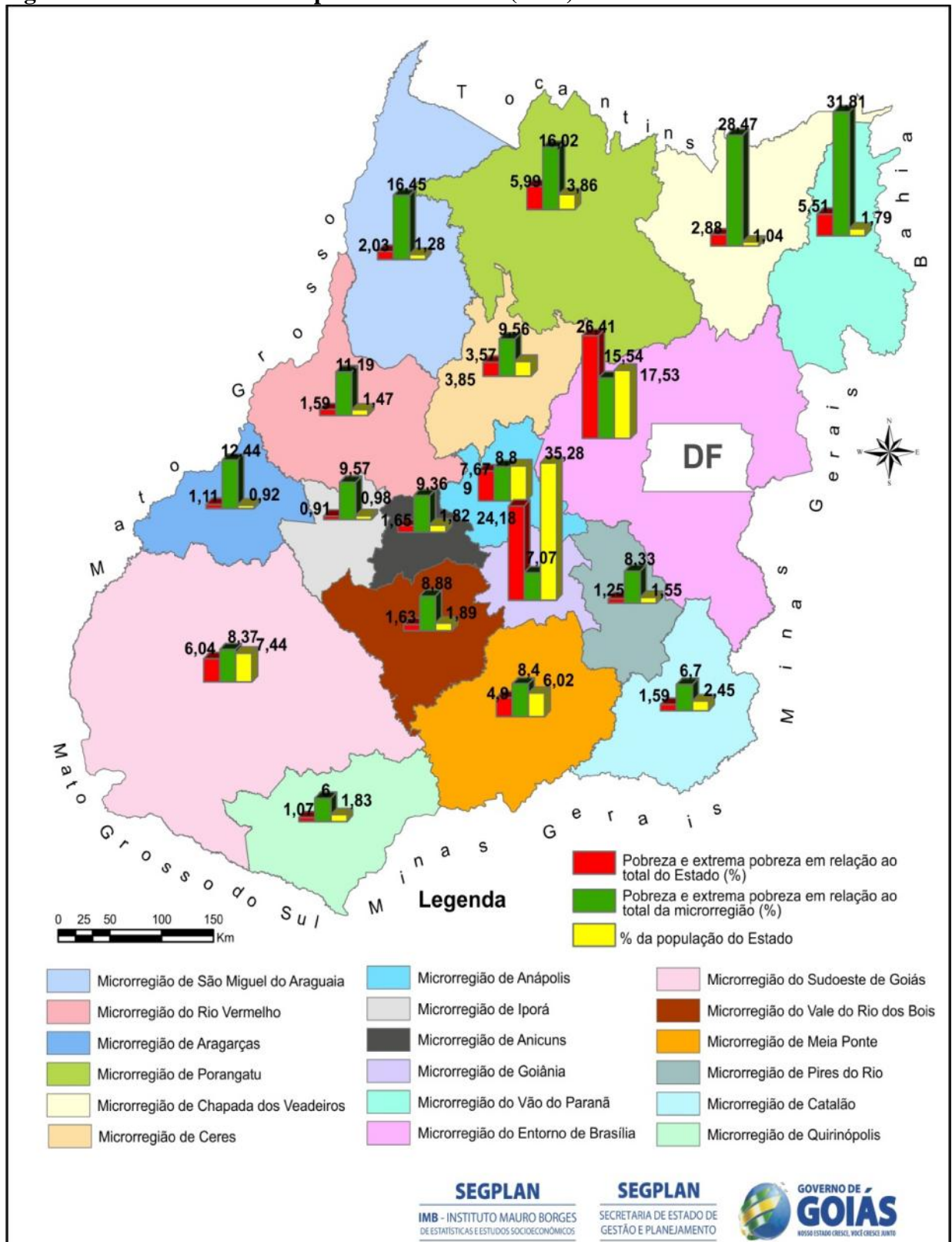
Figura 4 - Pobreza em Goiás (2000)



Fonte: Microdados do Censo/IBGE/2000

Nota: Alerta-se que esses percentuais referem-se a soma de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza. Elaboração dos autores.

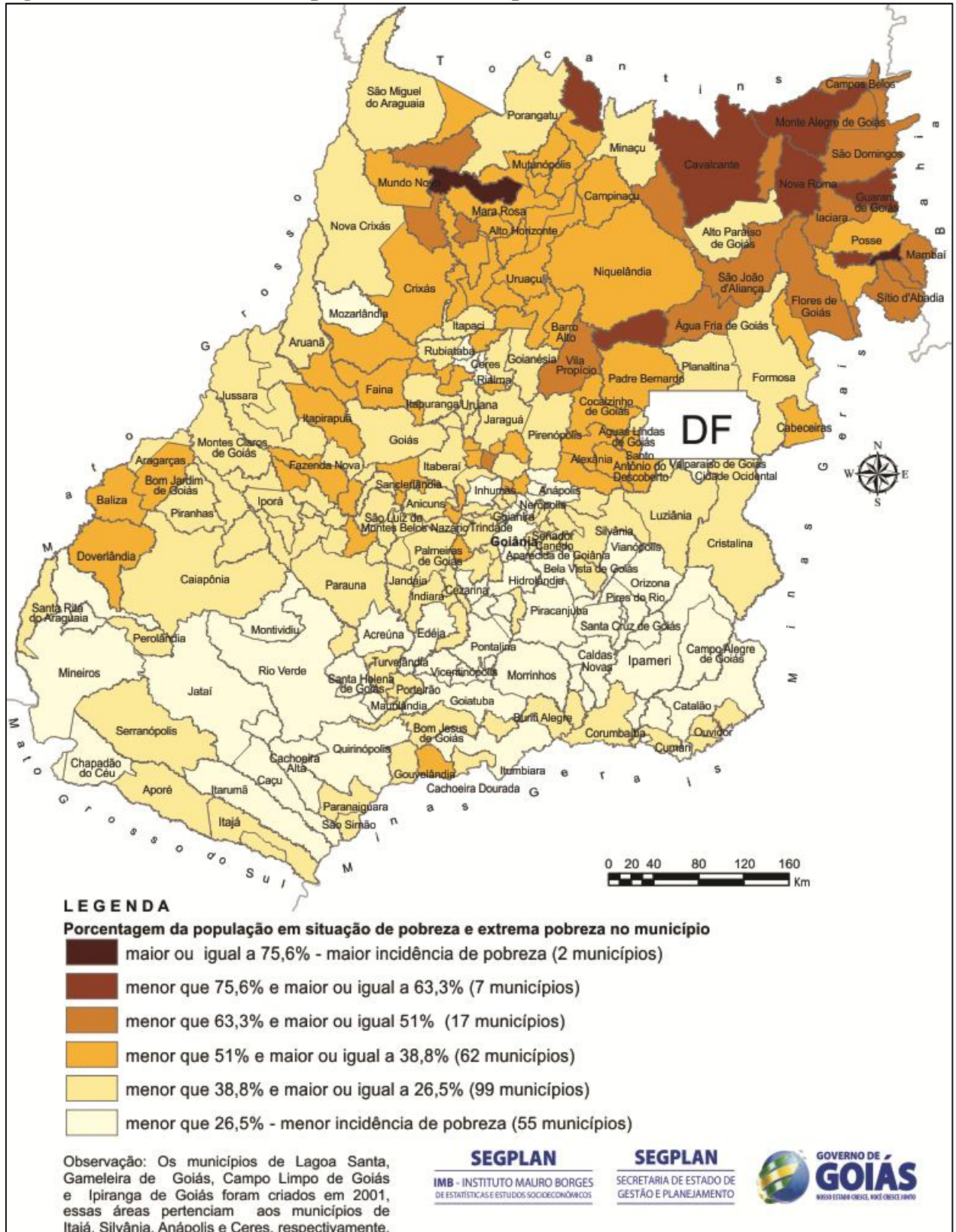
Figura 5 - Pobreza e extrema pobreza em Goiás (2010)



Fonte: Microdados do Censo/IBGE/2010.

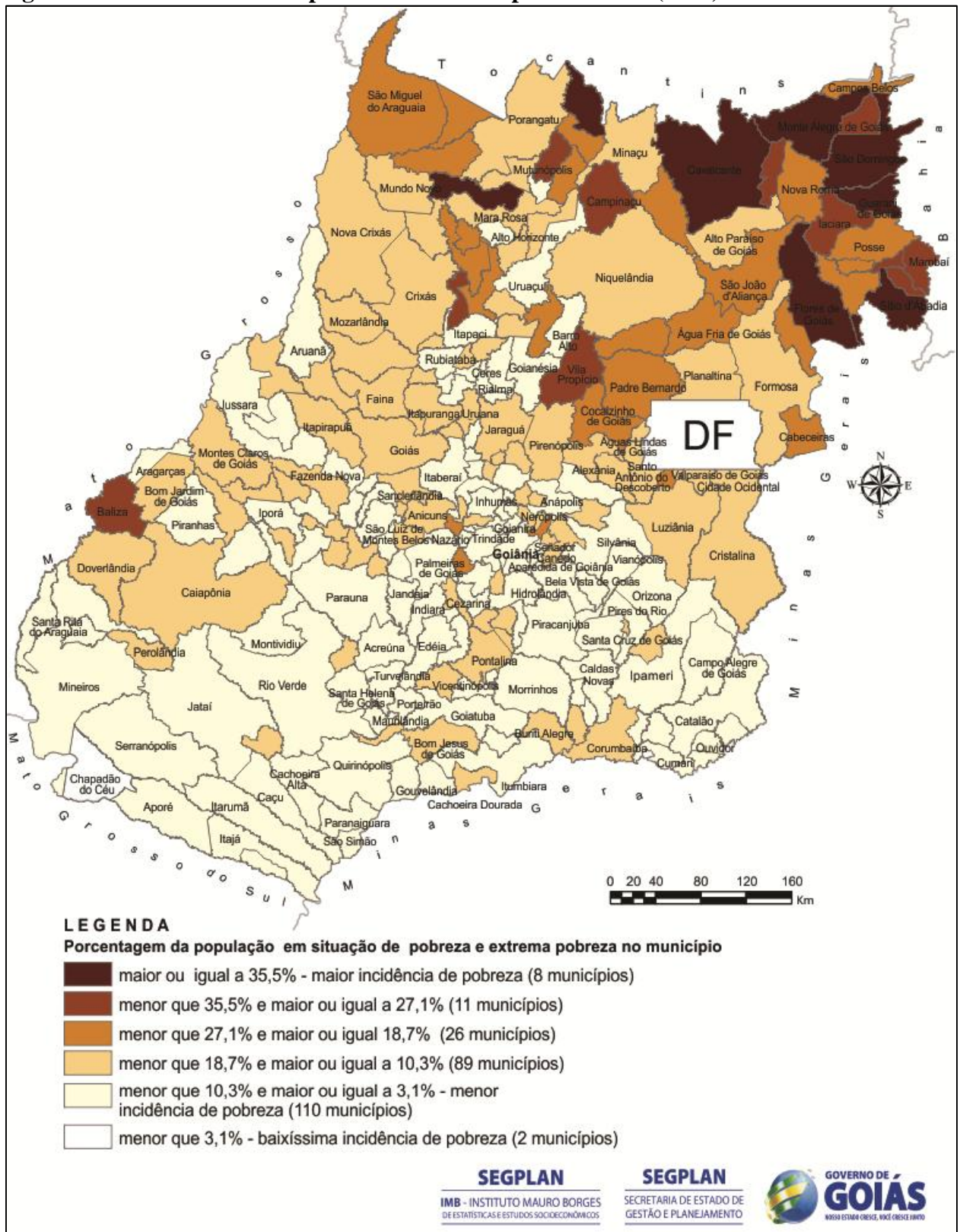
Nota: Alerta-se que esses percentuais referem-se à soma de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza. Elaboração dos autores.

Figura 6 - Pobreza e Extrema pobreza nos municípios de Goiás (2000)



Fonte: Microdados do Censo/IBGE/2000
 Elaboração dos autores.

Figura 7 - Pobreza e extrema pobreza nos municípios de Goiás (2010)



Fonte: Microdados do Censo/IBGE/2010.

Elaboração dos autores.

15 - TURISMO

A Organização Mundial de Turismo - OMT (*World Tourism Organization*- UNWTO) define turismo como o conjunto de atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e estadas em lugares distintos do seu entorno habitual, por um período de tempo inferior a um ano, com fins de lazer, negócios e outros motivos não relacionados com o exercício de uma atividade remunerada no lugar visitado (IBGE, 2012).

O turismo, como atividade econômica, é definido a partir da perspectiva de demanda, isto é, como resultado de consumo dos visitantes. Dessa forma, diferenças na motivação e no perfil dos turistas; nas condições naturais e econômicas do lugar implicam em conjuntos diferentes de produtos consumidos (IBGE, 2012).

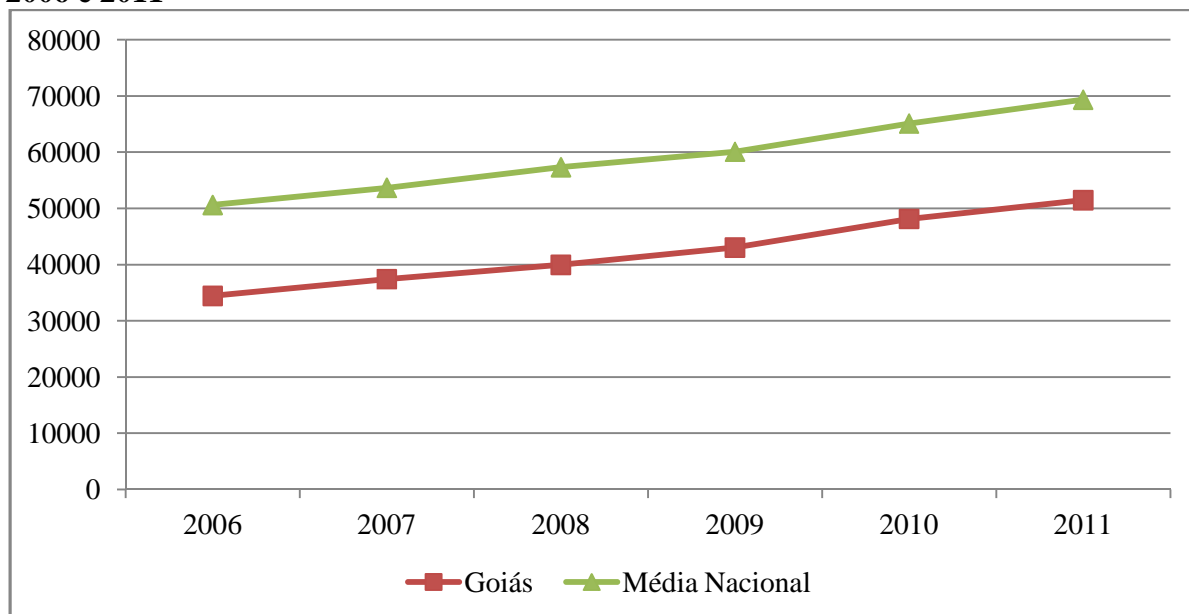
De acordo com a OMT, as atividades que englobam os produtos e serviços do turismo são denominadas Atividades Características do Turismo²² (ACT). Apesar de nem todas as ACT serem necessariamente específicas do turismo, considera-se que essas atividades não específicas diminuiriam suas demandas sensivelmente sem os turistas. Um exemplo é o transporte aéreo de passageiros que não é específico do turismo, no entanto, sem os turistas sua demanda certamente seria menor.

Devido ao alto grau de desagregação e heterogeneidade dos bens e serviços gerados pelo turismo, qualquer estimativa da sua participação no PIB do Estado de Goiás seria uma aproximação sem bases consistentes. Dessa forma, ao invés de analisar a participação do turismo no PIB, ateremos principalmente ao estudo mercado de trabalho das ACT, na qual existe uma base de dados com série histórica.

A quantidade de postos de trabalho das ACT no Estado de Goiás elevou-se ao longo dos últimos seis anos, partindo de aproximadamente 35 mil postos de trabalho em 2006, para aproximadamente 55,5 mil postos em 2011. Isso significa um crescimento de 57% do número de vagas em 5 anos. Porém, apesar do alto crescimento, o mesmo foi abaixo da média nacional para todo o período.

²²A descrição das atividades que compõem a rubrica Atividades Características do Turismo são encontradas em IBGE (2012).

Gráfico 25 - Mercado de trabalho das atividades características do turismo (ACT) entre 2006 e 2011



Fonte: CAGED

Analisando o mercado de trabalho do turismo por tamanho dos estabelecimentos (Tabela 23), pode-se afirmar que houve aumento do número de empresas em todas as categorias, exceto na categoria de 1000 ou mais funcionários que se manteve com apenas uma empresa no Estado durante todo o período. Em geral, o crescimento do número de empresas das ACT tiveram crescimento de 55% entre 2006 e 2011.

Tabela 23 - Quantidade de estabelecimentos as ACT por número de empregados (2006 - 2011)

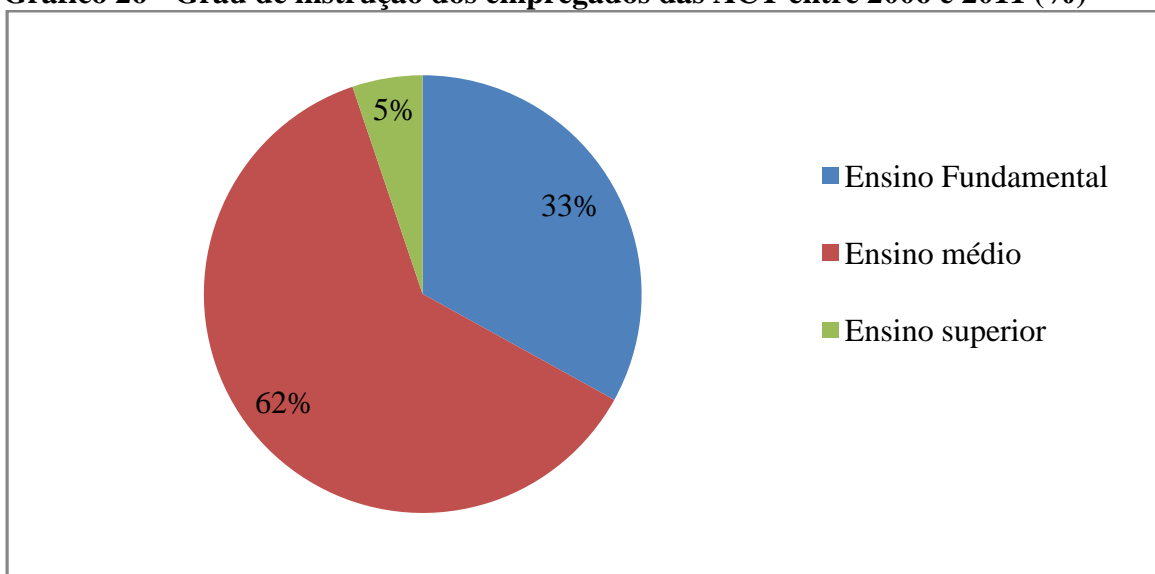
Estabelecimentos \ Ano	Ano					
	2006	2007	2008	2009	2010	2011
De 1 a 4	2269	2393	2557	2903	3253	3630
De 5 a 9	929	998	1079	1136	1302	1392
De 10 a 19	479	493	556	617	663	736
De 20 a 49	247	272	286	302	354	379
De 50 a 99	51	53	58	52	63	62
De 100 a 249	17	24	19	25	22	28
De 250 a 499	9	9	12	12	14	13
1000 ou Mais	1	1	1	1	1	1

Fonte: RAIS/MTE

As micro e pequenas empresas, que contratam de 1 a 4 e 5 a 9 trabalhadores foram os estabelecimentos que mais ampliaram seu espectro sobre o número total de estabelecimentos das ACT. O número de estabelecimentos que possuíam de 1 a 4 trabalhadores em 2006 era de 2269, em 2011 esse número era de 3630 estabelecimentos. Os estabelecimentos que possuíam de 5 a 9 funcionários eram 929 em 2006, em 2011 eram 1392.

O grau de instrução dos trabalhadores empregados nas ACT concentra majoritariamente no ensino fundamental e médio, deixando uma pequena parcela para os trabalhadores do ensino superior. Praticamente 95% de todos os trabalhadores dessas atividades possuem ensino fundamental ou médio, 33% possuem ensino fundamental e 62% possuem ensino médio. Apenas 5% dos trabalhadores das ACT possuem educação superior (Gráfico 26).

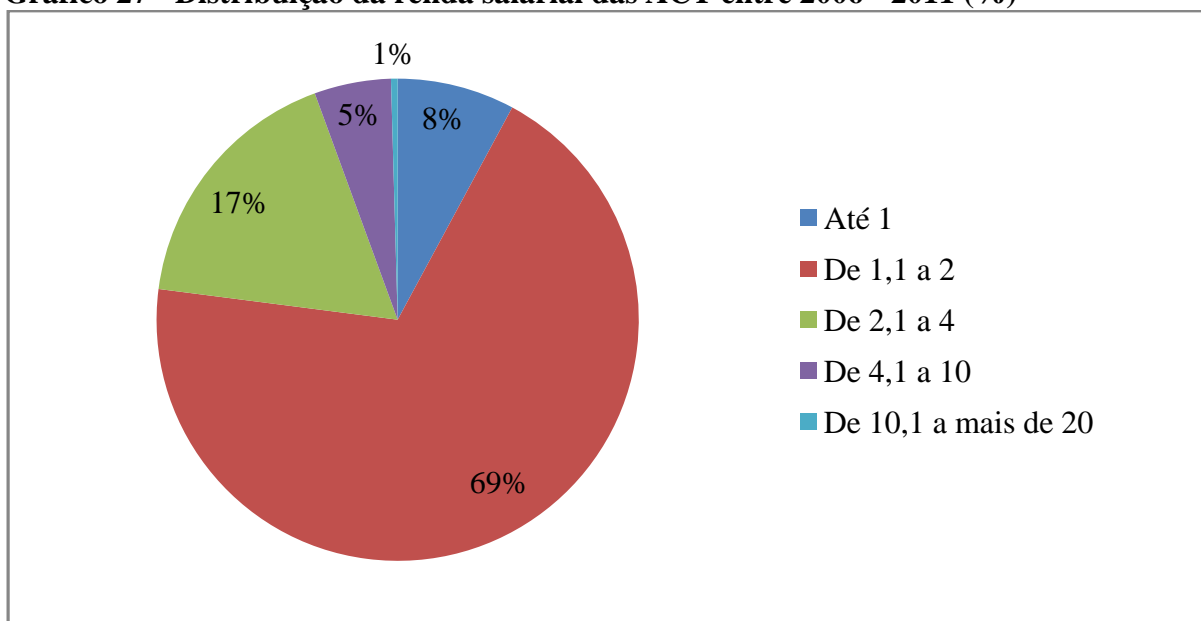
Gráfico 26 - Grau de instrução dos empregados das ACT entre 2006 e 2011 (%)



Fonte: RAIS/MTE

A distribuição da renda salarial por faixas mostra que 94% da renda das ACT entre o período 2006-2011 ficaram distribuídos entre as faixas de até 4 salários mínimos. A faixa de até 1 salário representou 8% da renda salarial gerada, a faixa entre 1,1 a 2 salários representou 69% e a faixa entre 2,1 a 4 salários representou 17% de toda a renda salarial. Assim, as faixas salariais de até 4 salários representaram para o período entre 2006 a 2011, 93% de toda a renda salarial gerada pelas ACT, restando apenas 6% da renda para as faixas salariais acima de 4 salários. Esses dados demonstram a baixa remuneração das ACT para o Estado de Goiás.

Gráfico 27 - Distribuição da renda salarial das ACT entre 2006 - 2011 (%)



Fonte: RAIS/MTE

Através do cruzamento dos dados de grau de instrução dos trabalhadores das ACT como suas respectivas faixas salariais é possível verificar a influência do grau de instrução sobre o rendimento. É notável a relação positiva entre grau de instrução e rendimento médio dos trabalhadores das ACT. O grau de instrução dos trabalhadores nas faixas de renda mais baixa são predominantemente de ensino fundamental e ensino médio. À medida que as faixas de renda vão aumentando, ocorre uma significativa diminuição dos trabalhadores com apenas ensino fundamental, uma diminuição em menor proporção dos trabalhadores com ensino médio e um aumento expressivo da participação dos trabalhadores com ensino superior como pode ser observado na Tabela 24.

Tabela 24 - Grau de Instrução/Rendimento mensal (%)

	Até 1	De 1,1 a 2	De 2,1 a 4	De 4,1 a 10	De 10,1 a mais de 20
Ens. Fundamental	30	34	33	25	3
Ens. Médio	68	63	56	51	44
Ens. Superior	2	3	11	25	53

Fonte: RAIS/MTE

OBS: Os rendimentos são distribuídos em salários mínimos

De acordo com o Índice de Competitividade do Turismo Nacional, publicado pelo Ministério do Turismo(2010), as principais cidades indutoras do turismo estão destacadas na Tabela 25.

Tabela 25 - Regiões indutoras do turismo em Goiás

Cidade	Microregião (IBGE)
Anápolis	Anápolis
Jaraguá	Anápolis
Abadiânia	Entorno de Brasília
Cocalzinho de Goiás	Entorno de Brasília
Corumbá de Goiás	Entorno de Brasília
Formosa	Entorno de Brasília
Pirenópolis	Entorno de Brasília
Aparecida de Goiânia	Goiânia
Goiânia	Goiânia
Trindade	Goiânia
Alto Paraíso de Goiás	Chapada dos Veadeiros
Cavalcante	Chapada dos Veadeiros
Colinas do Sul	Chapada dos Veadeiros
Guarani de Goiás	Vão do Paranã
Posse	Vão do Paranã
São Domingos	Vão do Paranã
São João D'Aliança	Chapada dos Veadeiros
Goiás	Rio Vermelho
Três Ranchos	Catalão
Lagoa Santa	Quirinópolis
Quirinópolis	Quirinópolis
São Simão	Quirinópolis
Buriti Alegre	Meia Ponte
Cachoeira Dourada	Meia Ponte
Caldas Novas	Meia Ponte
Inaciolândia	Meia Ponte
Itumbiara	Meia Ponte
Rio Quente	Meia Ponte

Fonte: Ministério do Turismo

O mercado de trabalho das atividades características do turismo (ACT) praticamente duplicou-se em termos quantitativos no período 2006-2011, porém, em termos qualitativos ainda trata-se de um mercado subdesenvolvido. O grau de instrução e o rendimento médio dos trabalhadores que compõem esse mercado é baixo, maioria com rendas inferiores a 2 salários mínimos e com baixa escolaridade. Verificou-se também que o maior responsável pelo aumento do número de estabelecimentos das ACT foram as micro e pequenas empresas. Por isso a necessidade um olhar atento do gestor público para com esses estabelecimentos.

16 - REFERÊNCIAS

- ARRIEL, M. F.; SOUZA, D.; ROMANATTO, E. **Dinâmica Populacional de Goiás: Análise de Resultados do Censo Demográfico 2010**. Goiânia: 2011. Disponível em <www.imb.go.gov.br>
- ARRIEL, M. F. **Perfil produtivo e dinâmica espacial da indústria goiana - 1999-2007**. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Departamento de Ciências Econômicas, 2010. Disponível em: <http://tede.biblioteca.ucg.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=762>. Acesso em: 05 de dez. 2010.
- BDE – **Banco de Dados Estatísticos** - IMB - INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. Disponível em <<http://www.imb.go.gov.br>>.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Economia do Turismo: Uma Perspectiva Macroeconômica 2003-2009**. Rio de Janeiro: 2012.
- IMB - INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Tabela de Recursos e Usos - TRU Goiás – 2008**. Estudo do IMB. Goiânia: 2012. <http://www.imb.go.gov.br>
- IMB - INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Produto Interno Bruto dos Municípios Goianos – Vários Anos**. Disponível em <<http://www.seplan.go.gov.br/sepin>> Acesso em: 20 dez. 2009.
- IMB - INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Série encadeada da variação acumulada do volume do Produto Interno Bruto a preços de mercado segundo grandes regiões e unidades da federação**. Disponível em: <<http://www.seplan.go.gov.br/sepin/pub/pib/tab06.htm>> Acesso em: 09 de mai. 2011.
- IPEA – INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: redes urbanas regionais**. Brasília: 2002
- IPEADATA – INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS. Disponível em <<http://www.ipeadata.gov.br/>>.
- MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2011 **Fundo Constitucional de Financiamento do Centro- Programação de vários anos**. Brasília: 2011. Disponível em <http://www.integracao.gov.br/fundos/fundos_constitucionais/index.asp?area=FCO> Acesso em 25/10/2011.
- OLIVEIRA, D.V.; MARQUES, D. F.; ROMANATTO, E.; ARRIEL, M.F. **As relações do comércio interestadual do estado de Goiás em 2009**. Boletim Regional, Urbano e Ambiental. Brasília, n. 05, jun, IPEA, 2011.
- PASCHOAL, J. A. R. **O papel das políticas públicas de incentivos e benefícios fiscais no processo de estruturação industrial de Goiás 2000 – 2008**. Conjuntura Econômica Goiana. Goiânia: nº 12, dez., 2009.

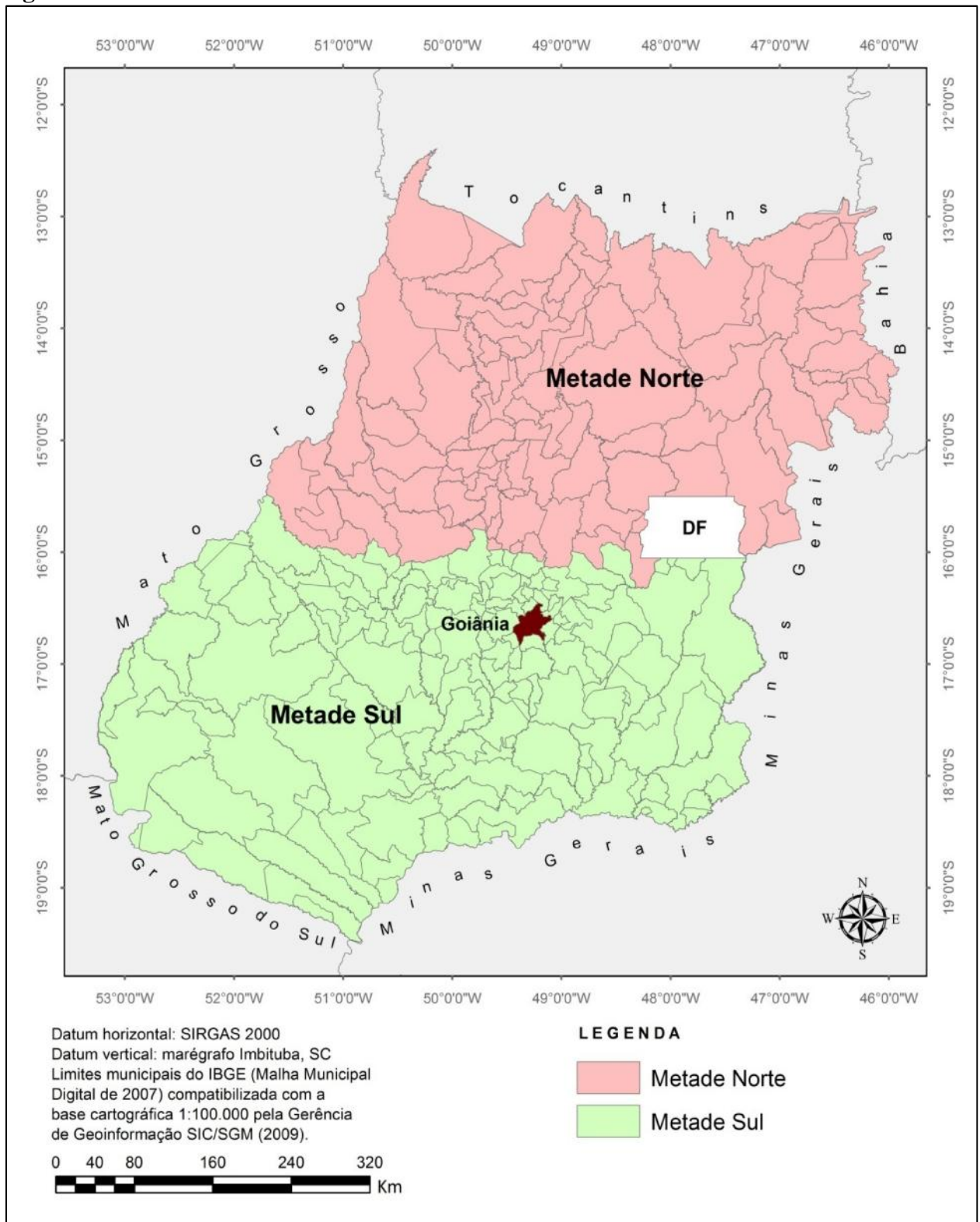
- PASCHOAL, J. A. R. **O papel do FOMENTAR no processo de estruturação industrial em Goiás (1984-1999)**. 2001. 125 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, MG, 2001.
- PIRES M. J. S.; RAMOS, P. **Implicações do processo de modernização na estrutura e nas atividades agropecuárias da região centro-sul do Estado de Goiás**. In: SOBER - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 47º Congresso. Porto Alegre: 2009.
- PIRES, M. J. de S. **Estrutura e dinâmica industrial: um estudo da região Centro-Sul do estado de Goiás**. *Conjuntura Econômica Goiana*, Goiânia, n.12. Seplan-GO, p. 54-66, dez. 2009. Disponível em: <www.seplan.go.gov.br>. Acesso em: 10 jan 2010.
- ROMANATTO, E. **Análise de clusters e aplicação do modelo gravitacional aos fluxos de comércio do Estado de Goiás**. Revista Indicadores Econômicos. Porto Alegre, v. 39, n. 2, p. 87-96, 2011
- ROMANATTO, E. et al. **Aglomeração, Caracterização e Dinâmica Econômica Setorial dos Municípios do Estado de Goiás em 2008: Avaliação Empírica e Proposição de Política**. Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos. Conferência do Desenvolvimento-CODE. Brasília, 2011.
- ROMANATTO, E.; OLIVEIRA, D.V. **As finanças públicas dos municípios goianos: uma análise das receitas de transferências e das despesas nas funções relativas a Educação/ Cultura e a Saúde/ Saneamento**. Revista Economia Ensaios. Uberlândia, MG, 25 (1), p. 7-32, Jul./Dez. 2010
- SILVA, E.R. **A economia goiana no contexto nacional: 1970- 2000** Goiânia: Ed. da UCG, 2007.

ANEXO

Figura 1 – Microrregiões do Estado de Goiás



Figura 2 – Metade Norte e Sul do Estado de Goiás



Nota.: 1) Essas metades foram divididas na altura de 16°0'0", ou seja dezesseis graus ao sul da Linha do Equador. Municípios com sede acima dessa linha formam a Metade Norte e os abaixo a Metade Sul.

Figura 3 – Mapa do Turismo em Goiás

